

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**DANIEL SENNA DIAS**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL  
LATINO-AMERICANO**

**UBERLÂNDIA**

**2021**

**DANIEL SENNA DIAS**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL  
LATINO-AMERICANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

**Área de concentração:** Desenvolvimento econômico.

**Orientador:** Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

**Coorientação:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Amaral.

**UBERLÂNDIA**

**2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

D541 2021	<p>Dias, Daniel Senna, 1994- DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL LATINO-AMERICANO [recurso eletrônico] / Daniel Senna Dias. - 2021.</p> <p>Orientador: Niemeyer Almeida Filho Almeida Filho . Coorientadora: Marisa Amaral. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Economia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.440">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.440</a> Inclui bibliografia.</p> <p>1. Economia. I. , Niemeyer Almeida Filho Almeida Filho, 1954-, (Orient.). II. Amaral, Marisa, 1982-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Economia. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 330</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia  
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 300, PPGE				
Data:	27 de agosto de 2021	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17h15
Matrícula do Discente:	11912ECO002				
Nome do Discente:	Daniel Senna Dias				
Título do Trabalho:	Desindustrialização no novo padrão de reprodução do capital latino-americano				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento e Dependência				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Carlos Alves do Nascimento - UFU; Hugo Figueira de Souza Corrêa - UFF; Niemeyer Almeida Filho - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em decorrência da pandemia pela COVID-19 e em conformidade com Portaria Nº 36/2020, da Capes e Ofício Circular nº 1/2020/PROPP/REITO-UFU, a participação dos membros da banca e do aluno ocorreu de forma totalmente remota via webconferência. O Professor Hugo Figueira de Souza Corrêa participou desde a cidade de Niterói (RJ). Os demais membros da banca e o aluno participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Niemeyer Almeida Filho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2021, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alves do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2021, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Figueira de Souza Corrêa, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2991680** e o código CRC **DE30BF97**.

Em memória dos mais de 500 mil mortos  
(número que só cresce) pela pandemia de  
covid-19 e pelo governo genocida de Jair  
Bolsonaro.

Em memória de Ruy Mauro Marini,  
grande intelectual latino-americano e  
referência para meu trabalho dissertativo e  
militância.

## AGRADECIMENTOS

Exausto, sem forças e exaurido física e psicologicamente, o período de escrever a dissertação de mestrado foi um dos mais difíceis da minha vida, porém aqui está a dissertação pronta e ela não teria sido possível sem as tantas pessoas amadas que me ajudaram nesse momento. Com certeza não conseguirei listar todos, todas e todes que estiveram comigo nesse processo doloroso, mas saibam do amor que guardo por todos por vocês.

Primeiro eu quero agradecer a Universidade pública, que resiste mesmo diante de tantos ataques, sendo o espaço onde depositamos a esperança de mudar nossa realidade. Segundo eu quero agradecer ao PPGE-UFU, por ter me aceitado e contribuído imensamente para minha formação. Em especial eu quero agradecer a Camila, que tantas vezes me ajudou e é a prova da competência e excelência do serviço público brasileiro.

Segundo, agradeço minha família: meu pai, minha mãe, minha irmã, meu cunhado Lucas (que é um irmão pra mim), vocês tornaram esse sonho possível e nada seria possível sem vocês. Por último, mas não menos importante, eu quero dedicar esse trabalho ao meu sobrinho Erick, recém nascido num mundo tão desolado. Espero que você compartilhe de um mundo melhor do que este no futuro.

Agradeço também a todos os meus amigos da UFU pelos momentos inesquecíveis e os aprendizados essenciais, sem vocês eu teria desistido. Vocês me ensinaram que nos piores momentos, mesmo estando num meio tão egocentrista que é uma pós-graduação, ainda é possível ter relações de fraternidade e amor. Obrigado: Laura, Alexia, Luara, Bia, Gustavo, Henrique, Daniel, Naiara e tantos outros.

Um agradecimento especial aos meus amigos e primos: Pedro, Lucas, Luciano, Pedro, Bia, Day, Carol, Edu, Isa, Thaiz e Hellen. Eu amo muito todos e todas vocês, mesmo me sentindo sozinho, como muitas vezes me ocorreu, eu pensava em vocês. Vocês, para mim, são a prova que o amor ultrapassa barreiras e fronteiras.

Agradeço ao Niemeyer e Marisa pelo apoio. Agradeço também ao Hugo Corrêa e Carlos Nascimento por aceitarem estar na minha banca de defesa e contribuírem para minha formação. Obrigado.

Não poderia esquecer do meu psicanalista! Zé, eu não tenho palavras para descrever o quão importante foi a sua contribuição para a minha mudança pessoal, que influenciou na elaboração deste trabalho.

*“O mundo de amanhã é o nosso mundo.  
Em seu nome, exigimos que se façam os grandes sacrifícios  
E as renúncias forçadas e arregimentação geral”*

*Ruy Mauro Marini*

“hasta la victoria siempre” Che Guevara

“Vou te contar a lenda da bixa esquisita  
Não sei se você acredita ela não é feia (nem bonita)” Linn da quebrada



## RESUMO

Após quase meio século de industrialização, a América Latina permanece como primário-exportadora. Muitas teorias econômicas buscaram explicar a situação atual de estagnação econômica com desindustrialização. Ao nosso julgo, nenhuma delas conseguiu articular os principais problemas vividos por essas economias, com uma perspectiva mais totalizadora, que embarcasse toda a complexidade do tema. Segundo a Teoria Marxista da dependência, as transformações ocorridas na periferia latino-americana ao longo da história do capitalismo seguiram o curso de manter a sua condição dependente, definida como uma situação de subordinação entre nações no âmbito econômico, construída historicamente. A dependência molda as estruturas econômicas da periferia dentro de uma dialética externo e interno. As mudanças externas na economia mundial, quando internalizadas, reproduzem um capitalismo único. Para compreender esse tipo de capitalismo *suis generis*, utilizamos uma categoria em um nível de abstração intermediário entre a economia mundial e as formações econômico-sociais latino-americanas, chamada de o padrão de reprodução do capital. No capitalismo contemporâneo, o capital fictício assume a cabine de controle da acumulação de capital, tornando tudo subordinado a sua lógica. O padrão de reprodução do capital da América Latina, além de ser primário-exportador e especializado, também constitui-se como uma plataforma de valorização fictícia e financeira. Nesse sentido, defendemos a hipótese de que há uma relação de simbiose entre a financeirização com a reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização. Constatamos isso através de uma análise de dados qualitativa das exportações e importações e de dados sobre a desindustrialização em curso no Brasil e, posteriormente, com uma investigação sobre a balança de pagamentos de Argentina, Brasil e México, sobretudo a conta financeira. Finalizamos com a exposição do aumento significativo da dívida pública dessas três economias, o que, por sua vez, nos mostrou uma perda de autonomia de política. Enfim, a configuração do capitalismo financeirizado, juntamente com a integração desigual e combinada no mercado mundial entre países imperialistas e dependentes, molda um padrão de reprodução do capital cujo a consequência é a desindustrialização da periferia.

**Palavras-chave:** América Latina; Padrão de reprodução do capital; Desindustrialização; Financeirização.

## ABSTRACT

After nearly half a century of industrialization, Latin America remains a primary exporter. Many economic theories sought to explain the current situation of economic stagnation with deindustrialization, in our opinion, none of them managed to articulate the main problems experienced by these economies with a more totalizing perspective. According to the Marxist Theory of Dependence, the transformations that took place in the Latin American periphery followed the course of maintaining the dependent condition, which is defined as the situation of subordination between nations in the historically constructed economic sphere. Dependence shapes the economic structures of the periphery within an external and internal dialectic, external changes in the world economy, when internalized, reproduce a unique capitalism. To understand this type of *suis generis* capitalism, we use a category at an intermediate level of abstraction between the world economy (totalizing) and the Latin American social and economic formations, called the capital reproduction pattern. In contemporary capitalism, fictitious capital takes control of capital accumulation, making everything subordinate to its logic. The pattern of reproduction of Latin American capital, in addition to being primary exporter and specialized, is also a platform for fictitious and financial valuation. In this sense, we defend the hypothesis that there is a symbiotic relationship between financialization with the reprimarization of the export agenda and deindustrialization. We confirm this through an analysis of qualitative data on exports and imports and data on the ongoing deindustrialization in Brazil and, subsequently, an investigation on the balance of payments in Argentina, Brazil and Mexico, especially the financial account. We end with an explanation of the significant increase in public debt, which leads to a loss of policy autonomy. Finally, the configuration of financialized capitalism, together with the unequal and combined integration in the world market between imperialist and dependent countries, shapes a pattern of reproduction of capital whose consequence is the deindustrialization of the periphery.

**Keywords:** Latin America; Capital reproduction pattern; Deindustrialization; Financialization.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Evolução das exportações brasileiras em bilhões de US\$ - 1983 a 2015 .....	22
<b>Gráfico 2.</b> Evolução das importações brasileiras em bilhões de US\$ - 1983 a 2015 .....	23
<b>Gráfico 3.</b> Evolução da taxa anual de crescimento do PIB das sete regiões do mundo (em %) de 2000-2019 .....	24
<b>Gráfico 4.</b> Evolução do saldo da balança de pagamentos argentina em milhões (\$) .....	89
<b>Gráfico 5.</b> Evolução do saldo da balança de pagamentos brasileira em milhões (\$) .....	89
<b>Gráfico 6.</b> Evolução do saldo da balança de pagamentos mexicana em milhões (\$) .....	90
<b>Gráfico 7.</b> Evolução do saldo da conta financeira brasileira milhões (\$) .....	91
<b>Gráfico 8.</b> Evolução do saldo da conta financeira argentina milhões (\$) .....	92
<b>Gráfico 9.</b> Evolução do saldo da conta financeira mexicana milhões (\$) .....	92
<b>Gráfico 10.</b> Evolução do Saldo da dívida pública mexicana por participação percentual no PIB .....	94
<b>Gráfico 11.</b> Evolução do Saldo da dívida pública brasileira por participação percentual no PIB .....	94
<b>Gráfico 12.</b> Evolução do Saldo da dívida pública argentina por participação percentual no PIB .....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: DA INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ A DESINDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 A natureza das industrializações na América Latina.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Interpretações sobre os fenômenos da desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 2: UMA REVISÃO NAS CATEGORIAS ANÁLITICAS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 Uma análise sobre a categoria de dependência .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 A categoria de Padrão de Reprodução do Capital.....</b>	<b>49</b>
<i>2.2.1 Historizarão dos tipos de padrões de reprodução do capital até o atual padrão exportador de especialização produtiva .....</i>	<i>60</i>
<b>CAPÍTULO 3: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO LATINO-AMERICANA.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 O período de transição do padrão de acumulação fordista para o financeiro.....</b>	<b>66</b>
<b>3.2 A gênese do capital na etapa financeira do padrão de acumulação de capital pós-1970 .....</b>	<b>69</b>
<i>3.2.1 A exposição marxiana acerca da categoria de capital fictício.....</i>	<i>69</i>
<i>3.2.2 Interpretações sobre o padrão de acumulação sob domínio do capital fictício.....</i>	<i>74</i>
<b>3.3 A nova espiral da dependência no capitalismo financeirizado .....</b>	<b>84</b>
<i>3.3.1 Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado .....</i>	<i>84</i>
<i>3.3.2 A simbiose entre a financeirização e a desindustrialização .....</i>	<i>88</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Se formos desconsiderar os anos áureos do *boom* das exportações de commodities da década de 2000, a América Latina passa por mais de vinte anos convivendo com o baixo dinamismo econômico. Após quase meio século de período industrializante, os países da região seguem na posição de primário-exportadores. A conjuntura mundial nessa época histórica, em específico, acentuou os problemas estruturais dessas economias, como a fragilidade financeira e a vulnerabilidade externa. Por fragilidade financeira podemos entender, segundo Carcanholo (2005, p.75), como sendo “a capacidade de pagamento de compromissos de uma economia específica”. E por vulnerabilidade externa, em geral, entende-se como a “baixa capacidade de resistência dessa economia nacional (regional) frente a choques externos decorrentes, inclusive, da própria fragilidade externa dessa economia” (CARCANHOLO, 2005, p.75). Além desses dois fenômenos, outro também ficou evidente, a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização.

Passado a euforia do curto período de tempo de crescimento econômico dos anos 2000, a desindustrialização entrou em pauta na discussão entre os economistas das mais variadas vertentes. Atualmente, o país com maior parque industrial da América Latina, o Brasil, perde significativamente o peso da indústria manufatureira na geração do Produto Interno Bruto (PIB) e na geração de emprego, além de internacionalmente o país estar diminuindo seu parque industrial frente a outros países, sobretudo os asiáticos. Na nossa visão, essas perspectivas falham ao não conseguirem articular as mudanças do desenvolvimento interno com a configuração da economia mundial.

Em outras palavras, o padrão de acumulação a nível global engendrou mudanças na estrutura econômica, sendo a desindustrialização um exemplo. Primeiramente, por padrão de acumulação entendemos como as leis de funcionamento do capitalismo que se manifestam em formas históricas diferentes e que moldam o tipo de acumulação de capital. Em cada padrão, um setor eixo da economia é responsável pelo dinamismo econômico, ou seja, uma forma específica aparentemente autonomizada do capital têm predominância os rumos da acumulação.

Então, para a missão de compreender a complexidade desses fenômenos, utilizamos a Teoria Marxista da dependência, segundo a qual a América Latina está subordinada a uma relação de dependência informal no âmbito econômico do mercado mundial com países dos centros (imperialistas). O tipo de acumulação de capital ocorrido nos centros dita os rumos da acumulação de capital no restante do mundo. Segundo Theotonio (2021), essa dialética entre

as mudanças externas que se internalizam e moldam as estruturas econômicas internas fazem parte da dependência. Marini (2005a) defende que devido a integração latino-americana, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em meados do século XIX e início do século XX, como primário-exportadora, e seguida desde então, engendram um tipo de capitalismo único no subcontinente. É único pois nele operam elementos estruturais como a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, ou seja, o excedente de valor gerado no interior das economias dependentes é subtraído para compor a acumulação dos capitais centrais. A transferência de valor ocorre no mercado mundial e essa subtração se dá entre capitais de alta composição orgânica do capital<sup>1</sup> (mais produtivos) se apropriando de mais-valor não produzido oriundo da produção dos capitais de baixa composição orgânica (menos produtivos), ou seja, uma divisão desigual da taxa média de lucro entre capitais da periferia dependente e capitais centrais. Para fazer frente a essa transferência de valor, as economias recorrem a um mecanismo de compensação, a superexploração da força de trabalho, que pode ser resumida como a intensificação no grau de exploração da força de trabalho em decorrência de uma baixa produtividade e que normalmente se expressa na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. A transferência de valor e superexploração são dois aspectos interligados e estruturais da economia dependente, oriundos do desenvolvimento da economia mundial.

Como o capitalismo dependente é resultado de um desdobramento do mercado mundial, para compreendermos como o ciclo do capital funciona numa economia dependente, a TMD cunhou a categoria Padrão de Reprodução do Capital (PRC, a partir de então). A categoria busca o nexo entre o padrão de acumulação de capital a nível mundial e as formações econômico-sociais, sendo, portanto, uma categoria intermediária de abstração. Desde os países latino-americanos, foram constituídos três tipos de PRC: o agromineiro exportador, o industrializante e o novo padrão exportador de especialização produtiva. Segundo Osorio (2012b), o novo padrão é fruto do desdobramento da configuração do capitalismo mundial após a crise estrutural de meados de 1960 e 1970, na qual a América Latina assenta seu desenvolvimento nos setores produtores de bens intensivos em recursos naturais ou em trabalho.

---

<sup>1</sup> A composição do capital pode ser pensada em dois sentidos, a composição valor do capital e a composição técnica do capital. A composição de valor é referente a repartição do valor dos meios de produção e o valor correspondente da força de trabalho. No referente a matéria, composição técnica do capital, é a divisão da proporção dos meios de produção utilizados e do trabalho vivo despendido para produção. Ambas representam a composição orgânica do capital ou a composição do capital. Toda vez que nos referimos a ela neste trabalho consideramos as duas composições.

Sobre a nova etapa do capitalismo atual, ela é caracterizada por ser financeirizada. Por financeirização entendemos: o distanciamento da esfera da produção, real da economia, e a esfera da circulação, na qual o capital fictício, no campo das aparências, tende a se deslocar do capital industrial. O típico traço da etapa do capitalismo contemporâneo é sua forma de valorização fictícia preponderante sobre os demais. Sobre o capital fictício, ele aparece na seção V do Livro III do *Capital* de Marx (2017), quando o autor trata dos desdobramentos dialéticos das formas autonomizadas, que se depreendem do capital industrial e cumprem uma função no processo produtivo (a imagem de cada capitalista responsável por uma fase do ciclo do capital industrial). O capital fictício é um desdobramento dialético do capital portador de juros, porém, diferente de seu par, não possui vínculo direto com a produção, assumindo um caráter meramente especulativo no campo das aparências (na essência ele está vinculado ao capital industrial). Na atual fase do capitalismo, o capital fictício está na cabine de comando da acumulação capitalista (AMARAL, 2012), subjugando as demais formas a sua lógica especulativa.

As transformações do pós-1970 vieram como resposta à crise verificada em meados de 1960 e acentuada em 1970 (CARCANHOLO; BARUCO, 2011). Toda crise no capitalismo é uma crise de sobreacumulação de capital, ou seja, há uma sobreacumulação de capital e a taxa de lucro diminui, são nas crises em que há uma acentuação entre produção e apropriação. A crise é gerada por elementos constituintes do próprio ciclo do capital, bem como os elementos de sua superação para a composição de uma nova composição da unidade do capital. Então, as mudanças, como a desregulamentação financeira e trabalhista, a perda do poder sindical e a reestruturação produtiva foram a solução para contra-arrestar a tendência da queda da taxa de lucro. Há também de se destacar que as inovações tecnológicas, principalmente nos setores de ponta (em microeletrônica, por exemplo), expandiram as possibilidades de valorização do capital e modificaram radicalmente a esfera financeira e produtiva. O último traço distintivo da atual etapa é a agudização das crises, pois o capital fictício acentua uma característica que é inerente ao movimento do capital. No referente ao arcabouço ideológico, o neoliberalismo vem como arcabouço teórico para sustentar discursos, políticas econômicas, sociais, políticas e etc., para a concretização de tais elementos necessários para o novo padrão de acumulação.

Na periferia latino-americana, a crise só veio a se manifestar em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Em 1980, as economias inseriram-se no circuito financeiro mundial de maneira passiva porque depois de contraído vultosos empréstimos na década passada, nos mercados de capitais fora do controle do *Federal Reserve system* (FED), a escalada da taxa de juros internacional efetuada pelos EUA fez com que essas economias se tornassem presas numa

espiral de dívidas. Em 1990, configura-se uma inserção ativa no circuito financeiro com a abertura comercial e financeira, além das reformas, sendo uma ação deliberada do Estado para atração de capital estrangeiro.

A inserção subordinada das economias dependentes no circuito financeiro impôs novos aspectos financeiros ao PRC. Além da especialização produtiva em bens primários e o perfil exportador, essas economias se tornaram verdadeiras plataformas de valorização financeira e fictícia. Nesse sentido, Raposo (2018) acrescenta uma nova qualificação na dependência latino-americana, trazendo esse aspecto fictício e a valorização do capital no novo padrão. É a partir de suas contribuições que nos guiamos pela pergunta de pesquisa “qual a relação entre a financeirização e a desindustrialização no novo padrão de reprodução do capital?”. Para tal, investigamos a balança de pagamento das três maiores economias da região<sup>2</sup>, além da relação dívida pública e PIB.

Nesse sentido, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro objetivamos investigar a inserção externa latino-americana depois de quase meio século de industrialização, primeiro num estudo sobre a natureza da industrialização de acordo com a interpretação de Bamberger (2013), para numa segunda seção fazer uma discussão sobre as visões acerca da desindustrialização. No segundo capítulo fizemos uma revisão da bibliográfica na Teoria Marxista da dependência, discutindo suas principais categorias e periodizando os padrões de reprodução do capital de acordo com cada fase da dependência. No terceiro capítulo fazemos uma contextualização histórica do capitalismo contemporâneo, perpassando também por uma discussão sobre as perspectivas marxiana e marxista sobre a categoria do capital fictício para compreender o caráter da atual fase capitalista. Por fim, partimos para a análise da inserção subordinada do capitalismo periférico no circuito financeiro e terminamos com apontamento de um traço distintivo da atual fase da dependência que é o atrelamento da financeirização com a desindustrialização.

---

<sup>2</sup> Infelizmente, devido às limitações circunscritas para quem escreveu essa dissertação na atual conjuntura econômico-política e sanitária, um estudo mais pormenorizado da região ou abarcando mais países não foi possível. Estamos cientes de que o padrão de reprodução do capital na Argentina, Brasil e México não são os mesmos para os demais países da região, principalmente para aqueles do grupo B, denominado por Bamberger (2013). O objetivo aqui é trazer luz aos novos elementos e relações desse padrão e apontar uma tendência na região.



## **CAPÍTULO 1: DA INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ A DESINDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Para um estudo das estruturas econômicas na perspectiva da teoria marxista da dependência nos basearemos na obra de Vânia Bambirra (2013), *Capitalismo dependente latino-americano*. Em seu livro, a autora articula, em um grau menor de abstração, a situação de dependência e as estruturas econômicas das formações econômico-sociais latino-americanas. Por formações econômico-sociais podemos compreender como unidades político-econômico solidificadas em bases capitalistas - com menos rigor -, são os países por assim dizer. E por dependência, por enquanto, podemos entender a situação de subordinação econômica, e muitas vezes política, na qual os países periféricos dependentes inserem-se no mercado mundial em relação aos países centrais sob uma lógica imperialista. A dependência modula as estruturas produtivas internas e influencia na sua composição de forças internas (DOS SANTOS, 2021).

A autora utilizou o método histórico-estrutural, o qual permitiu analisar a evolução qualitativa das estruturas produtivas ao longo da história. O corte histórico utilizado foi o período do pós segunda guerra mundial (II GM), no qual a configuração do capitalismo, somado aos fatores internos, impulsionaram transformações modernizadoras (transformações de caráter conservador que modificam as estruturas produtivas dessas economias mantendo a condição dependente). O central da discussão é identificar os elementos da industrialização dependente.

Na segunda seção, vamos revisar algumas das visões acerca da desindustrialização e reprimarização no Brasil. Os dois fenômenos, quando ocorridos em uma economia de baixa renda per capita, denomina-se de desindustrialização precoce. Para autores da vertente heterodoxa da literatura econômica, a falta de um setor com forte poder de encadeamento e capaz de gerar progresso técnico para substituir a retração do setor industrial gera um quadro de baixo dinamismo econômico. Porém, há vertentes na literatura que advogam sobre os ganhos da especialização produtiva e qualquer tentativa de intervenção estatal na realocação ótima dos recursos ocasiona entraves ao crescimento econômico. Autores dessa vertente mais ortodoxa normalmente usam como exemplo o *boom* das exportações de commodities na década de 2000. Terminamos a seção com a visão de Adrian Sotelo Valencia (2004) sobre desindustrialização no intuito de anunciar nossa perspectiva teórica, que caracterizam como reflexo do perfil da dependência na nova etapa do capitalismo contemporâneo.

A hipótese defendida no capítulo é que mesmo depois de quase meio século de industrialização as formações econômico sociais latino-americanas continuam sendo primário-exportadoras, com a rara exceção do Brasil, considerado o país mais industrializado. Porém, o país também retornou a sua especialização primário-exportadora, semelhante ao início do século XX. O que vemos ao fazer uma análise qualitativa das exportações e importações brasileiras parece corroborar nossa hipótese e desembocar na segunda discussão do capítulo.

### **1.1 A natureza das industrializações na América Latina**

Para explicar a natureza da industrialização dependente, Bambirra (2013) percebeu que os países latino-americanos possuem características em comum no que concerne a inserção no mercado mundial. Esse aspecto em comum gerou um tipo de industrialização parecido, pelo menos para uma maioria das nações, num nível mais elevado de abstração. Existem diferenças entre as economias quando vamos investigar no nível das estruturas econômicas, podemos citar, como exemplo, as distinções entre as estruturas produtivas de Brasil e Bolívia. Nesse sentido, a autora diferencia os países em dois grupos<sup>3</sup>, com elementos em comum que conformaram processos industrializantes antes e depois do pós-IIGM. São chamados de grupo A, países com uma indústria manufatureira complementar às atividades primário-exportadoras antes de 1945, e grupo B, países onde a indústria manufatureira só ocorreu após 1945. Além disso, poder-se-ia considerar ainda um grupo C, porém não seria possível por falta de pontos em comum entre os países (no caso, Panamá, Haiti e Paraguai). A autora brasileira elenca dois motivos para explicar sua tipologia: primeiro, apenas é possível estudar esse tipo de sociedade como parte integrante da expansão do capitalismo, a economia mundial determina o desenvolvimento do capitalismo periférico e, segundo, essas mudanças são internalizadas e reorientam a acumulação dependente.

Para o grupo A, os elementos gestados no interior do modelo de desenvolvimento primário-exportador, que permitiram a transformação modernizadora foram de duas ordens: a existência de relações plenamente capitalistas pré-crise de 1929 e, por conseguinte, a crescente proletarização. Basicamente podemos resumir que os países do grupo A contavam com um desenvolvimento industrial manufatureiro complementar à atividade primário-exportadora, com centros urbanos e a presença de uma burguesia industrial manufatureira interna capaz de

---

<sup>3</sup> Países pertencentes ao grupo A: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Grupo B: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panama, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. Bambirra (2013) cogitou a hipótese de um terceiro grupo formado por Haiti, Paraguai e Panamá, porém a falta de pontos em comum entre as estruturas produtivas comprometeria suas conclusões.

dar início a uma industrialização nos momentos de conjunturas excepcionais, como a crise de 1929 e o entre guerras. Bambirra (2013) argumenta a existência, no grupo A, de um mercado interno minimamente dinâmico, que possibilitou o atendimento de uma demanda restringida nos momentos de conjunturas excepcionais por produtos industriais locais. O mercado interno foi fruto do desenvolvimento das relações capitalistas nas formações dependentes-exportadoras, parcela da renda que transbordou para fora do eixo do setor dominante formou uma pequena indústria manufatureira. A indústria complementar buscava satisfazer a demanda incipiente dos centros urbanos, sobretudo. Essa demanda pode ser dividida em duas partes: um dos capitalistas e outra dos assalariados. A demanda dos capitalistas é crescente por causa do sucesso do setor exportador, porém os burgueses, em conjunturas normais, importavam produtos dos centros hegemônicos, logo não eram a base do desenvolvimento industrial, a princípio. Enquanto para os assalariados, a demanda era crescente para produtos manufaturados nacionais. Há outros fatores para explicar o aumento da demanda dos assalariados. Conforme a produtividade do setor exportador aumentava, empregava-se mais força de trabalho, de forma a elevar o nível de emprego da economia; somado ao fato de que o crescimento do setor exportador implicava necessariamente o cobrimento de novas áreas de cultivo, desembocando numa disputa por terras sadias em que o camponês levava a pior e era impelido a buscar trabalho nos centros urbanos, gerando êxodo rural. Ficava evidente que por um curto período de tempo a indústria manufatureira se desenvolveu em cima da demanda por bens necessários, esse foi um traço diferencial do grupo A.

Sendo assim, a indústria manufatureira dos países do tipo A, durante a breve desorganização no sistema mundial, entre a primeira e segunda guerra mundial, supriu a totalidade da demanda interna, conseqüentemente, entrando num movimento de retroalimentação em que o aumento da demanda estimulava a ampliação da produção e elevava o nível de emprego e renda da economia. Dessa forma, gerou-se no âmago das formações dependentes-exportadoras as condições internas para a superação da crise de sobreprodução, ao se concentrar o mercado interno nos centros urbanos, facilitando assim a localização da produção; a própria dinâmica do setor industrial, conforme crescia, absorvia cada vez mais uma massa de mão-de-obra, o que, por sua vez, gerava mais assalariados e, portanto, mais consumidores (BAMBIRRA, 2013, p.73).

Ao contrário das economias do tipo A, nos países do tipo B, o setor primário exportador era dominado quase que exclusivamente de maneira sistemática e intensiva pelo imperialismo, o que impediu um entrelaçamento setorial. Predominava nesse tipo de economia o enclave no qual se caracterizou por todos os setores econômicos serem subordinados e limitados pelo setor

exportador primário, sob domínio do capital estrangeiro, com raras exceções e insignificantes participações do capital nacional privado. Consequentemente, os assalariados, que eram a parte principal constitutiva da demanda, foram reféns de armazéns, cujo a venda de produtos importados era de alto custo e prendia o trabalhador com dívidas quase impagáveis ou, quando pudessem, recorriam a agricultura de subsistência. De qualquer forma, os mecanismos da superexploração da força de trabalho<sup>4</sup> eram mais intensos e os trabalhadores ganhavam para viver no dia seguinte. Logo, não é possível afirmar que houve uma atividade complementar ao setor exportador dominado pelo capital estrangeiro de maneira a constituir uma burguesia nacional, no mínimo o que havia era uma pequena burguesia com aspiração nacionalista, mas sem forças para tomar as rédeas de um projeto industrializante.

A fase de desenvolvimento autônomo durante o curto período de desorganização da economia mundial capitalista do pós grande crise e o entre guerras não durou muito e não foi capaz de gerar um desenvolvimento das forças produtivas tal qual houve séculos antes nos países centrais. Porém, pelo menos nos países do grupo A, podemos afirmar que nestas duas conjunturas específicas houve um alívio no grau de dependência, ou seja, uma diminuição nos mecanismos regentes da dependência<sup>5</sup> (LUCÉ, 2018), de maneira a constituir projetos autônomos de desenvolvimento de cunho nacionalista favorecidos pela conjuntura internacional.

Nos anos seguintes do pós II GM, o capitalismo engendrou uma nova DIT, marcada pela integração monopólica. As economias latino-americanas passaram de formação-dependentes exportadoras primárias para formações-dependentes industriais, voltadas para o mercado interno, pelo menos a maioria delas. No que concerne ao grupo A, o setor exportador passou a assumir a função complementar ao industrial, obtendo divisas necessárias para a continuação da industrialização. Num processo que Bamberger (2013), e depois Dos Santos (2021), chamaram de acumulação externa de capital, “[...] isto é, a necessidade de que a reprodução do sistema capitalista inclua o setor externo” (DOS SANTOS, 2021, p.63). O setor I, dito por Marx como o setor de bens de produção (maquinários, matérias-primas industrializadas e etc.), é obtido externamente por essas economias. A orientação da política econômica consiste em criar capacidade de importar, taxando bens não essenciais a

---

<sup>4</sup> Superexploração não entendida como maior exploração sobre a força de trabalho, mas como categoria estruturante da dependência, na qual a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor. Detalharemos melhor no segundo capítulo da dissertação.

<sup>5</sup> Mecanismos que veremos para frente: transferência de valor, superexploração da força de trabalho e cisão do ciclo do capital (LUCÉ, 2018). Veremos mais para frente tais categorias.

industrialização e exportando produtos primários na finalidade de conseguir divisas para compra de maquinários e afins.

Os anos posteriores a 1945 são marcados pela associação do capital estrangeiro ao capital privado nacional e estatal para o avanço para as demais etapas da industrialização. É neste período também que os países do grupo B ingressaram no projeto de industrialização dominado pelo capital estrangeiro. Para o grupo A, a burguesia estava ciente de que não poderia competir com o capital estrangeiro e preferiu aliar-se a ele, pois possuíam o monopólio das tecnologias do setor de produção de bens. Diferentemente dos anos anteriores, o período foi marcado pelo imperialismo indo em direção à periferia, não apenas para obter matérias-primas, mas para produzir, apropriar-se do mercado interno e exportar capital-maquinário dentro de um cenário de integração monopólica, além da conjuntura de corrida armamentista entre União das Repúblicas Socialistas soviéticas (URSS) e EUA (Bambirra, 2013). Filiais e/ou até plantas inteiras de fábricas foram transferidos para a periferia. Claramente o movimento de transferência de capital-maquinário foi oriundo da própria dinâmica capitalista nos centros, quando a concorrência entre os capitais centrais tornou obsoleta certa tecnologia e a parte obsoleta foi levada à periferia como investimento estrangeiro direto ou exportada. São resultados da nova etapa: o controle do domínio dos setores manufatureiros incipientes no período, a exemplo da produção automobilística; a intensificação de concentração e centralização da economia, as empresas estrangeiras ao adentrarem no mercado latino-americano tendem a suprimir as concorrentes nacionais; a desnacionalização paulatina dos meios de produção sob propriedade de empresários nacionais por estrangeiros; o conluio da burguesia nacional com a imperialista, não só no âmbito econômico, mas no político e militar.

Nos é oportuno citar a explicação de Dos Santos (2021, p.67) acerca da industrialização com associação do capital estrangeiro. Segue o autor:

O processo de industrialização, nas formações socioeconômicas dependentes, assume uma forma diferente dos países capitalistas centrais, originários, independentes ou dominantes. Nas formações dependentes, a industrialização não foi produto do desenvolvimento interno da tecnologia, e sim da importação de uma tecnologia e uma base produtivas geradas e monopolizadas externamente, que seguiam seu ritmo próprio de acumulação e se orientavam por motivações distintas das circunstâncias locais dos países que a importavam. Não era necessário que o capital estrangeiro controlasse o setor industrial, como fez posteriormente, a partir de 1950, para condicionar o desenvolvimento industrial dependente.

Mesmo na fase da conjuntura excepcional, na qual se teve um curto período de desenvolvimento autônomo, as burguesias nacionais falharam e não conseguiram avançar para as demais etapas produtivas do processo por conta própria e a integração com o capital

estrangeiro<sup>6</sup> foi inevitável. Então, a industrialização se desenvolveu em conluio do capitalista nacional com o internacional. Os investimentos se deram principalmente sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Para investirem na periferia, os centros precisam ter em vista a obtenção de lucros extraordinários no curto prazo. Assim, entra em cena a intervenção estatal tanto das nações centrais quanto das nações periféricas. O Estado nos centros entrou financiando os custos dos exportadores. O Estado dependente ajudou na manutenção de baixos salários, com o protecionismo natural gerado pela desvalorização da moeda nacional e inflação, protecionismo tarifário<sup>7</sup>, além de isenções fiscais (DOS SANTOS, 2021). Porém, existe um motivo principal para os capitais dos países imperialistas dominarem o avanço da industrialização periférica, caso o desenvolvimento econômico fosse realmente endógeno e essas economias lograssem chegar na fronteira tecnológica através das reformas estruturais (reforma agrária, principalmente), isso significaria um rearranjo da DIT e o surgimento de projetos autônomos de sociedade, o que seria uma perda da dominação dos centros e fim da condição dependente. Nesse sentido, o imperialismo agiu monopolizando o progresso técnico e, por consequência, controlando o mercado interno e o fornecimento de matérias-primas, ao passo que as burguesias nacionais aceitavam sua condição submissa.

Bambirra (2013) caracteriza a penetração do capital estrangeiro e o desenvolvimento industrial em quatro aspectos. Começamos pela relação dos países do grupo A. A primeira consiste na já mencionada acumulação externa, a quase ausência do setor de produção de bens de capital leva as economias a recorrerem ao mercado externo para a compra de maquinários, fato que reforça a dependência tecnológica da periferia. O Brasil é o caso à parte, pois com o fim do II Plano Nacional de Desenvolvimento o país chegou mais longe no projeto industrializante, chegando a produzir bens de capital (CASTRO ALVES, DE SOUZA, 1985). Entretanto, pós-1980 o parque industrial brasileiro foi rapidamente sucateado e defasado. A segunda é uma consequência da primeira, o progresso tecnológico esteve sob domínio do capital estrangeiro (através da propriedade de patentes e afins) ou quando as próprias empresas instalavam filiais na periferia e produziam internamente, assim, o aumento da produtividade oriundo de um avanço do progresso técnico incorporado externamente levou a uma equalização

---

<sup>6</sup> A associação do capital nacional com o internacional não quer dizer ausência de concorrência entre eles. Existe disputa no interior das burguesias e em alguns momentos são agudizadas e se tornam crises políticas de natureza econômica, há exemplos. Dos Santos (2021) cita a crise brasileira de 1964 e o manejo da ditadura brasileira pós-golpe para conciliar interesses; também podemos citar a crise no Chile, em 1973, que culminou no surgimento da ditadura chilena. De qualquer forma, a saída da crise e retomada do desenvolvimento capitalista sempre seguiu com a condição dependente.

<sup>7</sup> O protecionismo tarifário a princípio foi usado como uma tentativa das burguesias nacionais de se defenderem da investida imperialista, mas logo foi subvertido a favor de determinadas empresas transnacionais para se protegerem da concorrência das rivais.

dos preços externos e internos dos bens manufaturados. Se antes, na fase da produção de bens de consumo, a demanda assalariada era atendida pela produção nacional, nesse momento o capital nacional privado concorreu com o estrangeiro.

Na terceira condição, as empresas estrangeiras atuaram nos mercados internos a custos muito mais baixos do que as empresas nacionais, resultando numa grande disparidade entre os concorrentes estrangeiros e nacionais. Isso foi consequência do grande diferencial tecnológico entre as empresas, pois as firmas estrangeiras controlaram as novas tecnologias, aumentando a sua produtividade e auferindo maiores taxas de mais-valor relativo, no final, se apropriaram de mais-valor extraordinário e obtiveram altos níveis de acumulação. Destarte, o capital internacional se colocou numa posição superior no mercado interno e possibilitou a tomada de espaço através da precificação abaixo do que era fixado pelas rivais nacionais, por consequência, a prática limou a concorrência e facilitou o processo de concentração e centralização.

Na última condição, quanto mais o capital estrangeiro penetrava nas economias periféricas, mais dependentes delas elas se tornavam. Bambirra (2013) chamou de mecanismos acumulativos de dependência, ou seja, a presença estrangeira na nova fase da industrialização aprofundou e ampliou o controle imperialista sobre a região. Funcionou assim: as filiais dividiam os lucros: uma pequena parte era reinvestida nas nações dependentes, a outra maior parte foi remessada às matrizes situadas nos centros, a discrepância entre o que ficou e o que foi enviado gerava um déficit na balança de pagamentos, sendo sanado com a contração de empréstimos estrangeiros pagos em forma de serviços da dívida. Dessa maneira, os países dependentes se viram numa espiral, na qual os investimentos estrangeiros ocasionaram uma descapitalização que exigiu a contratação de novos investimentos estrangeiros.

Em relação a penetração do capital estrangeiro no grupo B podemos resumir em quatro característica em comum: primeiro, o controle exclusivo do capital estrangeiro sob a indústria manufatureira; segundo, o nível tecnológico alto era totalmente desenvolvido e importado dos centros; terceiro, o mercado interno era controlado por esses capitais; em quarto, setores mais rentáveis asseguravam sua lucratividade sem garantir prioridades sociais nacionais básicas. Podemos afirmar que nesse grupo a industrialização se deu maneira menos equilibrada e coerente, quando comparada ao do grupo A. Nesse sentido, as crises oriundas do caráter anárquico da produção capitalista são agudizadas e tendem a ter efeitos devastadores sobre essas economias.

Por fim, o período de industrialização começou a minguar a partir de 1970. Apenas o Brasil, com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), durante a ditadura militar,

logrou atingir a produção de bens de capital, começando a década de 1980 entre os maiores parques industriais do planeta. As duas outras maiores economias da região, Argentina e México, passaram por uma forte reconversão da estrutura produtiva para especialização primária. Fato é que foi no período industrializante que as sociedades dependentes mudaram significativamente, seja em termos de conquistas para a melhoria de vida da classe trabalhadora, mesmo com os sucessivos golpes militares com apoio do imperialismo viesse para frear essas conquistas, quanto em termos de evolução da estrutura produtiva. De qualquer forma, a condição dependente se manteve e as décadas seguintes demonstrariam o fim dos projetos de industrialização e mesmo depois de quase meio século de desenvolvimento industrial essas economias mantiveram sua inserção primário-exportadora no mercado mundial.

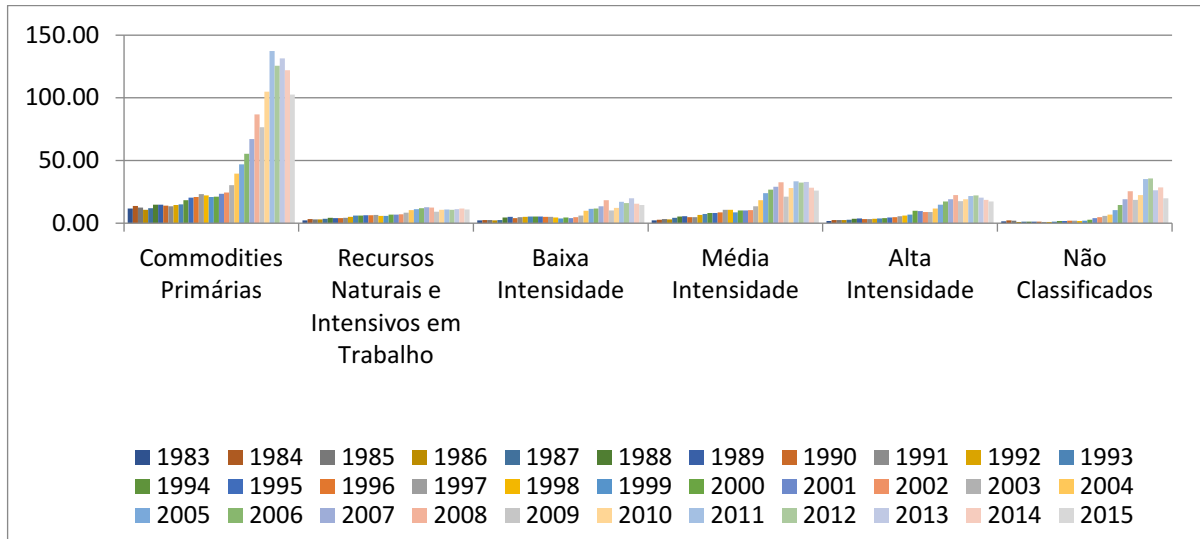
Os anos 2000 viriam mostrar um retorno do desenvolvimento calcado nas exportações primárias, levando Almeida Filho e Araújo (2013) a afirmarem que o período de industrialização foi uma excepcionalidade na história da região. Os gráficos mostrados a seguir demonstram a tendência ao longo do tempo e a intensidade do peso das exportações primárias (atualmente chamadas de commodities<sup>8</sup>) na pauta exportadora brasileira, bem como o contraste com os bens importados, em sua grande maioria são produtos baseados em alto teor tecnológico. Juntamente, no final, apresentamos o quadro da evolução da taxa de crescimento latino-americana quando comparado a demais regiões do mundo, o que sinaliza uma especialização na estrutura produtiva com baixo dinamismo econômico. Uma ressalva precisa ser mencionada, a especialização produtiva mexicana e dos países da América Central e Caribe constituem um quadro diferenciado devido às relações econômicas firmadas entre esses países, sobretudo o México e os EUA. Estes países dependentes especializaram-se na produção de bens intensivos em trabalho, apesar das exportações, por exemplo a mexicana, com bens classificados como de alto teor tecnológico. Na verdade, essas economias participam apenas das etapas finais de montagem.

---

<sup>8</sup> A diferença não se resume apenas a terminologia, bens intensivos em recursos naturais passam a ser especulados em mercados futuros, comumente chamados de commodities. A partir de então, por commodities estamos nos referindo a esse tipo de bem intensivo em recursos naturais.



**Gráfico 1.** Evolução das exportações brasileiras em bilhões de US\$ - 1983 a 2015.



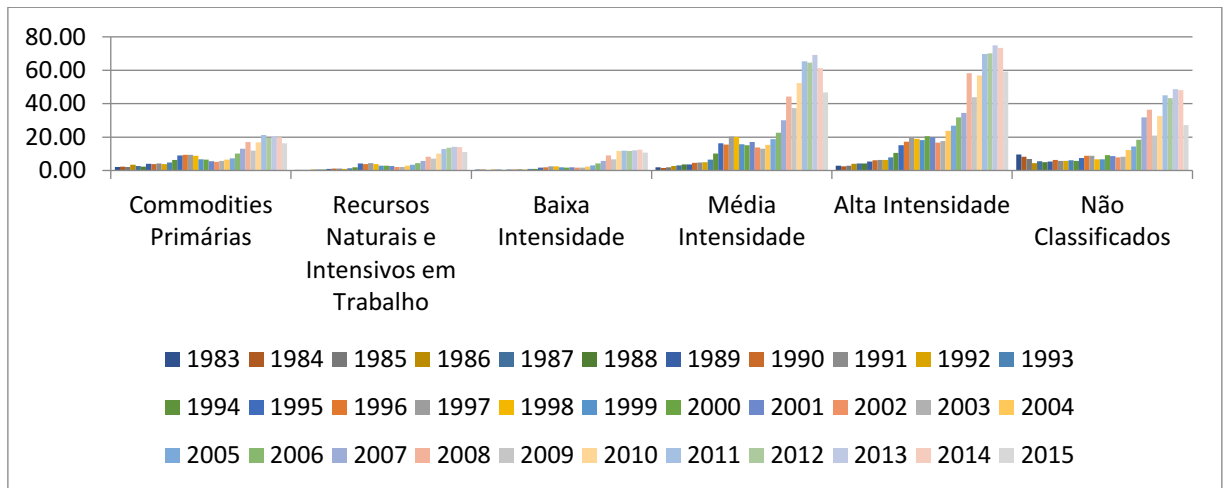
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do CAMTRADE.

Como podemos notar, os bens commodities primárias cresceram consideravelmente a partir de 2000, sendo o período correspondente ao chamado *boom* das commodities. O aumento das exportações é explicado, em parte, pelo aumento da demanda internacional, principalmente da China. Conhecido como “efeito China”, a demanda chinesa por esse tipo de bem aumentou tanto sobre o comércio externo brasileiro que no ano de 2000 o volume total das exportações brasileiras era de 1,11 bilhão de dólares e no ano de 2019 foi para 63,43 bilhões (Atlas da complexidade econômica, 2021), cerca de 27% das exportações brasileiras são destinadas à China. Tal tendência denota a importância da economia chinesa, não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, como uma região essencial para o suprimento de bens primários.

Conforme a economia brasileira aumentava o seu fluxo de comércio exterior em 1990, o setor de produção de commodities visou atender à crescente demanda internacional, o que resultou em crescentes rentabilidades, se comparado a outros setores. Influenciados pelos ganhos obtidos nas exportações deste produto, os investimentos da economia brasileira tenderam a se direcionar para a produção deste tipo de bem em detrimento dos setores menos dinâmicos, o que, somado a perda de espaço da indústria manufatureira nacional na pauta exportadora e na concorrência interna, levaram a uma especialização regressiva (para mais detalhes ver: DE NEGRI, ALVARENGA, 2011; VERISSIMO, XAVIER, 2013; CORRÊA E

XAVIER, 2013). Vejamos a evolução das importações brasileiras e como elas contrastam com os valores de uso das exportações.

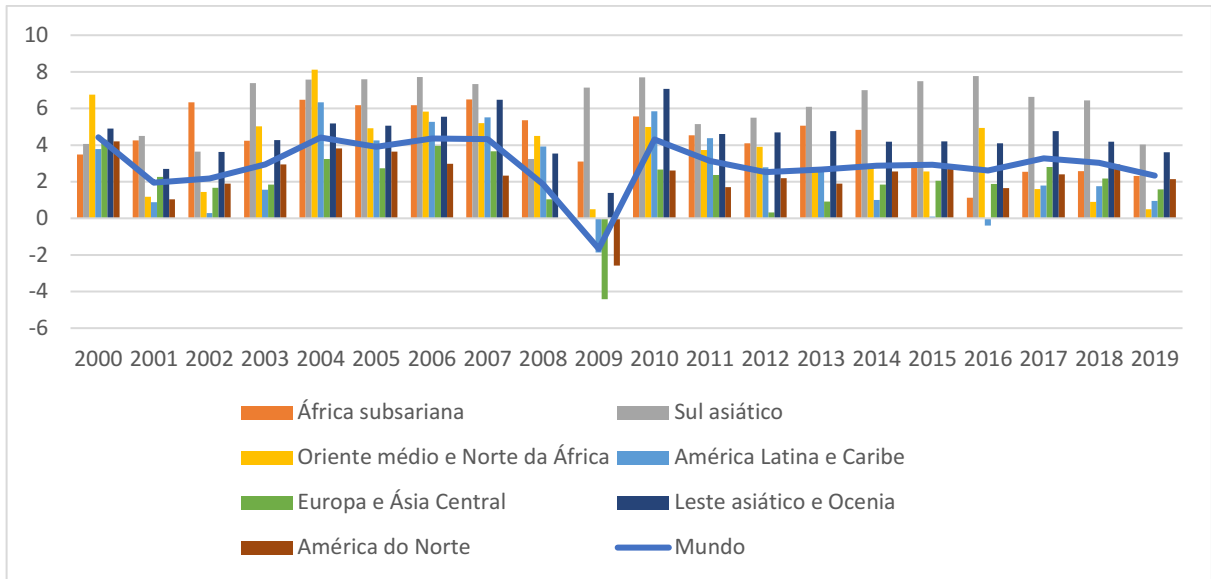
**Gráfico 2.** Evolução das importações brasileiras em bilhões de US\$ - 1983 a 2015.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do COMTRADE.

Sobre o peso das importações, são preponderantes a entrada de bens de alta e média intensidade tecnológica. Evidentemente, notamos o diferencial entre exportações-importações e o problema que isso gera na balança comercial. Em outros termos, o problema do diferencial na balança comercial é a possível presença de déficit na balança de pagamentos, caso o desempenho das exportações de commodities não compense as importações de manufaturados, ou de qualquer outro bem ou serviço de maior valor agregado (CEPAL, 2014). Mas isso será discutido no último capítulo do trabalho, pois a finalidade aqui é demonstrar a tendência dos valores de uso exportações-importações, assim como sua proporção nas últimas décadas.

**Gráfico 3.** Evolução da taxa anual de crescimento do PIB das sete regiões do mundo (em %) de 2000-2019.



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no banco de dados fornecidos pelo Banco Mundial (2020).

Nesse sentido, notamos uma explosão do comércio exterior brasileiro a partir da década de 1990 e intensificada nos anos 2000 e 2010. O *boom* das exportações de commodities impactou o desempenho econômico do país, chegando a marcar a taxa de 7,5% de crescimento do PIB ao ano em 2010 (BANCO MUNDIAL, 2021). Porém, os surtos de crescimento não se sustentaram por longo prazo, como vemos no gráfico 3. O Brasil, em particular, e a América Latina, no geral, apresentaram uma taxa de crescimento econômico aquém se comparada a outras regiões do planeta num período de quase vinte anos. Isso pode sinalizar a presença de uma especialização produtiva de caráter regressivo, cujo um dos principais fenômenos latentes é a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização. Assuntos comentados a seguir.

## 1.2 Interpretações sobre os fenômenos da desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora

Inserida na discussão anterior, esta seção busca revisar alguns dos autores que tratam da temática da desindustrialização. Elucidado o cenário atual latino-americano, o baixo crescimento econômico, com raras exceções de altas nas taxas de crescimento proporcionadas pelo aumento da demanda internacional por commodities, suscitou debates acerca da especialização da estrutura produtiva em curso. Motivados pelo *boom* das commodities, a estrutura produtiva latino-americana tendeu a se especializar nesta produção, por outro lado o setor industrial manufatureiro começou a perder relativa importância na economia. A questão

instigante ao tema gira entorno de a correspondência do valor agregado de bens primário ser igual, ou não, ao valor agregado dos bens industriais.

Nessa etapa do trabalho vamos focar no caso brasileiro, pois foi o país a chegar mais longe na industrialização. Entretanto, cabe lembrar, de acordo com Hirschman (1980), que a desindustrialização nas principais economias do subcontinente é uma realidade desde a década de 1970. Chile e Argentina, por exemplo, investiram em seu retorno à exportação agrícola durante as ditaduras de 1970. As políticas avessas às políticas industriais dos governos militares minaram as indústrias nacionais manufatureiras, atuação completamente oposta à dos militares brasileiros. No México, um audacioso plano de avanço para as demais etapas produtivas foi requerido pelo governo mexicano aos pós-keynesianos da Universidade de Cambridge, porém com a alta dos preços do petróleo em 1973, o governo se voltou para a exportação primária e a incorporação das atividades de maquiladoras.

O relatório realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em 2019<sup>9</sup> é um dos trabalhos mais recentes e reveladores sobre o tema da desindustrialização, consubstanciado em dados<sup>10</sup> sobre o crescimento real do valor adicionado manufatureiro. Segundo o IEDI (2019), a participação da indústria no PIB brasileiro sofreu uma retração de 21,4% para 12,6%, entre 1970 e 2017. O trabalho também parte de uma perspectiva internacionalista, pois foram reunidos trinta países que detinham noventa porcentagem do parque industrial do planeta<sup>11</sup>, de 1970 a 2017. Para constatar a presença de desindustrialização, o relatório parte de uma perspectiva internacional, comparando os trinta países selecionados através de quatro indicadores diferentes. O primeiro indicador mensura a parcela de cada país no valor adicionado da indústria de transformação mundial. O segundo capta a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) – a preços correntes e a preços constantes – da economia mundial. O terceiro indicador mensura o crescimento real acumulado da indústria de transformação. O último, a evolução do valor adicionado manufatureiro *per capita* para todos os países da amostra.

---

<sup>9</sup> O relatório foi elaborado em agosto de 2019 por Paulo Cesar Morceiro e Milene Simone Tessarin. Os dois são doutores em economia pela FEA-USP, pesquisadores da FIPE e do NEREUS-USP, e editores do blog valor adicionado (IEDI, 2019).

<sup>10</sup> Os dados do relatório foram retirados da Base de Dados de Contas Nacionais das Nações Unidas (*National Accounts Main Aggregates Database*), atualizada em dezembro de 2018.

<sup>11</sup> São os países: China, EUA, Japão, Alemanha, Índia, Coreia do sul, Itália, França, Brasil, Indonésia, Reino Unido, Rússia, México, Turquia, Espanha, Canadá, Suíça, Tailândia, Polônia, Irlanda, Holanda, Austrália, Malásia, Arábia Saudita, Áustria, Suécia, Bélgica, Ira, Filipinas, Argentina.

Todos os índices do relatório mostram o Brasil passando por uma retração da indústria manufatureira na participação do PIB muito mais intensa e acelerada que qualquer outro dos trinta países. Em 2017, o país possuía o nono maior parque industrial do mundo, com 1,86%, pertencente a fatia brasileira, porém já tivera uma participação maior. Por outro lado, os países do Leste asiático, desde os anos 2000, ganharam a fama pelo protagonismo na produção industrial, principalmente a China. Todavia, num passado não tão distante, a situação era diferente. O Brasil, no começo da década de 1980, era dono de 4,0% da produção industrial mundial e na mesma época China, Coreia do Sul e Índia não somavam o mesmo percentual (IEDI, 2019).

O IEDI (2019) aponta dois efeitos para a perda do protagonismo da economia brasileira: o efeito preço e o efeito China. O efeito preço, também apontado por trabalhos recentes, tende a distorcer a análise por conta da interferência inflacionária. A série temporal de preços correntes sofre interferência da inflação, o que, por sua vez, dificulta a inferência estatística da trajetória do crescimento real acumulado do valor adicionado manufatureiro (VAM). Por dois motivos: a produtividade e o teto imposto aos preços no comércio internacional. Nesse sentido, juntamente com uma investigação sobre a série de preços correntes o relatório corrigiu com uma série de preços constantes de 2010, assim, tirando a inflação, temos uma real análise da trajetória do VAM mundial e dos países em particular. O efeito China, comumente justificado pela mídia tradicional brasileira como responsável pela desindustrialização, não se sustenta quando observamos o crescimento exponencial de Índia e Coreia do Sul mesmo em concorrência com o vizinho chinês, sendo muito mais um reflexo do deslocamento de parte da produção de empresas transnacionais a esses países do que o protagonismo exclusivo de um único país (IEDI, 2019). Elucidada a posição do relatório, precisamos resgatar conceitos da literatura econômica sobre desindustrialização para adicionar mais elementos interpretativos.

O conceito usualmente usado para designar o fenômeno da desindustrialização é o cunhado por Rowthorn e Ramswamy (1999) no qual configura-se como uma perda sustentada da participação da indústria manufatureira na geração de emprego numa economia. Neste trabalho, os autores basearam seu estudo nas economias avançadas e nessas a desindustrialização ocorre desde a década de 1970, sendo motivada por alguns fatores externos e internos, explicadores de sua ocorrência. Internamente notamos uma mudança na relação de elasticidade da demanda de produtos manufaturados e de serviços, com prevalência do último, e o aumento da produtividade no setor de serviços. Externamente, atribuía-se ao deslocamento de parte da cadeia produtiva para determinados países do Leste asiático numa relação Norte-sul.

A desindustrialização nas economias avançadas não é vista como negativa, pois mesmo que a indústria perca participação na geração de emprego, o setor de serviços assume o dinamismo econômico e mantém o alto nível de renda *per capita*. Isto acontece pois os serviços são destinados à indivíduos e famílias com alto poder aquisitivo, com serviços como turismo e lazer, serviços de informação, serviços pessoais, saúde privada e educação superior e assim sucessivamente. Quando esse movimento ocorre, a literatura chama de desindustrialização “madura” ou “normal”. De maneira representativa, a industrialização segue o caminho de um “U” invertido, o período de auge significa a transição entre os setores dinâmicos, com posterior declínio industrial manufatureiro. O declínio, portanto, corresponde a industrialização nos centros. Além do conceito cunhado por Rowthorn e Ramswamy (1999), Tregenna (2009) acrescenta a existência de desindustrialização quando há queda da participação da indústria manufatureira na composição do PIB. Logo, entendemos por desindustrialização normal a perda do peso do setor industrial manufatureiro na geração de emprego e no PIB.

Palma (2005) contempla a visão de Rowthorn e Ramswamy (1999) ao sintetizar alguns dos sintomas da desindustrialização normal. São eles: a diminuição da participação da indústria na geração de emprego não afeta seu conjunto, pois o que ocorre é uma transferência do setor industrial para o setor de serviços ou financeiros (a conhecida “ilusão estatística”); a redução é resultado de uma significativa diminuição na elasticidade de demanda por bens industriais; o novo paradigma tecnológico (por exemplo, a microeletrônica) gerou o aumento da produtividade em setores diferentes do manufatureiro, por conseguinte, se gerou mais emprego fora do setor industrial; o deslocamento da produção (terceirização) para países periféricos ou o papel designado pela periferia de fornecedores de matérias-primas (característico da configuração da nova DIT).

Todavia, a desindustrialização que ocorre nos EUA, por exemplo, não é a mesma que é vista no Brasil. Em doze anos (1986-1998), treze pontos percentuais do PIB (de 27,1% para 13,8%), enquanto os EUA demoraram quarenta e dois anos para perder o mesmo percentual (de 26,1% para 12,3%, entre 1966 e 2008), segundo o IEDI (2019, p.20). Nesse sentido, é preciso diferenciar o tipo de desindustrialização que ocorre nos centros e na periferia. Para os países periféricos, a perda da importância da indústria na geração de emprego e no PIB viria acompanhada por um baixo nível de renda *per capita*, caso típico da América Latina. Logo, a desindustrialização brasileira é caracterizada como precoce pela perda do peso da indústria manufatureira no PIB e da geração de emprego com baixo nível de renda *per capita*.

Terminado o período industrializante no final da década de 1970, os países mergulharam na crise da dívida externa, o que ocasionou instabilidade econômica na década de 1980 e 1990,

rapidamente reverteram-se às ideias pregadas no consenso de Washington. O consenso representou uma mudança radical na condução da política industrial e, segundo Palma (2005), foi essa guinada indiscriminada ao neoliberalismo uma das causas da desindustrialização. Por isso, a curva de desindustrialização brasileira pode ser representada por um “V” invertido, ao passo que nas economias avançadas levam mais tempo no auge industrializante antes de começar a queda e o processo de desindustrialização. O auge dos países com industrialização tardia é curtíssimo e logo tendem a entrar num processo de desindustrialização sem que tenha havido uma transição para um setor dinâmico na fronteira tecnológica.

O que acontece com o Brasil<sup>12</sup> é que o lugar que antes era ocupado pelo setor industrial manufatureiro, nos últimos tempos não conseguiu ser substituído por um setor capaz de criar o mesmo dinamismo. O movimento que ocorre nos centros da manufatura para o setor de serviços processa-se pelo alto poder aquisitivo da população desses países, se comparado com os da periferia (IEDI, 2019). As economias caem numa armadilha de baixo crescimento econômico, quando não ficam dependentes de exportação de commodities, o que pode vir a desembocar numa reprimarização da economia. Nesse sentido, cabe afastar algumas conclusões equivocadas, Feijó e Oreiro (2010) alertam para dois equívocos comumente cometidos sobre o tema. O primeiro erro tem a ver com a ilusão estatística já mencionada anteriormente no próprio relatório, mas que parece ter sido um problema grave nos primeiros trabalhos feitos sobre o tema no começo da década de 2010. Segundo erro, a reprimarização pode ter relação ou não com a desindustrialização, a reconversão da pauta exportadora para bens primários e a simultânea perda do dinamismo industrial manufatureiro aponta para um sintoma do fenômeno da desindustrialização.

Bresser Pereira e Marconi (2008) acrescentam mais fatores ao conceito de desindustrialização precoce, tendo como base a economia brasileira. As reformas bruscas da década de 1990 impactaram negativamente o desempenho das indústrias nacionais latino-americanas, principalmente o complexo industrial brasileiro. Pois, o conjunto de mudanças retiraram os controles de tarifas, alfandegários e cambiais, assim, ao retirar os mecanismos, a indústria nacional não era competitiva tecnologicamente em relação às empresas internacionais. Enquanto o setor industrial manufatureiro perdia dinamismo, o setor produtor intensivo em recursos naturais ganhava espaço ao se beneficiar do aumento da demanda internacional da década de 2000. Os autores fazem questão de destacar que não são a favor do protecionismo, entretanto, se colocam contrários em como foi realizada a abertura comercial em 1990, pois

---

<sup>12</sup> Também acontece com a Argentina, Filipinas, Indonésia e México (IEDI, 2019).

esperavam uma gradual mudança de maneira a adaptar a tecnologia das empresas nacionais ao novo cenário e equalizar a competição entre nacionais e estrangeiras. Do modo feito levou à ocorrência da chamada “doença holandesa”, fator contribuinte para o processo de desindustrialização.

A sobrevalorização do câmbio real, que é causada pela entrada de moeda estrangeira originária de um aumento das exportações de produtos primários, impactando negativamente o desempenho do setor industrial manufatureiro. Quando acontece isso, dá-se o nome de “doença holandesa”. Uma descoberta de recursos naturais levaria ao aumento das exportações em bens primários; dessa forma, motivados pelos superávits na balança comercial, as economias tenderiam a se especializar neste setor em detrimento do industrial. O caso mais conhecido se deu na Holanda, onde a descoberta de gás natural fez com que houvesse um predomínio das exportações primárias sobre o total das exportações, o que prejudicou o setor manufatureiro e em pouco tempo a Holanda teve uma queda no desempenho do PIB, quando comparada aos seus pares europeus. Outros casos da “doença” também foram identificados em economias de industrialização madura, não obstante, o fenômeno quando ocorrido em países de baixa *per capita* sucumbe para uma reprimarização da pauta exportadora. Assim, a desindustrialização é vista como negativa porque é acompanhada de uma especialização produtiva com baixo teor tecnológico, o que decorre numa perda da importância da manufatura com baixos níveis de renda. Bresser Pereira e Marconi (2008) definem a “doença holandesa”:

A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico. (Bresser Pereira e Marconi, 2008, p.7).

Para estes últimos autores, a sobrevalorização do câmbio real decorrente de um aumento das exportações de commodities representaria uma falha de mercado porque implica na coexistência de duas taxas de câmbio: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a industrial. Enquanto a primeira equilibra as contas nacionais, a industrial é a responsável pela viabilidade da produção industrial. O grande *gap* entre as duas taxas é a expressão da gravidade da doença holandesa e implica no agravamento da desindustrialização (BRESSER PEREIRA; MARCONI, 2008). Mais uma vez temos como exemplo o *boom* das exportações brasileiras de commodities em 2003, a entrada de divisas valorizou a moeda nacional e agravou o quadro de desindustrialização ao fazer a indústria nacional se tornar menos competitiva. Para solucionar o problema, os novos desenvolvimentistas propõem a neutralização da “doença”, apoiado na



restituição dos mecanismos de controles de tarifas, alfandegários e cambiais e uma política de incentivo à poupança externa. Para os autores, a política cambial é vista como fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico.

Numa outra chave de leitura complementar, Veríssimo e Xavier (2013) comprovaram a correlação da “doença holandesa” no Brasil, entre os períodos de 1999-2010<sup>13</sup>, e o desempenho econômico. O fator China parece ter alterado consideravelmente a pauta exportadora brasileira em favor das commodities, de sorte a entrada de divisas levou à apreciação cambial. A coexistência de duas taxas de câmbio afetou negativamente as exportações manufatureiras, pois o setor manufatureiro precisaria de um câmbio desvalorizado para se manter competitivo no mercado<sup>14</sup>. O prejuízo do setor manufatureiro e favorecimento do setor primário causou um direcionamento dos investimentos ao último, que era mais rentável. O cenário descrito casa com o conceito de “doença holandesa”. Caso a “doença holandesa” persista, a economia poderá se especializar na produção primária e apresentar baixo dinamismo econômico no longo prazo.

A concepção até aqui discutida baseia-se numa perspectiva heterodoxa acerca da importância da indústria manufatureira para o crescimento sustentado de longo prazo. O setor industrial é capaz de intensificar os efeitos de encadeamento da indústria para frente e para trás da cadeia produtiva (FEIJÓ; OREIRO, 2010). O dinamismo do setor impulsiona a produção dos demais setores, seja ao demandar bens primários, seja ao requerer serviços. Isto é explicado pela “lei de Kaldor-Verdoorn”, segundo a qual a indústria possui economias estáticas e dinâmicas de escala, ou seja, a produtividade é uma função crescente.

À vista disso, a maior parte do progresso técnico ocorre no setor industrial e, dessa forma, o setor impulsiona o avanço tecnológico nos demais setores, muito por conta do poder de encadeamento gerado. O último fator diz respeito ao equilíbrio da balança comercial. Ao produzir manufaturados, a elasticidade de renda das importações é maior do que a de primários, o que faria diminuir as importações de manufaturados e evitaria os constantes déficits na balança comercial (FEIJÓ; OREIRO, 2010). Em resumo, o dinamismo do setor industrial é a chave para o crescimento econômico sustentado de longo prazo, pois possui economias

---

<sup>13</sup> A título de curiosidade, as conclusões de Veríssimo e Xavier (2013) foram feitas baseadas em uma análise econométrica das metodologias de Vetores Autorregressivos (VAR), funções de respostas ao impulso e análise de decomposição de variância, que permitissem chegar aos resultados entre as variáveis desempenho da economia brasileira, exportações de commodities e apreciação cambial durante os anos de 1999-2010. Ver mais em: Veríssimo e Xavier (2013).

<sup>14</sup> Justificamos a correlação entre desvalorização cambial e maior competitividade, pois: equilibra a balança de pagamentos, aumenta poupança e investimento; favorece as exportações de bens manufaturados, o que faz evitar a doença holandesa; proporcionando o aumento do emprego e da renda (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013).

crecentes de escala, efeito de encadeamento sobre os demais setores, sendo um poderoso difusor do progresso técnico e aliviando a balança comercial.

Para ilustrar vamos pegar o caso do complexo industrial brasileiro. Mesmo sendo o maior da América Latina, a economia brasileira passa por uma intensa desindustrialização, simultaneamente com o baixo crescimento econômico. Para Palma (2005), Feijó e Oreiro (2010), Bresser Pereira e Marconi (2008), a presença da desindustrialização, simultaneamente com a reconversão da pauta exportadora, é negativa, é precoce. A perda do dinamismo industrial crescente influi diretamente no baixo desempenho da década de 2010 e início de 2020. Tal tese é defendida pela heterodoxia, razão pela qual nas primeiras décadas de 2000 os principais estudos apontaram para relevância do tema e com o passar dos anos confirmaram a hipótese da desindustrialização. Entretanto, a ortodoxia do pensamento econômico não compartilha da mesma visão pessimista.

Enquanto para a heterodoxia a desindustrialização é vista como um grave problema, na visão ortodoxa a reprimarização da economia brasileira seria uma volta à sua vocação natural de exportador primário. Para os economistas ortodoxos, não importa qual setor impulsiona o crescimento econômico, desde que as economias se especializem de acordo com suas vantagens comparativas. O importante é a alocação eficiente dos recursos. No caso brasileiro, por exemplo, a especialização em exportações intensivas em recursos naturais não é vista como um problema, pelo contrário, a manutenção de um complexo industrial manufatureiro ineficiente traria ineficiência e poderia reverberar numa indústria pouco competitiva internacionalmente e dependente do Estado.

Neste ponto de vista, Lazzarini *et al.* (2010) apontam críticas aos argumentos baseados no arcabouço heterodoxo comumente diferidas à especialização na produção para exportações de commodities. Tais argumentos afirmam que uma especialização produtiva em bens primários não levaria a economia brasileira a um crescimento econômico de longo prazo. São cinco argumentos resgatados: “Commodities tem pouco valor adicionado”, “Commodities incorporam pouca tecnologia”, “Commodities são capturadas por políticos”, “Commodities são marcadas pela deterioração dos termos de troca”, “Commodities causam doença holandesa”. Não vamos nos ater a cada uma dessas críticas, mas, basicamente, os autores defendem a mudança da estrutura produtiva brasileira para voltar a sua vocação “natural” de exportador agrícola. E qualquer tentativa de manutenção de uma indústria manufatureira resultaria numa indústria ineficiente. Logo, dentro desse argumento, o debate acerca do tema da desindustrialização se torna irrelevante, o central é pensar na alocação ótima dos fatores

produtivos. O curto crescimento econômico brasileiro da década de 2000 é a maior concretização desta tese.

Outros autores da ortodoxia, como Bonelli *et al.* (2013) expõem a tese da desindustrialização brasileira sendo causada por fatores externos inter-relacionados aos internos. Fatores externos: o fraco desempenho da indústria em nível global; mudança no quadro de vantagens comparativas, aumento da concorrência, depois da inserção da China, Índia e outros países orientais e, por último, a tendência a perda secular da importância da indústria no mundo, o que resulta na mudança dos padrões de consumo que acompanha o processo de crescimento econômico. A lista nada mais é do que a caricatura da globalização e seu efeito sobre a economia brasileira resultaria em perda da importância da indústria manufatureira na geração de emprego e no PIB, apesar de ser notado mais recentemente por economistas das mais variadas vertentes teóricas, segundo Bonelli *et al.* (2013), a desindustrialização vem ocorrendo há mais tempo.

Tal como alertaram outros autores, Bonelli *et al.* (2013) argumentam que é preciso evitar “ilusões estatísticas”. Alterações ocorridas na metodologia do sistema de contas nacionais ao longo do tempo têm levado a uma exacerbação de algumas conclusões. A destacar duas mudanças feitas pelo IBGE: entre 1989-1990 e 1994-1995. Ambas redimensionaram os setores não industriais, sobretudo o de serviços, enquanto o setor industrial permaneceu o mesmo, o que provocou uma mudança relativa entre os setores. Neste sentido, não cabe fazer qualquer tipo de análise sem que os dados coletados sejam corrigidos.

Para a correção foram utilizadas as variações nas taxas dos valores nominais dos sistemas antigos e aplicados regressivamente no resultado de 1995. Feito isso, a queda da participação do setor industrial no PIB se mostrou menos aguda quando analisada de 1970 até o início do século XXI. Os autores também constataram que a economia brasileira sofria do que os autores chamaram de “doença soviética”, encontrava-se “sobreindustrializada” para os padrões de países com semelhante capacidade produtiva (periféricos) por causa da proteção exagerada ao setor industrial, promovida durante o período de industrialização do século XX com efeito criou uma indústria díspare com os fatores produtivos disponíveis. Assim, as reformas realizadas na década de 1990 readequaram a capacidade produtiva aos parâmetros internacionais. Porém, os autores assumem que a partir da década de 2000 o Brasil passa por uma “doença holandesa”.

Na mesma perspectiva de capturar a desindustrialização ante o cenário internacional, porém numa vertente heterodoxa, Arend (2014) considera as transformações ocorridas a partir da década de 1980 causa principal das mudanças dos rumos do desenvolvimento sustentado de

longo prazo. Entre 1970 e 1980, a microeletrônica passa a ser a tecnologia principal da fronteira tecnológica do novo paradigma. Alguns países, como a China e outros do Leste asiático, dirigiram-se à acomodação da nova tecnologia na sua produção industrial, enquanto outros, como os países da América Latina, optaram pelo padrão fordista de produção ou pela especialização intensiva em recursos naturais. Nas economias latino-americanas, a participação da produção baseada na microeletrônica é mínima dentro das cadeias produtivas globais. Neste sentido, o resultado não poderia ser diferente no que tange a inserção brasileira na atual configuração do mercado mundial e o país se insere como produtor primário ou num fordismo ultrapassado. Logo, a consequência é o baixo incremento do valor adicionado, isto porque há baixo poder de irradiação de progresso técnico desses setores aos demais.

O Brasil não está excluído da DIT, mas sim se apresenta como exportador de bens primários necessários à produção de produtos com alto valor agregado, produzidos pelos países no topo da cadeia ou servindo sediando filiais, cujo objetivo é a linha final de montagem. O país se insere de acordo com suas vantagens comparativas: abundância em recursos naturais e mão-de-obra barata. A estrutura produtiva, portanto, predominantemente não propaga tecnologia a outros setores e tende a ser especializada. A tese de Arend (2014) é corroborada com a realidade atual quando a FORD anuncia, no início de 2021, sua saída do Brasil depois de quase um século operando no país (BBC, 2021). A filial transnacional estadunidense operava no Brasil desde a década de 1950 e sua saída causou impacto direto e indireto na geração de emprego e renda ainda não calculáveis nos estados e municípios em que estava situada. Outro fato recente consiste na incapacidade da indústria farmacêutica brasileira de produzir uma vacina contra a covid-19, com todas as fases de fabricação totalmente nacionais. A produção de uma vacina requer investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ou seja, gastos em setores fora das prioridades dos investimentos público e privado em geral, fármacos normalmente são produzidos em países centrais, cujo a obtenção de patentes rende grandes ganhos (BBC, 2021). Este são exemplos do papel designado ao Brasil, em particular, e a América Latina, no geral, na DIT na qual essas economias se tornam especializadas em bens de baixo teor tecnológico e dependentes de outros países.

A perceptiva de ver a desindustrialização do ponto de vista internacional de Arend (2014) se encontra com os resultados recentes do trabalho encomendado pelo IEDI (2019)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Os autores do relatório e Arend (2014) partem de métodos de análise distintos. Arend (2014) criou um índice próprio, o índice de desindustrialização relativa internacional (DRI), para medir a desindustrialização brasileira. O fato é que tanto nos resultados do relatório quanto no trabalho de Arend (2014) a desindustrialização brasileira está em curso.

Ao investigar a série em preços constantes verifica-se que o mundo<sup>16</sup> não passa por uma desindustrialização, mas sim há um rearranjo produtivo típico da nova divisão internacional do trabalho, razão pela qual alguns países se desindustrializam e mantêm-se a alta renda *per capita* e outros se tornaram a “fábrica” do mundo, com uma crescente renda *per capita*, e outros se desindustrializam com baixa renda *per capita*, incluindo todos os países da América Latina.

Por fim, um último resultado acerca do crescimento real acumulado do valor adicionado manufatureiro<sup>17</sup> entre os trinta países listados de 1980 até 2017, o Brasil teve a pior participação com 1,24%, enquanto China (44,69%), Coreia do Sul (18,01%), Indonésia (13,17%), Índia (12,70%), Malásia (12,54%) estão entre as que mais cresceram. Entre 1980 e 2017, a indústria de transformação brasileira cresceu 24%, em grande contraste com o aumento desse tipo de indústria na economia mundial, na qual houve uma elevação de 204% e se excluir a China a indústria de transformação mundial elevou-se em 135%. “A maioria dos países em desenvolvimento cresceram acima da economia mundial e a maioria dos países desenvolvidos abaixo.” (IEDI, 2019, p. 41).

É importante ressaltar que na literatura nenhuma visão, por mais distinta que seja, projeta uma economia como a brasileira sem indústria manufatureira. Mesmo com uma desindustrialização em curso, o complexo industrial brasileiro ainda é um dos mais relevantes no cenário internacional quando comparado com outras economias em desenvolvimento (SARTI, 2011). A discussão em voga é o protagonismo da indústria no crescimento econômico sustentado de longo prazo. Se seguirmos a tese dos economistas heterodoxos, a perda crescente da indústria condicionará a economia brasileira ao baixo crescimento, assim como já é notado de 2010 em diante. Por outro lado, dentro da ortodoxia, a especialização em bens primários, de acordo com as vantagens comparativas do Brasil, deve ser aprofundada. Segundo esta visão, a desindustrialização não é vista como negativa, de forma contrária, o aprofundamento da especialização produtiva deve ser o caminho a ser seguido para a retomada do crescimento. De qualquer forma, a investigação puramente economicista da realidade parece não captar a complexidade da realidade, precisamos ampliar a discussão.

---

<sup>16</sup> A título de curiosidade, países em desindustrialização: Alemanha; Austrália; Canadá; Espanha; França; e Reino Unido, Brasil, Argentina, Filipinas e Rússia. Países que mantiveram o peso da indústria no PIB: Áustria; Bélgica; Estados Unidos; Holanda; Itália; Japão; Suíça. Países que aumentaram o peso da indústria no PIB: Arábia Saudita; China; Coreia do Sul; Índia; Indonésia; Irã; Irlanda; Malásia; México; Polônia; Suécia; Tailândia e Turquia. Todos foram medidos à preços correntes. Dos que são considerados como desindustrialização precoce, tem-se: Brasil, Argentina e Filipinas (IEDI, 2019).

<sup>17</sup> O índice utilizado para verificar o desempenho do crescimento real dos trinta países detentores de 90 % do parque industrial mundial de 1980 a 2017 no relatório é o mesmo utilizado pelas Nações Unidas para o desenvolvimento industrial e mede o valor adicionado manufatureiro per capita.

Voltando para uma leitura compatível com nossa filiação teórica, resgatamos o trabalho de Adrián Sotelo Valencia (2004), autor do livro *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: Maquiladoras y telecomunicaciones*<sup>18</sup>. O autor defende a tese de que a América Latina voltou a sua “vocaçãõ” primário-exportadora do início do século XIX, sua especialização produtiva em bens primários e, conseqüentemente, sua reinserção na nova DIT como fornecedora deste tipo de produto. A desindustrialização, segundo ele, é reflexo das mudanças oriundas da mundialização-globalização (conceito utilizado pelo autor mexicano para designar a nova etapa do capitalismo contemporâneo) e que foram intensificadas na década de 1990, com as privatizações, abertura comercial e reformas. Segue sua passagem,

En síntesis, desde el agotamiento y crisis del anterior patrón de acumulación y reproducción del capital (1950-1982), América Latina se “reinsertó” en la economía mundial desplegando un patrón de reproducción especializado en la producción para la exportación. Esto implicó desatender los mercados internos, sobre todo los ligados al consumo popular, y desechar las políticas estatales de subsidio a la fuerza de trabajo y al bien estar social de la población. Este fenómeno se expresa, a mi juicio, en un intenso proceso de desindustrialización a que es sometida la periferia dependiente dentro del actual esquema capitalista neoliberal en escala mundial. (VALENCIA, 2004, p. 83).

As mudanças trazidas pela mundialização-globalização inverteram os eixos dinâmicos das economias latino-americanas, a acumulação capitalista e a reprodução do capital recaem sobre os setores exportadores primários. Tudo faz parte de uma reconfiguração da DIT, na qual a América desempenha o seu papel primário exportador, sendo a desindustrialização e reprimarização reflexos dessa nova etapa. Além da mudança setorial na qual se assenta o padrão de acumulação dependente, o autor defende que a fiannceirização, traço típico do capitalismo atual, causa uma fuga de capitais da esfera produtiva para a esfera circulação rumo a especulação financeira.

A interpretação de Valencia (2004) nos é acertada, pois o autor mexicano conseguiu articular a especificidade do desenvolvimento latino-americano com as mudanças do capitalismo. Todavia, acrescentamos algumas ressalvas que nos afastam de sua visão. Ao nosso julgo, o autor é impreciso ao tratar de padrão de acumulação de capital e padrão de reprodução do capital, algumas vezes dando a entender que são sinônimos. Outra discordância diz respeito a sua concepção da categoria de superexploração, pois para ele a superexploração na

---

<sup>18</sup>Seria imprudente tratar da interpretação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) acerca da desindustrialização sem ter avançado na discussão de suas categorias analíticas e sem trazer os elementos do capitalismo contemporâneo que constituem novas determinações sobre a realidade latino-americana, porém também consideramos importante situar o debate dentro da nossa filiação teórica e definir os rumos interpretativos a partir de então.

mundialização-globalização poderia ser expandida aos países imperialistas, não compreendendo a categoria como estrutural das economias dependentes, apenas como um maior aumento da exploração da força de trabalho. Mas o principal a se destacado é que, para nós, a financeirização e desindustrialização estão umbilicalmente interligados. E isso nos afasta de visões heterodoxas defensoras da “doença holandesa”, por exemplo, e de outras vertentes, porque na aparência dos fenômenos o capital fictício parece deslocar-se do ciclo do capital industrial, numa valorização aparente de D-D'. Todavia, para compreender o ciclo do capital na economia dependente na atual fase do capitalismo financeirizado precisamos resgatar a categoria de padrão de reprodução do capital anunciada por Marini (2012) e depois aprofundada por Osorio (2012b).

## **CAPÍTULO 2: UMA REVISÃO NAS CATEGORIAS ANÁLITICAS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

A América Latina é uma das regiões mais diversas do mundo quanto à população, biodiversidade e culturas nacionais. Seu território em extensão cobre 3,9 % da superfície do planeta (21 069 501 km<sup>2</sup>), englobando 600 milhões de habitantes, distribuídos em trinta países e protetorados<sup>19</sup>, segundo dados do Banco Mundial (2020). Ainda assim, há um conjunto de elementos comuns a essa região que a tornam distintiva geopoliticamente, pela convergência dos objetivos nacionais e condição econômica e social. Os processos de independência ocorreram num período comum (primeiro quarto do século XIX), assim como os processos de transição ao capitalismo. E pelas origens coloniais, a fase mais transformadora das suas economias nacionais, traduzida nas industrializações de substituição de importações das principais economias da região, ocorreram ao longo do século XX, com diferenças que têm mais a ver com a transformação da economia e sociedade sem um projeto realmente emancipatório.

Dentro do pensamento crítico, a América Latina possui vastas obras e correntes de pensamento. Não podemos deixar de mencionar a CEPAL como a primeira escola de pensamento latino-americano, mas, para nós, no campo crítico, o marxismo foi o arsenal teórico que influenciou os principais fatos históricos do último século e do atual na região. Lowy (2012) destaca três momentos do marxismo latino-americano: o primeiro momento revolucionário dos anos 1920 até 1930, quando os marxistas da região caracterizavam a revolução, concomitantemente, como socialista, democrática e anti-imperialista; o segundo período, stalinista, foi de 1930 até 1959, durante esse período ficou vinculado a ideia de etapista, primeiro o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para depois pensar a revolução; por fim, a terceira, o marco da revolução cubana para a práxis política. E é no bojo da revolução cubana que nasce a Teoria Marxista da Dependência, quando foi fundada pelos brasileiros Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos. Para os militantes e teóricos da TMD, as economias latino-americanas não passavam por uma etapa “feudalista”, mas sim um modelo

---

<sup>19</sup> São eles: Antigua e Barbuda, Aruba, Barbados, Bolívia, Ilhas virgens britânicas, Chile, Costa Rica, Curaçao, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Jamaica, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico, São Cristovão e Névis, São Martinho (parte francesa), Suriname, Turks e ilhas Caicos, Ilhas virgens americanas, Argentina, Bahamas, Belize, Brasil, Ilhas Cayman, Colômbia, Cuba, Dominica, Equador, Granada, Guiana, Honduras, México, Panamá, Peru, São Martinho (parte dos países baixos), St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela (Banco Mundial, 2020).



de desenvolvimento assentado em relações sociais de produção capitalistas. Logo, apenas um projeto socialista revolucionário emanciparia aquelas sociedades dos grilhões da dependência.

Os primeiros trabalhos da TMD consistiram numa crítica às teses desenvolvimentistas da CEPAL, sob grande influência de André Gunder Frank (1970). Frank não compartilhava da mesma visão da TMD e se concentrou na relação centro-metrópole, entretanto, foi um importante teórico para a formulação do *dialética da dependência* de Marini (2005a), quando o autor de origem alemã cunhou sua tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, após as crises econômico-políticas de 1960 e 1970, que puseram fim a maior parte das industrializações.

Após o período industrializante e as crises da década de 1960 e 1970, de estagnação econômica e altas inflacionárias, surgiram teorias questionando a noção de subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento. A partir da tese de Frank (1970), o subdesenvolvimento é fruto da complexificação das relações capitalistas, é um desdobramento das relações hierárquicas do mercado mundial e pela qual se dá a dominação de países imperialistas e dependentes. Nesse sentido, coadunamos com a afirmação de Amaral (2012) de que a dependência é um desdobramento das teorias do imperialismo. E também como diz Theotonio dos Santos, a dependência é uma relação dialética entre aquilo que é externo e que se internaliza e condiciona às estruturas econômicas da periferia.

Sem antecipar mais a discussão, esse capítulo pretende revisar as principais categorias que compõem a TMD e dão a sustentação teórica ao que se convencionou chamar de dependência. Dependência como categoria, sendo um desdobramento dialético das categorias de Marx no *Capital* e das teorias do imperialismo tal qual em Lenin (2012), Luxemburgo (1984), Bukharin (1986) e Hilferding (1985) em um nível intermediário de análise. Então, fica a cargo dos teóricos da TMD “a tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” (MARINI, 2005b, p.184).

Luce e Ferreira (2012, p.12) resumizam o esforço teórico dos autores da TMD, em:

- a) definindo a categoria dependência e suas formas históricas ou esferas fenomênicas, como a dependência comercial, financeira e tecnológica (Dos Santos); b) desvelando as leis próprias do capitalismo dependente, em especial a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (Marini); c) estabelecendo os nexos entre a dependência e a teoria marxista do imperialismo e discutindo metodologias para o estudo da transferência de valor no mercado mundial (Caputo e Pizarro); d) pensando as diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano (Bambirra).

Por fim, cabe reconhecer que a discussão apresentada aqui não pretende esgotar o tema e não pode ser encarada como um resumo da teoria escolhida, é apenas o caminho interpretativo escolhido por quem escreveu o trabalho dissertativo na revisão teórica. As categorias da TMD são alvo de muita discussão e não pretendemos nos aprofundar nelas. O encadeamento discutido neste capítulo pretende seguir o mesmo feito no *dialética da dependência*, na qual o Marini (2005a) primeiramente explicou a integração da América ao mercado mundial na etapa do capitalismo industrial, a integração gerou mecanismos de transferência de valor e o seu correspondente mecanismo de compensação, conseqüentemente, o desenvolvimento periférico se constitui de forma única pelas particulares que o capitalismo assume na região.

Sendo assim, o capítulo é separado em duas seções. A primeira busca tratar a categoria da dependência contextualizando-a para depois explicar as categorias basilares da TMD. Feito isso, podemos avançar para o tratamento do desenvolvimento capitalista periférico a partir da categoria de padrão de reprodução do capital e terminar com a demonstração dos distintos padrões de reprodução do capital desde o primário exportador até o atual padrão exportador de especialização produtiva em cada fase da dependência.

## **2.1 Uma análise sobre a categoria de dependência**

Colonizada a partir do século XVI pelos europeus, a América Latina acompanhou subservientemente a evolução do mercado mundial. As riquezas eram propriedade das metrópoles, sobretudo Portugal e Espanha, para os europeus pertenciam o direito, segundo eles divino, de domínio sobre o mundo. Durante os quatro primeiros séculos a região serviu para alimentar a fome voraz do mercado mundial por produtos primários, começando pelo ouro e prata, depois açúcar e por fim o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, o café e etc. O subcontinente nasceu sem conhecer a liberdade, os ares de mudança chegaram a pairar sobre essas nações no século XIX com as lutas pela emancipação política e formação dos primeiros Estados-nacionais latino-americanos, porém, o que parecia promissor pelo menos em algumas trincheiras de luta pela independência, se conformou numa nova relação de dependência cujo marco correspondia a consolidação da era do capital.

Os países, recém conquistados a independência, se viram envoltos em um outro tipo de dependência, não formal, mas ocultada sob um simulacro de liberdade e acorrentados pelas relações econômicas. Em um de seus trechos mais conhecidos da *dialética da dependência*, Marini (2005a) descreveu a dependência sendo,

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005a, p. 134-135).

A dependência é fruto da integração latino-americana ao mercado mundial na época da segunda revolução industrial na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. A região se insere como primário exportadora, contribuindo para o desenvolvimento dos países imperialistas, sobretudo a Inglaterra. Ao passo que era construída DIT, também era construída as relações de poder entre as nações cujo as relações sociais de produção capitalistas foram desenvolvidas previamente culminando em economias industriais manufatureiras, enquanto outras ficaram a reboque do desenvolvimento destas últimas e se especializaram na produção de matérias-primas. O início da etapa do capitalismo industrial marca o começo das relações de dependência dos países latino-americanos.

É importante destacar que essa relação de subordinação não é superável e típica de um momento histórico, ela faz parte das engrenagens do capitalismo. As relações de dominação são parte constituinte do capitalismo, que começaram no fim do século XIX e começo do século XX, época em que surgiram as grandes corporações, os grandes grupos financeiros, carteis, *trusts* (LENIN, 2012). É evidente que estamos falando de imperialismo, ou seja, da etapa monopolista do capitalismo. Nesse momento nasce a dependência tal qual formulada por Marini, Theotonio e Vania. A categoria de dependência é um desdobramento da teoria do imperialismo (AMARAL, 2012). Como as formações econômico sociais latino-americanas não alcançariam o nível das relações produtivas capitalistas na qual encontrava-se as formações econômicas-sociais centrais, elas se tornaram dependentes e foram abusadas por serem débeis, parafraseando o Marini (2005a, p. 143.)

Prosseguindo, Dos Santos (1970) argumenta que a dependência é gestada por condicionantes historicamente construídas. No trecho abaixo o autor trabalha com a ideia de que a dependência dever ser assim compreendida pela dialética externo e interno, das transformações que ocorrem na economia mundial (externo) e como são internalizadas de maneira a moldar as estruturas econômicas internas. Segue o trecho no qual o autor lista os condicionantes da dependência:

Historic forms of dependence are conditioned by: (1) the basic forms of this world economy which has its own laws of development; (2) the type of economic relations dominant in the capitalist centers and the ways in which the latter expand outward; and (3) the types of economic relations existing inside the peripheral countries which

are incorporated into the situation of dependence within the network of international economic relations generated by capitalist expansion (DOS SANTOS, 1970, p.31)

Concluimos que em Marini (2005a) a situação de dependência é determinada por relações de produção nas quais a periferia cumpre o papel de suprir as necessidades da acumulação de capital nos centros. Em visão complementar, Theotonio dos Santos (1970) argumenta que a situação de dependência cria condicionantes do desenvolvimento capitalista na periferia e que esses condicionantes, historicamente constituídos, de maneira a subordinar a acumulação de capital periférica à acumulação de capital dos países centrais. Entretanto, os condicionantes não devem ser lidos de maneira estanque, pois as economias dependentes conseguem ter certo nível de desenvolvimento, porém são limitadas às possibilidades de um projeto emancipatório dentro dos marcos do capitalismo. Além disso, não significa dizer que não haja concorrência entre burguesias nacionais e imperialistas, existe, mas a estrutura do mercado mundial, a DIT, coloca uma hierarquia de poder.

Dos Santos (1970) lista três fases históricas da dependência: a primeira foi a colonial, a segunda financeiro-industrial, a terceira tecnológica- industrial. A primeira fase corresponde à época de quando as relações sociais de produção não se assentavam plenamente em relações capitalistas<sup>20</sup>. A segunda fase (financeira-industrial) compreende o final do século XIX e o início do século XX, quando as formações-dependentes eram primário-exportadoras, quando o capitalismo estava em expansão em busca de novos mercados e fornecedores de matérias-primas. A terceira (tecnológica- industrial) é referente a integração monopólica descrita por Bambirra (2013) e a maior parte dos países latino-americanos começaram sua industrialização em associação ao capital estrangeiro. Dos Santos (2021), em trabalhos mais recentes, já sinalizava para uma nova etapa da dependência, mas ficou a cargo de autores contemporâneos uma qualificação mais precisa: destacamos Raposo (2018).

Vamos guardar essas informações mais para frente, nesse momento vamos nos deter a explicar os mecanismos sobre os quais se dá a dependência independente do período histórico. Vimos até aqui que a América Latina se integra de maneira desigual e combinada ao mercado mundial e que existem relações hierárquicas na DIT entre países imperialistas no topo da cadeia e países dependentes na base, iniciamos com a contextualização da formação dos grandes monopólios e a inserção primário-exportadora da região. Dito isso, não é de se esperar o capitalismo dependente seja tratado de forma ao capitalismo central, há nessas nações débeis

---

<sup>20</sup> É difícil afirmar que a etapa colonial possa ser considerada uma fase histórica da dependência, não é um consenso e nem mesmo o próprio Theotonio e Marini parecem concordar em incluir a dependência colonial como uma fase tal qual as outras.

um capitalismo *sui generis*, cujas especificidades próprias oriundas do processo de acumulação de capital mais amplo desdobram-se em leis tendenciais próprias e, nesse sentido, são necessárias categorias de análise em nível intermediário de abstração entre o mercado mundial (processo de acumulação mais amplo) e as formações econômicas-sociais para explicar como se dá o desenvolvimento periférico.

A CEPAL possui um conceito muito famoso chamado de deterioração dos termos de troca, no qual o preço dos bens exportados pela periferia é inferior aos bens exportados pelas economias centrais, o que, por sua vez, causa uma deterioração dos termos de troca já que para atingir as rentabilidades de um bem exportado de alto valor agregado necessitaria exportar grandes quantidades de bens com pouco valor agregado. Não vamos nos preocupar mais com as conclusões cepalinas porque não é nosso interesse, mas sim o ponto em que Marini (2005a) tratou de desmistificar o segredo da troca desigual a partir de desdobramentos das categorias do O capital Livro III<sup>21</sup>, no qual cunhou a categoria de transferência de valor num nível de abstração menor do que tratado na obra do autor alemão. A transferência acontece no âmbito do mercado mundial na relação entre capitais mais produtivos que se apropriam de uma massa de mais-valor em forma de lucro maior em comparação com capitais menos produtivos, em outras palavras, uma divisão desigual da taxa de lucro. Segundo Marini (2005), a manifestação através do intercâmbio desigual seria uma forma de transferência de valor, a venda dos produtos manufaturados acima do preço de produção pelas economias imperialistas se traduz numa transgressão da lei do valor. Porém, há de se fazer a devida advertência para leitura mais acurada sobre o termo transgressão, porque poderia sugerir uma visão ricardiana da lei do valor, porém o próprio Marx no livro III, já não trabalha com a ideia de troca de equivalentes, o valor é o parâmetro no qual gravitam os preços de mercado intermediados pelos preços de produção (lucro médio<sup>22</sup> mais preço de custo). A não equivalência entre valores e preços é necessária dentro da concorrência de capitais de distintas composições orgânicas para a equalização de uma taxa média de lucro na qual vai influenciar na formação dos preços de produção, este que vai mediar o valor com preço de mercado. No final, o preço de mercado é influenciado por diversas causas notadas no nível mais concreto da concorrência.

Também há de se destacar que Marini (2005a) utiliza os termos “burlar”, “transgredir”, “eludir” ou “violar” referente a lei do valor como símile. O uso dos termos não significa uma

---

<sup>21</sup> Marx no Capital nunca usou o termo transferência de valor, muito menos no sentido usado para explicar a especificidade do capitalismo dependente como a TMD faz, Marx trata da categoria em diferentes níveis de abstração ao se referir entre a concorrência de capitais. O que Marini (2005a), em nível de abstração menor do que O ‘Capital, fez foi transportar a discussão feita por Marx para desmistificar o segredo da troca desigual.

<sup>22</sup> Lucro médio é resultado de uma média simples do lucro de cada empresa individual.

anulação da lei do valor, pelo contrário, a negação da lei do valor conforma a contradição da integração da totalidade. “Ou seja, a dialética inscrita em uma realidade contraditória como é o capitalismo mundial, que historicamente foi incorporando todos os confins do planeta à sua lógica de valorização do capital” (LUCE, 2018, p.29). Luce prossegue que a análise feita por Marini consiste numa dialética negativa, no sentido de que as leis gerais do capitalismo atuam nas formações econômico-sociais, dependentes de forma específica, não negam as leis de tendência do capital, mas acentuam e adicionam tendências típicas na periferia dependente. Osorio (2013, p.56) também afirma “como relação social, o valor contém sua própria negação enquanto violação ou rompimento do valor”. E termina,

O universal do capitalismo, em seu desenrolar Histórico, deve ser pensado na realidade efetiva dos particulares que tomaram forma em seu desenrolar, como a conformação do capitalismo em um sistema mundial e com diversos capitalisms operando de modo diverso na acumulação mundial, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes. O capitalismo se constitui dessa forma em universalidade diferenciada, o que exige novos conceitos e categorias para ser apreendido, na medida em que nesse desenrolar se integram processos e relações que redefinem o universal, e porque os particulares geram diversidade real, novidade efetiva do distinto, fazendo do capitalismo uma unidade diversa (OSORIO, p.57-58, 2021).

Em síntese, a constituição do capitalismo é simultaneamente integrada e diferenciada, a constituição histórica de dois polos distintos (países imperialistas e dependentes) inter-relacionam entre si de maneira desigual e combinada, regidos pela violação da lei do intercâmbio de equivalentes no âmbito do mercado mundial (LUCE, 2018). Pensar a realidade sob as leis tendenciais tal qual foi concebida no *Capital* não anula compreender as especificidades latino-americanas.

Sua obra principal, *dialética da dependência*, aponta para dois mecanismos de transferência de valor, mas Carcanholo (2013) sinaliza que o autor estaria se referindo a três mecanismos em níveis de abstração diferentes. O primeiro, no nível mais abstrato, diz respeito a concorrência entre capitais individuais com diferentes níveis de produtividade, os capitais mais produtivos auferem mais-valor extraordinário por venderem suas mercadorias pelo valor de mercado<sup>23</sup>, a parte de mais-valor apropriada pelos capitais mais produtivos é uma transferência de valor dos capitais menos produtivos para os mais produtivos, trata-se de um mais-valor apropriado em forma de lucro não produzido pelo capital mais produtivo.

No segundo mecanismo descemos mais um nível de abstração ao nos referirmos a concorrência entre capitais em esferas distintas de produção. Mais especificamente a discussão

---

<sup>23</sup>Ainda estamos num nível de abstração muito elevado, os preços de mercado correspondem aos preços de produção.

parte de Marx quando ele desenvolve esse ponto de análise ao provar a formação dos preços de produção e da taxa de lucro médio entre diversos setores produtivos, assunto do capítulo IX do Livro III do Capital de Marx (2017). Nota-se a obtenção de lucros extraordinários das esferas produtivas cujo a produtividade é maior do que a média da economia. Por produzirem um tipo de mercadoria específica com alta composição orgânica do capital, o preço de produção é maior do que os valores do mercado (CARCANHOLO, 2013, p.82). Dessa forma, a inter-relação entre os capitais de esferas com baixa composição orgânica de capital com as de alta composição faz com que haja uma transferência de valor dos mais baixos para os mais altos, fazendo com que os capitais mais produtivos se apropriem de um mais-valor não produzido por eles.

O terceiro mecanismo é o de menor nível de abstração e diz respeito a uma situação de grau de monopólio razoável. Capitais monopolistas detém uma margem de manobra para controlar os preços de mercado de seus produtos acima dos preços de produção por um determinado período de tempo, “isto é sustentar temporariamente volumes de produção abaixo das demandas” (CARCANHOLO, 2013, p. 82). Pela discrepância entre preço de mercado e preço de produção, os capitais que operam sob monopólio resistem às mudanças conjunturais na demanda e auferem lucros extraordinários, ou seja, apropriação de um lucro efetivo acima da média.

A transferência de valor participa, então, da formação do lucro médio. E mais, Marx (2017), no Livro III capítulo XIV, cita o comércio exterior como um fator contra-arrestante da queda da taxa de lucro ao mencionar o aumento da produtividade advindo de um barateamento dos custos com capital circulante (matérias-primas). Portanto, feita as mediações necessárias, a categoria de transferência de valor não é estranha ao marxismo e pode ser considerada como um fator de contra-arrestante a queda da taxa de lucro (CARCANHOLO; NAKATANI, 2013). Para finalizar, Luce (2018) lista algumas formas de transferência de valor como intercâmbio desigual<sup>24</sup>: deterioração dos termos de intercâmbio, serviço da dívida (remessas de juros), remessas de lucros *royalties*, apropriação da renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais.

Até o momento nos limitamos a esfera da circulação das relações exteriores, quando nos referimos à inserção das economias dependentes de maneira subordinada no mercado, engendrando um vínculo dependente com os centros imperialistas. A transferência de valor é o que explica a subtração da acumulação periférica e a apropriação de excedente pelos centros da periferia dependente. Há reverberações no interior da produção das economias dependentes.

---

<sup>24</sup> O tratamento detalhado da categoria transferência de valor escapa da proposta da dissertação. Por isso, para mais informações, indicamos a leitura de Luce (2018).

Marini (2005a), ao desvendar o segredo da troca desigual, a transferência de valor, descobriu o seu outro lado. Por existir essa subtração nas economias periféricas, elas precisam recorrer a um mecanismo de compensação. Então, o autor brasileiro cunhou uma nova categoria essencial para entender a base do processo de acumulação da América Latina, a superexploração da força de trabalho<sup>25</sup>.

A superexploração é a outra face da transferência de valor, enquanto uma se manifesta na circulação, a outra se manifesta na produção, e ambas as categorias estão entendidas como elementos estruturais da condição dependente. Isso levou Amaral (2018) a denominar de par categorial a relação entre as duas categorias, no sentido de que a superexploração deve ser entendida como uma categoria num nível de abstração menor do que a exploração da força de trabalho tratada no capital e por essa categoria vir conjugada com a de transferência de valor. E também, porque, as duas conformam elementos estruturantes da dependência dessas economias.

Prosseguimos, Marini (2005b), em comentários sobre as críticas que recebeu em seu texto *dialética da dependência*, de 1973, definiu a superexploração como sendo,

a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real (MARINI, p. 180, 2005b).

A superexploração é melhor compreendida como sendo a elevação do grau de exploração sem que houvesse necessidade de passar pelo aumento da produtividade. Mais ainda, a superexploração é extraída por três mecanismos listados por Marini (2005a): remuneração abaixo de seu valor, prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Luce (2013) acrescenta um novo mecanismo relacionado ao elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração.

Algumas imprecisões e críticas precisam ser brevemente respondidas e compreendidas, de acordo com Carcanholo (2013). A primeira, na definição de Marini, fica nítido que a superexploração não significa uma ausência de mais-valor relativo, este está ligado a mudança de produtividade dos bens necessários para reprodução da força de trabalho. Entretanto, isso também não pode levar a uma conclusão de que nas economias dependentes não houvesse

---

<sup>25</sup> Em sua obra, principalmente na *dialética da dependência*, Marini chama de superexploração do trabalho, porém devido a imprecisões teóricas razão pela qual podem levar a alguns desvios de interpretação, atualmente os autores da TMD chamam a categoria de superexploração da força de trabalho. Justifica-se os três, pois, os três mecanismos listados por Marini de extração de mais-valor recaem não sobre o trabalho, mas sobre a mercadoria força de trabalho, a capacidade física e mental do trabalhador operando em um período de tempo em um determinado trabalho. Dessa forma, afastamos qualquer visão moralista acerca do tema.



ganhos de produtividade, existe, porém, se dão nos setores nos quais a composição orgânica de capital é baixa e as transferências de valor drenam o mais-valor obtido por esses ganhos. Segundo, porque o ritmo de avanço tecnológico na periferia é descompassado em relação aos centros e este *gap* faz com que as empresas latino-americanas fiquem aquém tecnologicamente das empresas dos centrais. Por último, o valor da força de trabalho pode ser reduzido devido a intensidade do trabalho sem haja um aumento na produtividade, implicando, dessa forma, na obtenção do mais-valor relativo.

Em síntese, a superexploração da força de trabalho é uma categoria que deve ser analisada de um ponto de abstração intermediário entre as categorias desenvolvidas no *Capital* e as formações econômicas-sociais. Destarte, esta categoria não pode ser confundida com o aumento do grau de exploração da força de trabalho, pois é um recurso utilizado por capitais das economias dependentes para se manterem competitivos no mercado devido à baixa composição orgânica do capital dessas economias. E mesmo se assim fosse, seria dispensável a criação de uma teoria inteira para explicar a realidade latino-americana, bastaria nos deter ao *Capital* de Marx, o que, ao nosso ver, levaria a no mínimo um desvio de conclusões, até porque o próprio Marx (2017), no primeiro prefácio do primeiro livro do *Capital*, deixa claro qual o objetivo principal de sua obra

a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto (MARX, 2017, p.79)

Diante do exposto, a obra clássica de Marx tem por objetivo analisar o desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, descobrir as legalidades que regem o processo global da produção capitalista. As categorias elaboradas por ele em seu livro estão num nível de abstração alto, o nível do processo global de produção, e quando trazidas a especificidade da realidade latino-americana devem vir como instrumentos de investigação. Assim, interpreta Marini (2005a),

Na identificação desses elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas, isto é, à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise em de ponderá-las, sem que isso implique em nenhum caso, romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo (MARINI, 2005a, p.133).

Continuemos na nossa exposição, já foi enfatizado que a integração latino-americana ao mercado mundial na etapa do capitalismo monopolista se deu de maneira subordinada e cumprindo a função de primário exportadora. Cabe agora descobrirmos a funcionalidade de seu papel na DIT. Marini (2005a) deixa notório que o desenvolvimento capitalista do centro é diferente do desenvolvimento capitalista dependente, pois nas formações econômico-sociais centrais a acumulação capitalista recai, principalmente, sobre o mais-valor relativo. E o movimento do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo nesses países se deu, em grande parcela, pelo fornecimento de produtos primários. Esse fornecimento ajudou no movimento do eixo de acumulação capitalista em duas formas, a primeira barateando a cesta de consumo dos trabalhadores, ou seja, tornando o valor para reprodução da força de trabalho menor, diminuindo o tempo de trabalho necessário. A segunda também barateando as matérias-primas utilizadas para a produção industrial. É por isso que o desenvolvimento econômico nos centros é caracterizado como endógeno, o que não se pode dizer para a periferia. Na periferia, a formação de um modo de produção capitalista se deu a partir de uma demanda externa pré-existente e a função desses países era atendê-la. O desenvolvimento periférico gira entorno de atender a essa demanda pré-existente, o que leva a uma cisão do ciclo do capital industrial na economia dependente.

O exposto no parágrafo anterior corresponde a primeira cisão do ciclo da economia dependente. A cisão do ciclo do capital na economia dependente é um desdobramento categorial do desenvolvimento capitalista neste tipo de formação econômica social, categoria explica a separação da estrutura produtiva necessidades da maioria da população. A partir disso Marini (2005a) explica o grande abismo social característico dessas formações econômica-sociais, sendo economia capitalistas com desenvolvimento a reboque da acumulação dos países imperialistas, dessa forma, podemos articular as condições de vida população nos países dependentes com o tipo de reprodução do capital que se estabelece.

Num segundo momento, no período industrializante tratado no primeiro capítulo, acontece a segunda cisão do ciclo. Primeiro que no *dialética* Marini (200a) compara o que seria um tipo de industrialização orgânica, que pode ser entendida como o tipo de desenvolvimento onde o setor industrial propaga progresso técnico aos demais setores (setor I e II)<sup>26</sup>, com o tipo de industrialização ocorrida nas formações dependentes. A industrialização orgânica típica dos países centrais desenvolve-se em compasso com a demanda por bens-salários, sendo caracterizada de endógena pois há um desenvolvimento das forças produtivas retroalimentado

---

<sup>26</sup> Setor I e II nos termos de Marini (2005a).

pelo consumo das famílias, estimulando o empresário a investir. Enquanto as nações dependentes industrializaram-se a partir de uma necessidade de expansão de acumulação dos países centrais, quando estes passaram a exportar bens de capital para essas economias num processo conhecido como industrialização por substituição de importações, sobretudo a partir do pós-1945. O progresso técnico na periferia dependente foi exogenamente incorporado, o que permitiu um aumento de produtividade aos capitais internos sem que precisasse recorrer ao consumo interno como alavanca do desenvolvimento. Continuaram atuando o par categorial transferência de valor-superexploração, a estrutura produtiva se transforma dentro dessas circunstâncias de uma mudança na configuração da DIT do pós-guerra e, como seu desenvolvimento não recaiu sobre o consumo da classe trabalhadora, o desenvolvimento industrial segue para o atendimento de uma demanda de bens de luxo (alta esfera) em contraposição aos bens salários (baixa esfera). Marini coloca que ao se concentrar na alta esfera, onde a demanda é restrita a pequenos grupos de alta renda ou burgueses, o Estado se faz presente ao transferir recursos (das mais variadas maneiras) aos capitalistas e ao interferir na inflação, a inflação aqui é entendida como um mecanismo de transferência de renda da classe trabalhadora para os capitalistas. Nesse sentido, compreendemos que a incorporação de tecnologia estrangeira em si não foi um problema para o capitalismo periférico dependente, os problemas estruturais das economias dependentes continuaram e a economia se desenvolvia, a exemplo disso temos a superpopulação relativa, um fator constituinte da dinâmica de acumulação capitalista no geral, mas considerado um potencializador da superexploração nesses países. A tecnologia estrangeira incorporada foi desenvolvida para absorver a oferta de mão-de-obra nos centros e não na periferia, perpetuando o excedente de força de trabalho.

Por fim, Marini (200a) chama de *anel da dependência* a forma na qual a dependência se apresenta, a depender do período histórico. Em outras palavras, a dependência é a dialética entre o externo e o interno, o externo que é a economia mundial e sua configuração em determinado período histórico e o interno são as mudanças externas internalizadas, formando um capitalismo periférico, cujo a característica central é a cisão do ciclo do capital que configura um tipo de reprodução do capital. Então, num primeiro momento tivemos o padrão de reprodução do capital agromineiro exportador, cujo a periferia se insere na DIT como primário-exportadora e o desenvolvimento econômico era comandado pelas exportações primárias. Aqui também ocorre a primeira cisão do ciclo do capital indústria, quando a estrutura produtiva se desvincula das necessidades da maioria da população, nesse caso destinada a venda de bens primários no mercado mundial. A nova espiral da dependência descrita por Marini (2005a), no *dialética*, corresponde a cisão do ciclo do capital na direção de bens luxo. A realização das mercadorias

produzidas internamente não tem por objetivo atender as necessidades dos trabalhadores, o período corresponde à industrialização dependente. Recentemente, Raposo (2018) argumenta que as transformações ocorridas no capitalismo após a crise estrutural de meados de 1960 e 1970 colocaram um novo anel da espiral com caracterizações predominantes da valorização financeira e fictícia do capital no padrão de reprodução do capital<sup>27</sup>.

## 2.2 A categoria de Padrão de Reprodução do Capital

De acordo com Raposo (2018), há três formas de tratar a dependência. A primeira é a dependência em si e que reúne as características de todas as economias dependentes, sendo também de maior grau de abstração. No segundo, num nível mais abaixo de abstração, reportamos às economias latino-americanas, a história comum de subordinação ao imperialismo na constituição do mercado mundial traz especificidades únicas a região. O estudo das estruturas econômicas articuladas com a situação de dependência leva ao terceiro nível de abstração<sup>28</sup>, o mais concreto. Um dos clássicos da literatura, *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vania Bambirra (2013), latino-americana, é um exemplo de um nível mais concreto da visão acerca da dependência. A melhor categoria desenvolvida pela TMD para dar conta dos nexos entre distintos níveis de abstração é a de Padrão de Reprodução do Capital (PRC).

A categoria de PRC visa buscar o nexo teórico entre as leis que regem o capitalismo dependente e as formações econômico-sociais ou, em outras palavras, a dupla articulação entre a situação dependente e a estrutura econômica desses países. Marini tratou mais detidamente acerca do tema entre as décadas de 1970 e 1980. No próprio *dialética* já havia corpo teórico daquilo que seria o ciclo da economia dependente, mas seria posteriormente, no Ciclo da economia dependente (MARINI, 2012 [1979]) e *Plusvalia Extraordinária y acumulación de capital* (MARINI, 1979) que surge discussões mais aprofundadas. O último lançamento relevante do autor sobre o tema foi em 1982, em *El patrón de reproducción del capital em Chile* (1982). A categoria ainda careceria de precisão teórica e coube a Jaime Osorio fazer o acabamento teórico.

---

<sup>27</sup> É importante destacar que na atual fase da dependência, o mercado interno, sobretudo se consideramos o caso do Brasil, passa a ser um destino de realização da mercadoria produzida internamente, muito por conta da dinâmica capitalista da financeirização na qual proporcionou a expansão do mercado crédito a indivíduos e famílias.

<sup>28</sup> Na primeira seção do primeiro capítulo estabelecemos o nível mais concreto de análise, nos baseando, principalmente, na obra de Bambirra (2013), para depois articular com níveis mais abstratos.

Ao contrário do que possa sugerir alguns modelos econômicos em abstrato, uma investigação em nível de abstração mais elevado em Marx deve sempre ser uma apreensão do concreto com menos determinações a fim de que se capte a essência dos fenômenos. Osorio (2012a, p.39) explica:

o maior grau de abstração entre esses níveis de análise refere-se à sua capacidade de apreender relações sociais e processos que fundamentem a realidade social, para o que é necessário deixar de lado certos aspectos do movimento histórico a fim de compreender sua essência.

Para dar conta das mediações necessárias entre o grau mais abstrato da análise marxiana de O ‘Capital e o mais concreto referente às formações econômico-sociais, o autor propõe cinco níveis de abstração, de um maior grau de abstração para o menor: (i) modo de produção, (ii) modo de produção capitalista, (iii) sistema mundial, (iv) formação econômico-social e (v) conjuntura. A proposta teórica do marxismo é articular os níveis distintos de abstração de maneira a desvendar categorias e legalidades do capitalismo, assim podemos ter uma real dimensão da especificidade combinada dialeticamente com a sua totalidade, no nosso caso o capitalismo dependente latino-americano e a economia mundial. Segue a descrição dos níveis de abstração:

- i- modo de produção: “destaca que as relações sociais estabelecidas pelos homens para resolver a produção e reprodução econômico- política da vida em comum” (OSORIO, 2012a, p. 38). Cada período histórico possui desenvolvimento de técnicas e conhecimentos específicos e que marcam o modo de produção daquela quadra histórica.
- ii- Enquanto o modo de produção é uma formulação mais geral, o modo de produção capitalista corresponde a uma abstração mais concreta de um determinado período histórico cujo as características particulares são o trabalho assalariado, propriedade privada, mercadoria, dinheiro, mais-valor, concorrência, etc.
- iii- A expansão e integração de partes do globo terrestre ao modo de produção capitalista constitui o sistema mundial capitalista. Nesse nível situam-se problemas como o mercador mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercambio desigual, etc. O capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, separados por países centrais (imperialistas), as simiperiferias imperialistas, subimperialistas dependentes, economias dependentes e periféricas. Nas duas primeiras

classificações predominam a apropriação do valor, nas demais a transferência de valor.

- iv- A noção de formações econômico-sociais nos remete a consolidação do capitalismo em unidades político-econômico e territoriais limitadas (os países).
- v- Sobre a conjuntura, são unidades político-temporais nas quais ocorrem mudanças significativas na correlação de forças entre conflitos de agrupamentos humanos e seus respectivos projetos de sociedade. Ocorre tanto no seio das formações econômico-sociais como do sistema mundial capitalista.

Agora podemos partir para a definição designada por Osorio (2012a) para a categoria,

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem de suas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específico (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram.

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou históricos-concretos (formações econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios. (OSORIO, 2012a, p.40-41)

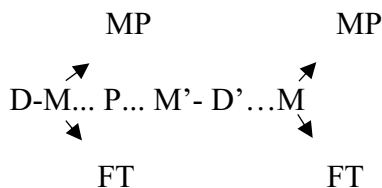
Antes de partir para o ciclo do capital precisamos entender que Marx trabalha com esquemas de reprodução. Quando Marx descreve esses esquemas, ele sai do estudo do capital individual e parte para o capital social, preocupado em saber como se gera o produto global, logo, a produção global. A produção de uma sociedade se divide em dois setores: meios de produção, mercadorias produzidas que tem a finalidade de adentrar em outro processo produtivo; meios de consumo, mercadorias produzidas cujo a finalidade é entrar no consumo individual. O último setor pode ser dividido em meios de consumo da classe trabalhadora e meios de consumo dos capitalistas ou em “bens de consumo necessários” e “bens de consumo de luxo”. Ainda num nível muito elevado<sup>29</sup>, Marx buscou compreender a interdependência entre os setores no processo global de produção na geração de valor e valores e como isso impacta

---

<sup>29</sup> Sobre os esquemas de reprodução em Marx não vamos nos aprofundar tal como fizemos no ciclo do capital. Esses foram um dos assuntos tratados no livro II de Marx, não completamente desenvolvidos. Ainda que haja literatura marxista sobre o tema estaríamos saindo do propósito. Por isso vamos nos limitar a uma breve introdução embasada no que os autores da TMD têm a dizer para fundamentar a categoria de padrão de reprodução do capital.

no aumento da capacidade produtiva. Aqui nos importa uma análise qualitativa em um determinado período histórico entre o intercâmbio de setores: quais tipos de valores de uso são produzidos, o tipo de demanda para a qual é direcionada a produção, onde a mercadoria se realiza.

O ciclo do capital é entendido por Marx como o cumprimento de etapas para se chegar no seu objetivo final: o valor que se valoriza em movimento. Dentro desse movimento, o valor inicial não só se conserva, mas cresce. Dessa forma, o ciclo se dá da seguinte forma: um dinheiro inicial para começar a produção (D), com a compra de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), sendo a primeira etapa correspondente à primeira fase da circulação. A circulação necessariamente precisa ser interrompida pela produção (P), em P se é gerado o mais-valor. A mercadoria incrementada de mais-valor (M') ao ser vendida volta a sua forma inicial aumentada sua grandeza de mais dinheiro (D'). Por isso, o processo cíclico do capital é uma unidade da circulação e da produção, todo o ciclo segue o caminho de uma economia capitalista D-M-D'. Representa-se a circulação por<sup>30</sup>:



Na primeira fase, a do capital-dinheiro, o capital parte em sua forma de dinheiro sob uma quantia inicial da produção (D). A partir disso o capitalista vai ao mercado comprar duas mercadorias essenciais ao processo produtivo: FT e MP. Primeiramente, ele precisa ter em mãos os MP, sendo detentor deles, partindo do pressuposto de um modo de produção capitalista (MPC) plenamente constituído com uma classe trabalhadora apenas possuidora de sua FT, agora compra a FT. A proporção na qual ele compra FT e MP vai depender da composição técnica do capital. Completado o ato D-M, o capital abandona sua forma-dinheiro e assume sua forma de capital-produtivo. Dá-se a início a segunda fase, a produção, quando a circulação é interrompida pela produção (P) e há produção de mais-valor.

A forma do capital-produtivo é inevitável para todo o ciclo, pois é nela que será gerado uma nova mercadoria, diferente das mercadorias FT e MP compradas pelo capitalista, pois é

<sup>30</sup> A fórmula do ciclo apresentada no trabalho é a do capital-dinheiro. Foi esta fórmula que Marx utilizou durante todo o livro I e no primeiro capítulo do livro II. Segundo ele, o ciclo do capital-dinheiro permite descobrir o essencial do capitalismo e também vislumbra o movimento que o capital faz como valor que se valoriza em processo, entretanto é limitado e mistificador. O ciclo não permite concluir o que o capitalista fará com D' obtido com a venda de M'. Como o objetivo aqui é a exposição do curso do capital, a escolha dessa fórmula parece fortuita.

incrementada de mais-valor ( $M'$ ). A nova mercadoria é criada a partir da combinação de FT e MP, ou seja, do mais-valor da exploração da FT e da transferência de valor dos MP. O mais-trabalho não custou nada ao capitalista, o tempo excedente ao necessário para a FT produzir o equivalente ao seu valor pago em forma de salário pelo capitalista aos trabalhadores corresponde ao mais-valor e é dele que futuramente virá o mais dinheiro ( $D'$ ). Findada a produção, o capital assume agora a forma de capital-mercadoria, cujo objetivo fim é a venda.

O capital-mercadoria ( $M'$ ) expressa o valor total gasto em sua produção, sendo o valor gasto para iniciar a produção ( $D$ ) mais o mais-valor originário da exploração da FT.  $M'$  precisa ser vendida para completar seu ciclo e ser metamorfoseada em mais dinheiro ( $D'$ ),  $M-D'$ . Ao ser vendida,  $D' > D$ , pois é a soma do valor do capital e do mais-valor, aparecendo ao capitalista sob a forma de mais dinheiro. A metamorfose de  $M'$  para  $D'$  constitui o ponto-chave de toda a produção do MPC, assim, as duas partes da circulação, na verdade, são uma só, interrompida pela inevitabilidade da produção. O capitalista num momento subtrai da sociedade ao comprar FT e MP para depois adicionar um valor maior do que subtraiu. O ciclo do capital-dinheiro termina com  $D'$ , porém no ciclo do capital como um todo,  $D'$  inicia um novo processo produtivo, neste momento  $D'$  passa a ser um novo  $D$  e assim sucessivamente. Portanto,  $D-M...P...M'-D'$ .  $D-M...P...M'-D'$ .  $D-M...P...$  etc.

É importante destacar que as formas capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria não são autônomas, elas fazem parte de um movimento do capital que representa a totalidade na qual estão inseridas e são formas funcionais específicas. Isto porque a forma nunca é desvinculada do seu conteúdo (capital). A esta totalidade Marx chama de capital industrial<sup>31</sup>. O ciclo do capital industrial<sup>32</sup> corresponde ao movimento contínuo, sequencial e simultâneo das três figuras do processo cíclico do valor que se valoriza em movimento. É o capital em sua constante dança entre assumir uma forma, para logo em seguida, abandoná-la. Para Marx, cada estágio possui limitações e possibilidades e qualquer síntese das três figuras será carregada de suas contradições. Assim, para resolver esse problema o autor de *O 'Capital* propõe uma investigação justaposta das partes. Dessa maneira, há três formas de ver o ciclo do capital industrial: pela forma-dinheiro, produtiva e mercadoria.

Visto o ciclo do capital industrial em Marx pela ótica do capital-dinheiro, partimos para a análise do ciclo do capital na economia dependente. Para começar um novo ciclo precisa-se

---

<sup>31</sup> O capital industrial é o capital, valor que se valoriza em processo, num nível de abstração da seção I do livro II. Marx neste momento está preocupado em captar o capital em seu movimento, o movimento de assumir e abandonar uma forma em busca de autovalorizar-se, a esta totalidade em movimento dá-se o nome de capital industrial.

<sup>32</sup> O industrial é compreendido por: “(...) ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista” (MARX, 2017, p.131).



de um montante inicial de dinheiro (D), necessário para a compra dos fatores de produção. As fontes do D numa economia dependente são três: capital privado interno, capital estatal, capital estrangeiro. Primeiro o capital privado interno (podendo ser capital de propriedade estrangeira ou nacional) corresponde ao total de mais-valor produzido no interior da economia dependente descontado a parte do mais-valor que é transferida. Os gastos públicos destinados a geração de mais-valor. São duas as formas de financiamento do Estado: impostos<sup>33</sup> diretos e indiretos e exploração da força de trabalho através de empresas estatais que operam sob uma lógica capitalista. O capital estatal possui um papel crucial pois é o agente capaz de captar o mais-valor privado para si ou de gerar ele próprio o mais-valor e investir na produção.

Por último, temos o capital estrangeiro, este que pode se apresentar de duas formas: investimento direto estrangeiro e investimento indireto. Investimento direto estrangeiro destina-se ao investimento realizado por capitais fora do país diretamente na estrutura produtiva, seja com a construção de fábricas, filiais e etc., ou seja, detém parte do capital produtivo, estando presente na produção. O investimento indireto estrangeiro está mais relacionado com as formas de empréstimos e financiamentos<sup>34</sup>. Marini (2012) e Osorio (2012) notam que na fase do pós-guerra houve uma predominância do capital estrangeiro direto, porém a partir da década de 1970 há um predomínio do capital estrangeiro indireto. Por fim, ao contrário do que as teses desenvolvimentistas possam sugerir, o capital estrangeiro não é apenas um complemento ao capital nacional, ele é parte integrante e determina o desenvolvimento capitalista periférico.

Cabe nesse momento expor para onde vai o montante do capital-dinheiro. Os setores dinâmicos das economias são aqueles que concentram mais capital (equipamentos, maquinários, tecnologias), são setores que oferecem maiores rentabilidades e que, por isso, são atrativos para o investimento estrangeiro (OSORIO, 2012a). Devido aos mecanismos de transferência de valor aos quais as economias dependentes estão sujeitas, sobretudo o intercâmbio desigual, o que produzir numa economia periférica é uma importante pergunta a ser feita, pois, como já dizia Marx, não dá no mesmo produzir canhões e salsinhas.

Na metamorfose do capital-dinheiro em capital-mercadoria (compra de MP e FT), a compra dos meios de produção pode ser em parte adquirida no interior das economias (matérias-primas, recursos naturais, parte dos equipamentos e maquinário) e outra parte, normalmente as que requerem maiores elaborações tecnológicas e que são produzidas por grandes monopólios é importada. Ou se não for importada entra no balanço de pagamentos como investimento direto

---

<sup>33</sup> Impostos são formas de transferência de mais-valor captadas pelo Estado, ou seja, a parte apropriada pelo Estado de parcela do mais-valor (MARINI, 2012).

<sup>34</sup> Mais para frente da dissertação veremos a presença massiva desse capital na conta financeira.

e estrangeiro e os lucros enviados ao exterior são debitados na balança de renda. Outra face da metamorfose, a mais significativa, é a compra da força de trabalho. Como se sabe, a força de trabalho é responsável pela geração do mais-valor, da transformação da combinação do trabalho e do mais-trabalho não pago com a transferência de valor dos meios de produção em uma mercadoria nova incrementada de mais-valor. Na periferia, as características da demanda por FT pelo capital dependem do setor dinâmico de cada padrão (OSORIO, 2012a).

Para terminar, a força de trabalho comporta duas dimensões em relação a sua capacidade de criar valor. A primeira diz respeito ao valor diário no qual o trabalhador aliena sua força de trabalho ao capitalista para bem utilizá-la por um determinado tempo no dia. A segunda corresponde ao fundo de vida do trabalho, a parte total da vida do trabalhador que é utilizada pelo capitalista para produzir e apropriar-se do mais-valor. A distinção se faz importante, pois o tempo de vida útil do trabalhador varia em determinado período de tempo e em determinado PRC, além do valor histórico moral da mercadoria força de trabalho também variar e isso, como vimos, constitui um elemento da superexploração.

Compradas as duas mercadorias especiais, adentramos no processo produtivo (capital-produtivo). Nele, como já dito, haverá a transformação de uma nova mercadoria, incrementada de mais-valor e com novo valor de uso. É nessa etapa que as transferências de valor têm seu efeito e se desdobra em superexploração da força de trabalho. No qual, enfatizamos novamente, devido aos monopólios dos capitais centrais, em que permitem a precificação no mercado acima dos preços de produção e auferir lucros extraordinários e, para se manterem no mercado mundial, os capitais das economias dependentes recorrem à mecanismos de compensação ou superexploração da força de trabalho.

Chegada a segunda fase da circulação, a realização da mercadoria, o ciclo se completa e a mercadoria torna-se capital-dinheiro novamente. Aqui são colocadas duas questões. Primeiro a quais mercados as mercadorias se dirigem e a segunda referente aos tipos e quantidades dos valores de uso a serem lançados no mercado. De acordo com os esquemas de reprodução de Marx (2017b), a demanda pode ser dividida em demanda por meios de produção e demanda por bens de consumo. Na demanda por bens de consumo podemos ainda dividir em bens de consumo necessários e bens de consumo de luxo. As mercadorias na economia dependente se direcionam prioritariamente a faixa de consumo de bens suntuários pela burguesia e pequena burguesia, característica do novo anel da espiral, descrito por Marini (2005a) ou quando não são realizadas no mercado externo. A segunda questão relaciona-se com setores-eixos do desenvolvimento econômico, pois o tipo de valores de uso desses setores influencia na dinâmica econômica. Se, por exemplo, como é comum na história econômica

latino-americana, a dependência pelas exportações primárias destinadas ao consumo individual, nos períodos de crise tende a sofrer com as oscilações de preço no mercado mundial, o que desestabiliza as economias exportadoras desse tipo de bem e compromete o crescimento econômico.

A mercadoria em si é dotada de uma contradição (valor e valor de uso), o processo global de produção capitalista, no qual consiste na unidade entre a produção e circulação, é a unidade de duas esferas opostas: a circulação e a produção, nas quais a produção aparece como um momento inevitável para a valorização do capital. No nível de abstração do Livro II de O Capital, Marx estava ainda num nível elevado de abstração e não contava com eventos de crise de realização. No livro III o autor passa considerar o interrompimento do ciclo do capital. A não realização da mercadoria ocasionaria uma crise sobreacumulação de capital. A causa dessa sobreacumulação do capital viria do próprio caráter anárquico do sistema capitalista. Como diz Souza (2013):

Deste modo, Marx demonstra como as possibilidades gerais de crises, presentes na contradição inerente à mercadoria – que se desenvolve na contradição entre a mercadoria e o dinheiro, e na contradição venda-compra-, se reproduzem na produção capitalista na contradição entre o processo de produção e o de circulação. Esta contradição resulta de que a produção é espontânea, ou seja, baseia-se na divisão social do trabalho fundada na propriedade privada, na anarquia da produção. Dito de outro modo, a anarquia da produção cria a possibilidade de ruptura entre produção e circulação, estabelecendo assim o marco geral – as possibilidades abstratas- para as crises. (SOUZA, p. 194, 2013)

A taxa de lucro médio corresponde a equalização das diferentes taxas de lucro dos diferentes capitais sociais mais os custos de produção. O lucro nada mais é do que a parte de mais-valor apropriada e o lucro médio é a parte do mais-valor que esse capitalista espera obter ao produzir. O fato de se ter o lucro médio impele os capitais individuais a venderem suas mercadorias em determinados preços médio, os capitais de elevada composição orgânica conseguem precificar suas mercadorias abaixo do preço de produção e assim conseguem se apropriar de uma parcela maior de mais-valor. A parcela do mais-valor apropriado e não produzido é lucro extraordinário. O lucro extraordinário é oriundo de uma inovação tecnológica cujo a consequência é o aumento da produtividade, a diminuição do tempo de trabalho necessário e, por conseguinte, a obtenção de mais-valor relativo. Ao produzir com menores custos, esses capitais diminuem os preços (OSORIO, 2012a). No livro III do Capital Marx (2017) nomeia de lei da queda tendencial da taxa de lucro quando a tecnologia é disseminada aos demais capitais, o preço da mercadoria tende cair e a apropriação de parte do mais-valor

diminui, podendo haver um aumento da massa de mais-valor e subtração da participação dos capitais nos lucros.

O segundo aspecto de uma crise é consequente do primeiro: a produção passa a recair mais sobre o trabalho morto em contraposição do trabalho vivo, ou seja, o predomínio do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto cria uma situação de pauperismo ao elevar a superpopulação relativa. Os dois traços dissertados aqui descrevem a crise no ciclo do capital podendo ocorrer em qualquer momento do ciclo do capital indústria, porém é no momento da realização, a segunda fase do ciclo, que se torna mais explosiva. Embora a lei como tal seja imanente do sistema capitalista, existe fatores contra-tendência que atuam para reverter a queda da taxa de lucro e repor o curso da acumulação. Marx cita alguns no livro III do Capital<sup>35</sup>: aumento do grau de exploração, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do capital acionário (MARX, 2017) e poderia listar outras.

Retomando a nossa categoria vimos que a expansão do capital ao mesmo tempo que cria as condições para seu crescimento também cria barreiras e entraves à reprodução do capital. Dessa maneira, as barreiras e condições de superação estão postas. O tipo de padrão ditará o perfil da crise que pode ser motivada por fatores externos que foram internalizados e desencadearam uma interrupção no fluxo do capital e (ou) por elementos do próprio PRC. Por fim, as crises servem para o reordenamento dos rumos da reprodução do capital ou para sua superação, emergindo um outro padrão com novas características e contradições inerentes, mas que retomem o processo de acumulação de capital.

O último elemento listado por Osorio (2012a) diz respeito a natureza do Estado capitalista<sup>36</sup> e a importância das políticas econômicas para a sustentação do PRC. Trazemos alguns aspectos das formulações marxistas sobre Estado e a visão de Estado dependente de Osorio para culminar na discussão acerca da política econômica e PRC<sup>37</sup>.

Em última instância, o Estado é o comitê executivo da burguesia, tal como postulado por Marx (2011) no *manifesto do partido comunista*. Entretanto, a concepção de Estado no

---

<sup>35</sup> É curioso notar os fatores atuantes como contra tendência e a inserção latino-americana no mercado mundial como contribuinte a mitigação da queda da taxa de lucro. Mesmo que Marx não tenha tido tempo em vida de trabalhar o mercado mundial há uma pista no Capital do que, em um nível menor de abstração, seriam as categorias analíticas da TMD.

<sup>36</sup> Jaime Osorio tem se dedicado mais nos últimos anos sobre o tema do Estado. Seu recente livro, *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*, recentemente publicado em português, trata mais detidamente acerca do tema.

<sup>37</sup> Temos consciência da complexidade que é tratar sobre o Estado, principalmente no marxismo. O tema ultrapassa qualquer tentativa de resumir em poucos parágrafos a natureza do Estado, mas iremos fazer o esforço de colocar os pontos que julgamos centrais para o fechamento da discussão teórica da categoria de padrão de reprodução do capital.

marxismo deve ser tratada em diferentes níveis de abstração, de maneira a compreender as disputas intra e entre classes no ceio do Estado capitalista e as interferências externas das lutas de classes que acabam por influenciar a reprodução do capital. A disputa por hegemonia se dá entre as distintas frações de bloco de poder<sup>38</sup>, as classes dominadas não participam do centro de poder<sup>39</sup>. Todavia, podem ocupar espaços no aparato estatal e angariar conquistas para sua classe, o poder de barganha das classes dominadas varia de acordo com a intensidade da luta de classes. Dessa forma, “o Estado não dispõe de um poder pleno, pois ele é a expressão das relações de exploração e dominação da sociedade dividida em classes e frações” (PINTO *et al.*, 2019, p.114).

Nos afastamos, então, de qualquer visão (neo)weberiana acerca de uma autonomia plena no Estado capitalista frente as relações sociais que o conformam. Como diz Osorio:

a heterogeneidade das classes dominantes e sua articulação política no Estado, como bloco no poder, permite pensar o Estado como uma condensação de forças contraditórias. O Estado não é, portanto, uma unidade isenta de conflitos, os quais derivam, numa primeira instância das disputas no seio das próprias classes dominantes (2019, p. 49)

Para esse autor, o Estado é um instrumento da fração de classe hegemônica para o controle social das classes dominadas. Isso não significa dizer que os atores das classes dominadas estejam fora da cena política. A democracia burguesa precisa criar esse “ar” de igualdade e representatividade na cena política para sustentar a visão do Estado como uma instituição representativa e equidistante dos interesses de classes.

Nos parece oportuno trazer o conceito de Estado de compromisso citado por Bambirra (2013) para descrever o perfil do Estado latino-americano no período de transição para a industrialização dos países do grupo A. Estado de compromisso é uma categoria cunhada por Lênin e utilizada pela autora para designar a correlação de forças entre as frações de classe dominante no ceio do poder do Estado. Na época, os industriais estariam dispostos a ceder espaço à oligarquia latifundiária no interior do centro de poder para manterem a estabilidade do padrão de reprodução do capital desde que seus interesses fundamentais estivessem

<sup>38</sup> Para nos referirmos à hegemonia de uma fração de poder usamos a categoria criada por Poulantzas (1977), “o bloco no poder é uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob hegemonia, no seu interior, de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista” (apud PINTO *et al.*, 2019).

<sup>39</sup> Por centro de poder queremos dizer os aparelhos/órgãos/instâncias que concentram a capacidade de decidir, são os “centros de poder” no Estado. São nesses espaços que as decisões primordiais para o desenvolvimento capitalista são tomadas sem que haja outra esfera superior. Esses centros podem mudar a depender da época histórica, assim como podem ter maior ou menor autonomia perante uma classe dominante (CODATO & PERRISSINATO, 2001, p.33 apud PINTO *et al.*, 2019, p. 111).

preservados. Além disso, a disputa se deu entre a burguesia industrial e latifundiária, somada à associação de tais burguesias os interesses das burguesias imperialista. As classes dominadas não entram nessa conciliação política, para estes os ganhos de espaços no Estado se deram pelo acirramento da luta de classes.

Sendo assim, se na periferia atuam leis específicas do desenvolvimento capitalista, há reverberações sobre o perfil que o Estado se apresenta. Osorio (2019) denomina de Estado dependente, o Estado capitalista que é atravessado por particularidades do capitalismo dependente. O primeiro aspecto diz respeito a constituição dependente das formações econômico-sociais. Os países latino-americanos possuem relativa, pouca ou nenhuma autonomia para constituir um projeto de sociedade. Nesse sentido, segundo o autor chileno se construiria na periferia Estados subsoberanos. A característica principal do Estado subsoberano é a associação, o que não significa que não haja concorrência entre frações burguesas, das frações de classe dominante com a burguesia internacional. Portanto, os Estados latino-americanos estão subordinados aos Estados dos países imperialistas.

O segundo aspecto tem a ver com a superexploração da força de trabalho e as relações entre classes. É interessante destacar a passagem do livro de Osorio (2019):

O fato de a reprodução capitalista no capitalismo dependente estar baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho provoca diversas consequências em termos estatais nessas formações sociais e nessas regiões. A superexploração gera processos produtivos que tendencialmente ignoram as necessidades da maioria da população trabalhadora, direcionando a produção para mercados estrangeiros e/ou para estreitas camadas sociais que conformam os reduzidos – embora poderosos- mercados internos, gerados em meio à aguda concentração da riqueza. Tais processos ganham formas variadas de acordo com os padrões de reprodução do capital imperantes nos diferentes períodos históricos (OSORIO, 2019, p. 208)

As nações dependentes convivem com uma intensa desigualdade social, concentração de riqueza e todas as mazelas daquilo que se entende por subdesenvolvimento. O Estado dependente se coloca como instrumento das classes dominantes para perpetuação da situação dependente e suas consequências sobre a maioria da população. Dessa forma, a coerção se sobrepõe ao consenso, principalmente nos períodos de agudização das lutas de classes.

Fizemos essa brevíssima discussão sobre a natureza do Estado capitalista para chegar ao ponto das políticas econômicas. O PRC, para se reproduzir como tal, precisa reproduzir um padrão de políticas por um determinado tempo, ou seja, o Estado executa políticas econômicas na finalidade de assegurar o fechamento do ciclo do capital industrial na economia. Por política econômica Osorio (2012a) entende como a manipulação deliberada de instrumentos com o fim

de atingir certos objetivos econômicos (OSORIO, 2012a, p.70). A disputa intra-classe burguesa influencia no benefício de determinados setores por políticas econômicas a depender do tipo de PRC, se, por exemplo, no padrão industrializante havia uma burguesia industrial no comando dos rumos da acumulação as políticas em prol do desenvolvimento industrial estavam na pauta da agenda econômica. Segue o quadro abaixo sobre as políticas econômicas por campo de atuação e seus instrumentos:

**Quadro 1. Políticas econômicas.**

<b>Campo de aplicação</b>	<b>Instrumentos</b>
Monetário	Taxa de Juros
Fiscal	Impostos (pessoas e empresas) Gastos públicos
Comércio exterior	Tipo de câmbio Nível de tarifas de importação
Investimentos estrangeiros	Impostos sobre lucros e dividendos
Consumo	Impostos de compra e venda Seguridade social
Mão de obra	Taxas salariais
Produção	Subsídios Controle de preços
Investimentos	Taxas de juros Isenção de impostos Investimento público

**Fonte:** OSORIO (2012a, p. 71).

### *2.2.1 Historizarão dos tipos de padrões de reprodução do capital até o atual padrão exportador de especialização produtiva*

A constituição do sistema mundial capitalista gera a combinação de um desenvolvimento desigual e combinado, no qual há uma hierarquia na produção global cujo a consequência se dá numa distribuição e apropriação de mais-valor desigual. Existe também uma separação qualitativa acerca dos valores de uso produzidos nas economias imperialistas e nas economias dependentes, o que origina a DIT. Como se sabe, países imperialistas detém o monopólio de produção de valores do uso de alto teor tecnológico, o que não acontece na periferia, e a diferença entre preços no mercado mundial gera o intercâmbio desigual, o que,

como já vimos, configura uma transferência de valor base da estrutura da dependência e que possui reverberações internas nesses países subordinados.

Conseqüentemente, a consolidação da DIT não corresponde apenas ao que cada país produz, mas de quem se apropria<sup>40</sup>. As mudanças no capitalismo mundial se revertem num padrão de reprodução do capital nas economias periféricas desde a independência até a atualidade se configuraram diferentes PRC resultantes das mudanças do sistema mundial capitalista em que foram atribuídas às economias dependentes novos papéis a serem cumpridos. A questão crucial é saber o que do externo se internaliza e o que do interno se externaliza, em outras palavras, investigar as mudanças ocorridas no centro que são internalizadas na periferia e o que da periferia é externalizado para os centros. A imbricação entre o interno e o externo, em certo período histórico, determina o perfil do PRC. Nesse sentido, Dos Santos (1970) traz uma periodização oportuna para explicar essa relação entre a configuração de dependência resultante da etapa do sistema capitalista mundial e o PRC vigente, justamente na dialética interno e externo.

É importante destacar também que durante situações históricas específicas, nas quais passam a ser predominante determinado PRC, é gestado no interior do padrão atual as condições para emergência de um novo. Como já dito, o capital cria suas próprias barreiras e condições de superação, por exemplo, no interior PRC agromineiro exportador, o padrão industrializante criava suas condições de emergir como padrão dominante após um período de transição. O período de transição entre um PRC para outro corresponde ao momento em que o padrão seguinte não possui força suficiente para ser dominante e o antigo ainda não se submeteu ao atual (OSORIO, 2012a). Por último, cabe sublinhar a localização geográfica de cada PRC, cada padrão se utiliza do território de maneira diversa, a depender das necessidades do ciclo do capital (dos tipos de valores de uso a serem produzidos).

O quadro a seguir foi elaborado por Araújo (2013, p.2018) e combina a periodização feita por Osorio (2012a) de cada PRC, as fases históricas da dependência e a caracterização da inserção internacional brasileira<sup>41</sup> de Paulani (2012).

**Quadro 2. Caracterização da inserção internacional, manifestação das fases históricas da dependência e padrão de reprodução do capital brasileiro.**

<sup>40</sup> Não significa que alguns países produtores primários, tipo os produtores de petróleo, consigam barganhar em certas conjunturas que lhes são favoráveis.

<sup>41</sup> O Brasil é utilizado como referência por motivos de demonstração da inserção externa em um maior nível de abstração. Amaral (2012) também se utiliza dessa vitrine, ressaltamos as diferenças entre as estruturas econômicas, principalmente do PRC brasileiro em comparação a outros.



<b>Caracterização da inserção internacional (Paulani, 2012)</b>	<b>Manifestações da dependência–Santos (1970), Sotelo Valencia (2004) e Amaral (2012)</b>	<b>Padrão de reprodução dominante –Osorio (2012a)</b>	<b>Período de abrangência</b>
1) Produtor de bens primários de baixa intensidade tecnológica – alavanca de acumulação do centro Etapa de transição–processo de acumulação determinado pela economia doméstica	1) Dependência financeiro industrial	1) Padrão agromineiro exportador	Final do século XIX até a segunda década do século XX
		2) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
		3) Padrão industrial Etapa internalizada e autônoma Etapa de integração ao capital estrangeiro	Segunda metade dos anos 1930
			Até os anos 1940
2) Dinâmica da economia comandada pelos imperativos do capital de fora –receptora do capital externo para investimento na indústria destinada ao consumo interno	2) Dependência tecnológico-industrial		Desde os anos 1950
3) Brasil: destino de capitais externos em busca de valorização– crise de sobreacumulação no centro e crise da dívida e alta inflação na periferia latino-americana		4) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
4) País configura-se como uma plataforma internacional de valorização financeira – submissão de sua política econômica às exigências dos credores e a consequente reprimarização da pauta de exportação desindustrialização	3) Dependência neoliberal financeira-tecnológica	5) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

**Fonte:** ARAÚJO (2013, p.218).

Em resumo, do final do século XIX e início do século XX, as economias latino-americanas operavam sob bases capitalistas de produção e seu PRC tinha como setor eixo da economia o setor primário voltado para as exportações. Por um período de transição dos anos 1930, a desconfiguração da economia mundial capitalista levou a fase da dependência financeira-industrial há um deslocamento do centro dinâmico nas economias, pelo menos daquelas do tipo A para o investimento na indústria manufatureira. A consolidação do PRC industrializante se deu em vias de fato com a integração monopólica (a DIT do pós-II GM) na fase da dependência tecnológico-industrial de 1945 em diante. De 1970 a 1980 tem-se na periferia o período de transição para a fase da dependência neoliberal financeira-tecnológica e é sob esta fase que iremos nos aprofundar daqui em diante.

A reconfiguração da economia mundial pós-crise estrutural do capitalismo na década de 1970<sup>42</sup> impôs mudanças sobre as relações de dependência na América Latina. As mudanças obstaculizaram o aprofundamento do projeto industrial e em alguns casos levaram a desindustrialização já em 1970 (caso da Argentina, por exemplo). É a partir de 1970 que começa o período de transição do PRC industrializante para o novo padrão exportador de especialização produtiva. Discutimos no capítulo preliminarmente a consolidação do novo padrão em 1990 e sua intensificação nas décadas posteriores. Cabe neste momento fazermos uma qualificação acerca do novo PRC para no próximo capítulo contribuir com elementos na exposição feita por Osorio (2012b) acerca da atual fase desta categoria.

O novo padrão guarda significativas semelhanças no referente aos valores de uso produzidos no agromineiro exportador do início do século XX, porém diferencia-se deste último pelas maiores elaborações tecnológicas utilizadas na produção. A condição exportadora vem do fato de que os setores eixos das economias produzem mercadorias para serem realizadas prioritariamente no mercado externo. O aumento expressivo do fluxo de comércio internacional das economias latino-americanas a partir de 2000 e o tipo de bem exportado conformam a inserção primário-exportadora e o lugar da América Latina no mercado mundial.

O capital estrangeiro foi um dos atores privilegiados na reconfiguração do mundo periférico a partir dos anos 1980. Destacamos três movimentos, primeiro o capital estrangeiro foi atraído pelas privatizações em larga escala efetuadas na década de 1990. Em segundo, o IED dessa vez se instala na periferia ou na linha final das cadeias produtiva, a de montagem, cujo valor agregado é menor e gera pouco dinamismo econômico (atividades maquiladoras, por exemplo) ou nos setores produtores de commodities. Em terceiro, outras formas de valorização do capital são engendradas a partir de 1980 e intensificadas nos anos seguintes. Estamos nos referindo ao capital estrangeiro atuando como bancário-financeiro e se apropriando de juros decorrentes do mercado de dívida pública (OSORIO, 2012b). Veremos mais à frente o protagonismo central do capital estrangeiro no equilíbrio do balanço de pagamentos e na atividade econômica interna.

A noção de padrão de reprodução do capital nos permite articular a condição exportadora e a condição de vida da classe trabalhadora, o que explica o fato da América Latina registrar altas taxas de crescimento econômico ao mesmo tempo que também registrava a deterioração da vida e do trabalho da maior parte da população (OSORIO, 2012b). Para explicar isso, primeiro precisamos voltar ao ciclo bipartido da economia dependente. A mercadoria aqui

---

<sup>42</sup> O tratamento das transformações do pós crise de 1970 será feito no terceiro capítulo, a seguir.

produzida não se destina ao mercado interno, mas ao externo. Por isso, o mercado interno não é um fator preponderante ao desenvolvimento capitalista periférico<sup>43</sup>. Isso ocorre, pois, os valores de uso da produção são majoritariamente de bens de uso industrial e de matérias-primas e o nível de salário médio não é compatível pelo preço que é exportado.

Em segundo, também relacionado ao primeiro, as economias dependentes fundamentam sua produção sob a superexploração da força de trabalho. Assim os capitais atuantes dessa economia, para se manterem competitivos no mercado internacional, precisam deteriorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. A consequência disso recai sobre o fundo de consumo dos trabalhadores. Chamamos isso, anteriormente, de divórcio da capacidade produtiva e das necessidades da maioria da população. Acaba que uma minoria da população que vive de apropriação de mais-valor, renda ou salários elevados é responsável por parte considerável do consumo. Essa disparidade entre as camadas sociais é a tão conhecida desigualdade social típica de sociedades dependentes (OSORIO, 2012b).

De fato, a contribuição teórica e empírica de Jaime Osorio é de grande valia para o enriquecimento da TMD e da categoria de padrão de reprodução do capital, porém faltam elementos. O autor não fez a devida articulação da esfera financeira, o capital fictício, no novo padrão de reprodução de capital. Dessa forma, escapam aspectos que poderiam ser melhor explorados e aprofundados, como veremos no caso da desindustrialização. Não acreditamos que a qualificação do novo padrão cunhada por Osorio (2012b) deva ser desconsiderada, porém reformulada com novos elementos. Nessa tese, Raposo (2018) complementa a análise de Osorio (2012b) ao acrescentar uma nova espiral da dependência baseada num PRC cujo a plataforma de valorização também se dá pela esfera financeira e fictícia.

---

<sup>43</sup> Amaral (2012) e Raposo (2018) sinalizaram que a expansão do crédito teve como reflexo a expansão do consumo dos trabalhadores por um período, entretanto, passado os períodos de auge dos ciclos econômicos e com o aumento das taxas de juros as famílias tendem a se endividar. Assim, o acesso ao crédito reforçaria a deterioração da vida dos trabalhadores ao se endividar.

### CAPÍTULO 3: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

A partir de meados da década de 1960, o capitalismo começa a apresentar mudanças em seu padrão de acumulação de capital. A crise da década de 1970, assim como as condições criadas para sua superação, inauguraram uma nova Era do capital que é hegemônica até a atualidade, o capitalismo financeirizado. Para fins qualitativos, alguns autores contemporâneos nos trazem dados para dimensionarmos os traços financeiros do atual padrão de acumulação. Por exemplo, Harvey (2014a) demonstra que, de 1980 a 2001, o volume de transações financeiras saiu de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 130 bilhões. Também no ano de 2001, US\$ 800 bilhões seriam necessários para sustentar o comércio internacional anual e o fluxo de investimentos produtivos, entretanto o que ocorreu na esfera financeira foi uma movimentação de US\$ 40 trilhões em transações financeiras neste ano. Esses elementos existiam no padrão de acumulação fordista, porém é na etapa financeirizada, com a revolução nos meios de comunicação, que os circuitos financeiros ganham protagonismo em relação a esfera comercial e produtiva, permitindo um aumento da produtividade e auferirão de *lucros ilusórios*<sup>44</sup>. Assim, a lógica fictícia prepondera-se sobre as demais e a consequência disso se dá pela acentuação da contradição entre o que é produzido e o que é apropriado, típico da atual fase. Paulani (2009) expõe que o PIB mundial cresceu em comparação com os anos de 1980 e 2006, 4,1 %; enquanto a 13,9 maior entre a diferença dos dois anos. Fica evidente a assimetria entre aquilo especulado na esfera financeira e a produção real, denotando a contradição existente.

A crise tomou contornos diferentes entre os centros e a periferia dependente. Os sinais de um esgotamento do padrão antigo, baseado no paradigma econômico keynesiano, apareceram nos países centrais em meados da década de 1960, enquanto isso a América Latina passava por um dos momentos áureos da industrialização, sobretudo o Brasil. O baque da crise chegaria no final da década de 1970, e em 1980, com a crise da dívida externa, ficou nítido que o cenário mundial empunhava um novo padrão de acumulação sobre a região. Primeiramente, em 1980, a região se inseriu no circuito financeiro passivamente, envolta no pagamento de juros da dívida externa. Posteriormente, de forma ativa, através das reformas de perfil neoliberalizantes de 1990 e as décadas posteriores viriam para aprofundar o papel subordinado latino-americano na nova etapa do capital.

---

<sup>44</sup> Compartilham dessa visão Lapavitsas (2011), Paulani (2012), Amaral (2012), Raposo (2018), Almeida Filho, Amaral e Raposo (2019). E de maneira semelhante, mas em outros desdobramentos dialéticos, os autores da escola de Espírito Santo: Carcanholo (2013), Carcanholo e Nakatani (2013), Carcanholo e Sabadini (2013), Sabadini (2013), Chesnais (2013) e Gomes (2013) e Nakatani e Gomes (2013).

Dentro da dialética interno e externo, as transformações de pós-1970 engendraram um novo padrão de reprodução do capital latino-americano. O padrão exportador de especialização produtiva de Osorio (2012b) é reflexo das mudanças do capitalismo que foram internalizadas nas formações-dependentes e, segundo Raposo (2018), além do perfil exportador-primário, o novo PRC se constitui como uma plataforma de valorização financeira e fictícia.

Para tal, a discussão do capítulo foi elaborada de maneira a primeiro contextualizar o período histórico, trazendo novas determinações que personificam o capitalismo atual na primeira seção. Segundo, sentimos a necessidade de delimitar a categoria de capital fictício em Marx a partir dos desdobramentos dialéticos das autonomizações das formas do capital industrial, o que nos possibilitou fazer as mediações precisas até o capitalismo contemporâneo, marcado pelo capital fictício na cabine de controle da acumulação de capital (2012), na segunda seção. As duas últimas seções têm o objetivo de tratar especificamente da América Latina, primeiro tratando das inserções passiva e ativa da região no circuito financeiro. Por fim, vamos tratar da desindustrialização dependente a partir do encadeamento da nova fase da dependência de Amaral (2012), do novo PRC de Osorio (2012b) e do novo anel da espiral da dependência de Raposo (2018). Feito isso, tivemos a base para defender a nossa tese da relação simbiótica entre financeirização e desindustrialização.

### **3.1 O período de transição do padrão de acumulação fordista para o financeiro**

Fica a indagação “*Como surgiu o capitalismo financeirizado?*”. Desde começo de sinais de crise com o esgotamento do modo de acumulação baseado na produção fordista sob o paradigma econômico keynesiano e do Estado de Bem-Estar social a partir de 1960 demonstraram, pelo menos aos que haviam esquecido ou negavam, as proposições de Marx sobre o caráter cíclico do capital. A acentuação da crise em 1970 mostrou a contradição entre produção e apropriação do capital decorrente do esgotamento do padrão de acumulação anterior ao financeirizado.

O padrão de acumulação comandado pelo fordista perdurou do pós-segunda guerra mundial até a crise de 1970. Este padrão reunia algumas características principais: elevados gastos públicos; aumento do setor produtivo; criação de empregos; consumo das famílias (DOMINCZAK, 2019). A reunião desses elementos pôs o capital produtivo no centro da acumulação. Na parte histórica, o fordismo vai surgir depois de 1945 e os Estados Unidos saíam da guerra como a grande potência hegemônica, responsável pelos rumos da acumulação capitalista, ao ponto do país colocar sua moeda como internacional, pois garantia a paridade

dólar-ouro. De acordo com Bretton Woods, a taxa de câmbio das moedas nacionais estaria indexada ao dólar.

Os EUA, preocupados com a expansão soviética, executaram planos para reerguer as economias arrasadas no pós-guerra através da disseminação da lógica do capital produtivo. Perpassados os anos de 1945 a meados da década de 1960, os estadunidenses despontavam como país hegemônico disparado, a reconstrução das economias capitalistas do pós-guerra significava também a criação de demanda para o país, o que acabava por fortalecer ainda mais sua economia ao obter constantes superávits na balança comercial (DOMINCZAK, 2019).

A reestruturação dos países foi um sucesso e nos anos da década de 1960 as economias voltaram a crescer. Também ficou conhecido no período nos países do primeiro mundo, em especial na Europa ocidental, a constituição do Estado de Bem-Estar social. O modelo de Estado incluía aspectos de: (i) alta arrecadação tributária, (ii) sistema universal de proteção social, (iii) pleno emprego. Entretanto, no final dos anos 1960, o padrão fordista demonstrava sinais de seu esgotamento. Isso se deu pela redução dos preços ocasionada pelo excesso de mercadorias advindo do alto grau de concorrência, o que, por sua vez, as empresas situadas nos países imperialistas eram pressionadas a pagar altos salários. O resultado foi a queda constante da taxa de lucro e uma crise de sobreacumulação de capital.

Somado a isso, temos um aumento no custo com matérias-primas, sobretudo com o aumento do preço do petróleo. Com exceção dos Estados Unidos, as economias do primeiro mundo dependiam do petróleo para produção, o próprio modelo fordista era intensivo na utilização de matérias-primas não renováveis (GASPAR, 2015). E como os maiores produtores estavam situados no terceiro mundo, a OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo) se aproveitou da dependência desses países e aumentou o preço do barril de petróleo. Assim, a queda na receita das multinacionais dos países europeus levou a uma queda na arrecadação tributária. A queda da arrecadação ocasionou o desmonte do Estado de Bem-Estar social, o desemprego voltou a ser um problema social-econômico.

Não tardou para a crise chegar aos Estados Unidos, a queda da arrecadação acrescentado os gastos públicos da “corrida armamentista” contra o bloco soviético desembocaram numa crise fiscal que perdura até os dias atuais (DOMINCZAK, 2019). Ao longo da década de 1970, a economia estadunidense deixou de ser credora e passou a ser devedora. Sua balança comercial e de pagamentos passou a apresentar persistentes déficits (GASPAR, 2015). Os déficits apresentados na balança comercial e de pagamentos acontecia em decorrência da concorrência com países, antes arruinados do pós-guerra, beneficiados do plano Marshal. As reservas de dólares obtidas por esses superávits criaram um mercado de capitais a parte do controle do FED,

conhecido como eurodólares. Não tardou para que os dólares sobressalentes no mercado fossem administrados por outras economias, surgindo também o mercado de capitais controlado pelos países produtores de petróleo (petrodólares). Os petrodólares criaram praças financeiras livres da regulação do FED (*off-shores*), em seguida esse capital vai se direcionar aos países periféricos, sobretudo da América Latina e do Leste Europeu em forma de empréstimos a juros flexíveis.

Esses acontecimentos minavam a hegemonia estadunidense que se viu compelida a tomar atitudes energéticas, como o fim do Bretton Woods e início do regime de câmbio flutuante. O excesso daquelas reservas começou a circular pelo mercado internacional e exercer uma pressão sobre a convertibilidade do dólar em ouro. Como não havia disponibilidade de ouro suficiente, os EUA decidiram por acabar com o padrão-ouro. Chegava-se o fim do padrão de acumulação baseado no fordismo e abria-se a etapa financeirizada.

Começou a partir de então um movimento para que os Estados-nacionais desmontassem os elementos centrais do Estado de Bem-Estar social do padrão fordista na finalidade de garantir maiores ganhos e flexibilidade na movimentação dos capitais. Ou seja, desemprego aumentou, as taxas de juros aumentaram, parte considerável dos lucros deixou de ser investida na produção e passou a ser direcionada à especulação. Por fim, os Estados-nacionais vivem em constantes crises orçamentárias e as despesas crescem numa escala maior do que a arrecadação.

As décadas de 1980 e 1990 conformam o novo padrão de acumulação financeirizado, as economias imperialistas saem da crise e retomam o crescimento dos lucros sob novas matizes da política econômica e da configuração dos interesses do Estado. A conta da crise foi transferida ao terceiro (GASPAR, 2015), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por recessão e reformas. Projetos de industrialização abruptamente interrompidos, cedendo lugar aos ditames do novo regime de acumulação.

Por fim, Carcanholo e Baruco (2011), em acordo com a análise de Mendonça (1990, p. 64-65), argumentam que a crise possui quatro fases. A primeira, a deflagração da crise em 1970, enquanto na visão dos governos na época seria passageira, porém com a perda da eficácia dos instrumentos de política econômica ficou evidente a dimensão da crise estrutural. A segunda, o interregno com a retomada do crescimento, porém não comparáveis aos níveis antecessores e ainda persistiam problemas de desemprego e inflação. Em terceiro, veio o refluxo da crise 1980-1982, “ao qual os governos assistiram novamente impotentes” (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 10). A quarta, o enterro das políticas de cunho keynesiano, a política econômica vigente do pós-guerra não conseguia elevar os níveis de lucratividade. Assim, encerra-se a hegemonia do keynesianismo sob a agenda econômica dos governos e o que se tem a seguir é a hegemonia

neoliberal<sup>45</sup>. Chamamos de neoliberalismo, sendo, portanto, a ideologia por detrás do conjunto de transformações que surgiram em resposta a crise estrutural do capitalismo a partir de 1960-1970.

### **3.2 A gênese do capital na etapa financeira do padrão de acumulação de capital pós-1970**

Antes de prosseguir na nossa investigação sobre a financeirização, vamos retomar a Marx, num nível mais abstrato de análise, e entender o que o autor do *Capital* tem a dizer sobre o capital portador de juros e o capital fictício. Em seguida, em novas interpretações de autores marxistas contemporâneos, explicaremos o que denominamos de padrão de acumulação sob comando do capital fictício.

#### *3.2.1 A exposição marxiana acerca da categoria de capital fictício*

Marx, no nível de abstração do livro III da seção IV e V, vai tratar das formas autonomizadas do capital. Do modo tratado no livro II era como se o capitalista - representado no lugar do capital industrial- assumisse todas as etapas do movimento, desde o financiamento da produção, a produção até a venda da mercadoria. Neste momento, o capital-mercadoria assume uma forma própria, autonomizada ou substantivada e se desloca, aparentemente, da sua totalidade. A autonomização das formas aparece como uma necessidade do capital em sua busca pela autovalorização, é um desdobramento dialético no plano mais concreto de sua forma. É como se houvesse uma divisão social do trabalho entre os capitalistas, ou seja, uma miríade de capitais individuais atuando de maneira autônoma em prol da acumulação. A autonomização (substantivação) é a aparente separação da forma de seu conteúdo.

A primeira forma substantivada tratada por Marx é o capital de comércio de mercadorias (capital comercial) no capítulo XVI do Livro III, originária da forma capital-mercadoria. No ciclo do capital industrial, o capital-mercadoria está restrito ao âmbito do mercado, ou seja, as ações de compra e venda de MP e FT e posteriormente a venda de M' são na circulação. Nesse sentido, a atuação do capital comercial é restrita ao mercado, a circulação. Funciona da seguinte maneira: a parte de venda da produção agora passa a ser feita por um capitalista específico em conluio com o capitalista produtivo, o comerciante compra M' para vendê-la e desresponsabiliza o capitalista ativo da função de venda. O que para o capitalista produtivo é M-D, para o comerciante é D-M. O capital comercial é para o capitalista produtivo o seu capital-

---

<sup>45</sup> O arcabouço teórico do neoliberalismo vinha sendo construído paulatinamente durante os anos do pós- IIGM sob o comando de Hayke, Friedman e companhia. Até mesmo alguns experimentos neoliberais de fracasso, como o Chile de 1973 já vinham sendo ensaiados (CARCANHOLO; BARUCO, 2011; PAULANI, 2012).



mercadoria, a mercadoria que realizou e que pode recomeçar a produção. Em síntese, o comerciante de mercadorias nada mais é do que um mediador entre o produtor e o consumidor (este que também pode ser outro capitalista comprando MP).

Isto possui algumas implicações. A primeira: ao assumir a etapa das vendas, o capitalista produtivo poupa gastos, se tivesse de dar conta dessa etapa teria mais gastos, o dinheiro poupado poderia ser usado em investimento. Segundo, ao vender rapidamente sua mercadoria, o produtor adiantaria dinheiro para recomeçar sua produção. Terceiro, consequência do segundo, diminuiria o tempo de rotação do capital, o capital, ao fazer o que faz em menor tempo, auferiria maior taxa de mais-valor em determinado período de tempo. O capitalista ativo produz maior massa de mais-valor, o que aumenta a possibilidade de apropriação na forma de lucro. O comerciante não produz mais-valor, entretanto, ao viabilizar o crescimento da massa de mais-valor, também faz crescer os lucros. Sua funcionalidade o habilita a se apropriar dos lucros, o lucro comercial. A taxa média de lucro é formada levando em consideração a apropriação das formas autonomizadas.

Aqui reside a dialética da relação entre capitalistas, o capital comércio de mercadorias obtém seu lucro a partir da repartição da massa de mais-valor gerada pelo capitalista produtivo. Por isso, a existência da autonomização da forma do capital-mercadoria gera um fator de tendência para a queda da taxa média de lucro, por seu turno, pelos fatores citados também gera uma contra tendência. A forma substantivada do capital-mercadoria participa da equalização da taxa média de lucro, de forma que a repartição ocorre de acordo com a proporção do capital comercial na geração da mais-valor feita pelo capitalista produtivo. Também há de se destacar que aparentemente (e assim podem fazer numa realidade mais concreta) dá-se a impressão de que o lucro comercial advém de o comerciante comprar mais barato e vender mais caro, todavia tal fato não se sustenta, apenas seria uma distribuição da apropriação do valor (um se apropriou mais do que outro porque vendeu mais caro).

Outro desdobramento da forma autonomizada do capital-mercadoria é o capital comércio de dinheiro tratado no capítulo XIX do Livro III. Essa classe de capitalistas separa-se dos capitalistas produtivos e comerciais pela necessidade de exercer um trabalho específico das finanças (o caixa da produção), os custos de circulação. Essa função vem da necessidade do capitalista industrial de entesourar, ou seja, ter capital-dinheiro em potencial a ser investido. A administração do D' acumulado passa a ser operada por uma classe independente, esses capitalistas não formam tesouro, mas permitem as condições técnicas para sua formação. Neste nível de abstração, o capital comércio de dinheiro é desvinculado da função crédito e está relacionado a questões operacionais que diminuem os custos de circulação do capitalista

industrial. Nesse sentido, o capital comércio de dinheiro auxilia indiretamente (não de maneira material) na metamorfose D-M-D'. Num plano mais concreto esta substantivação aparece como capital que se autovaloriza, D-D'.

Com a complexificação das relações capitalistas<sup>46</sup>, parte do capital comércio de dinheiro começa a centralizar e a administrar o capital-dinheiro, o que possibilitou a constituição e expansão do sistema de crédito. A expansão do crédito levou à especialização do comércio de dinheiro, com cada vez mais concessão de empréstimos e negociação de crédito. A esse desdobramento Marx chamou de capital bancário. Ao invés de cada prestamista individual ofertar dinheiro ao prestatário, constituiu-se uma instituição financeira que aja no sentido de centralizar o capital-dinheiro, sendo a ponte entre prestamistas e prestatários. O capitalista obtém o dinheiro-capital necessário para começar a produção em um movimento de D-D-M-D-D'. Em que o D é o montante emprestado pelo capital bancário e D' representa o juro. O lucro do capital bancário consiste nos juros que o capital bancário paga ao comerciante de dinheiro por emprestar o dinheiro e o juro que cobra do capitalista produtivo por ter pegado emprestado (Spread bancário). Ao receber seus rendimentos em forma de juros, o capital bancário contém em si o capital portador de juros.

O capital portador de juros vende a mercadoria capital, empresta ao capitalista ativo, de forma que ele não precise somar grandes reservas para iniciar sua produção. A forma substantivada não participa da produção, mas a viabiliza ao conceder crédito sem que o capitalista produtivo tenha de entesourar grandes quantias monetárias, o que por sua vez diminui o tempo de rotação do capital e possibilita o aumento da massa de mais-valor. Apesar de não participar da produção, uma parte do mais-valor é apropriado em forma de juros. Os juros são, portanto, lucros apropriados pelo capital portador de juros. A passagem abaixo descreve a relação entre prestamista e prestatário, na quale a concessão de um empréstimo tem como condição a remuneração futura em forma de juros. É importante destacar o *gap* temporal entre o conceder e o receber.

No primeiro ato, que serve de introdução, o prestamista cede seu capital ao prestatário. No segundo ato, que complementa e conclui o processo, o prestatário restitui o capital ao prestamista. Se nos fixarmos exclusivamente na transação entre ambos – e

---

<sup>46</sup> A expansão do crédito mediante o surgimento do capital bancário levou a criação de sociedades por ações. A criação desta levou a uma separação entre o capitalista funcionante, o produtivo, e o proprietário da mercadoria capital. Para Marx, o capitalista funcionante se torna um mero funcionário do capitalista monetário. Nesse sentido, surge também uma nova classe de capitalistas que vivem de juros.

abstrairmos, por enquanto, dos juros -, ou seja, se consideramos apenas o movimento do capital emprestado entre prestamista e prestatário, veremos que esses dois atos (separados por um período mais ou menos longo, durante o qual tem lugar o verdadeiro movimento de reprodução do capital) abarcaram a totalidade desse movimento. Esse movimento – de ceder sob a condição de receber de volta- é, em geral, o movimento de conceder e de tomar empréstimo, dessa forma específica da alienação puramente condicional de dinheiro ou de mercadorias. (MARX, p. 395, 2017).

Continuando, o prestamista empresta dinheiro ou mercadoria com a função de capital<sup>47</sup> ao prestatário. O dinheiro (ou pode ser mercadoria servindo de MP) entra no processo produtivo e produz uma mercadoria valorizada e vendida para obtenção de lucro ao prestatário. O tempo entre o empréstimo e a obtenção do lucro pelo capitalista ativo corresponde aos juros pagos do prestatário ao prestamista. O juro é um preço irracional porque é o lucro de uma mercadoria vendida que possui valor de uso, mas não tem valor. Em resumo, juros são lucros, são os lucros do capital portador de juros<sup>48</sup>. Isto afasta a visão mistificada da economia vulgar que atribui a oscilação da taxa de juros a valorização da mercadoria capital sem nenhuma mediação. Os economistas não enxergam que os juros fazem parte da taxa média de lucros e a taxa de juros é determinada por demandantes (capitalistas produtivos) e ofertantes (capitalistas portadores de juros).

Sendo assim, a desmistificação dos juros está em vê-lo como parte inversamente proporcional da produção capitalista, ao passo que fatia daquele mais-valor é propriedade do capitalista rentista de juros. Nesse sentido, a taxa de juros não pode exceder o lucro do capitalista, do contrário não valeria continuar na produção. O pagamento dos juros dependerá da taxa de lucro, portanto, se a taxa média lucro está sujeita a tendência a queda da taxa de lucro, a taxa de juros também está. Explica-se assim o porquê de em épocas de *boom* na economia a taxa de juro é crescente, por conta da maior demanda por crédito, nos períodos de declive há uma diminuição. Embora se relacione de maneira tendencial, o comportamento da taxa juro parece ser autônomo ao comportamento da taxa média de lucro. Em períodos de pico da crise a situação tende a ser diferente num curto espaço de tempo, o juro permanece alto mesmo com a queda da taxa de lucro. Isso se explica pelo prêmio para os capitalistas detentores da mercadoria capital que decidirem emprestar sob risco de inadimplência, ao mesmo tempo em que os capitalistas ativos podem contrair empréstimos para quitação de dívidas.

<sup>47</sup> É importante destacar a diferença do que Marx (2017) trata de dinheiro no nível de abstração da seção I do livro II e do que ele trata de capital na seção V do livro III. O dinheiro emprestado é capital, não sofre metamorfoses, se conserva como capital, valoriza-se como capital e pode voltar ao processo produtivo novamente como capital.

<sup>48</sup> No capítulo XXIII do Livro III, Marx (2017) coloca que os lucros do capital portador de juros na forma de juros possuem uma característica quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois é a proporção dos lucros destinada a “classe” que vive desse tipo de rendimento. E qualitativa porque os juros representam um direito de propriedade.

No capítulo XXIII do Livro III Marx trata do fetichismo entre lucros do empresário e os juros. O aparecimento da “classe” de rentistas que vivem dos empréstimos da mercadoria capital geram implicações importantes para a aparência dos fenômenos. Além do lado quantitativo no qual a parcela do lucro do empresário pertence ao capitalista portador de juros, há um caráter qualitativo. O capital tem dono e seu dono o empresta a outrem para produzir, obrigatoriamente quem produziu precisa pagar pelo que pediu emprestado. O capitalista ativo toma a forma de um mero funcionário do capitalista rentista de juros e seu lucro é o seu salário. O salário, entretanto, não é o salário como da FT, o salário deste capitalista corresponde ao quanto de mais-valor ele obtém ao explorar o trabalho alheio.

Até agora todas as formas autonomizadas não entram no processo produtivo, todavia auxiliam o capital ativo a gerar uma massa maior de mais-valor. O capital comercial possui a funcionalidade de escoar as mercadorias, permitindo a agilização da produção. O capital comércio de dinheiro diminui os custos de circulação. E o capitalista portador de juros concede o empréstimo ao capitalista industrial tirando a necessidade de entesouramento de grandes reservas monetárias. Todas essas formas possuem uma funcionalidade de, sobretudo, diminuir o tempo de rotação do capital que por sua vez eleva a taxa média de lucro, ao passo que também atuam como fatores agravantes. Há ainda um último desdobramento dialético, uma forma nascida a partir do capital portador de juros, mas que ao contrário de seu “primo”, esse não possui vínculo aparente com a produção, se mostra como a forma mais ideal de capital que se valoriza por si só. Este capital do ponto de vista individual – patrimônio dos indivíduos- é concreto, é real, porém do ponto de vista da totalidade é ilusório. Por isso seu nome é capital fictício e se assemelha ao portador de juros pela sua maneira de remuneração também serem os juros. Segue o trecho retirado de O’ Capital a respeito da formação do capital fictício:

A formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sobre a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria; se, por exemplo, a receita anual é = \$100 e a taxa de juros é = 5%, então \$100 seriam os juros anuais de \$2.000, que poderiam ser agora considerados o valor-capital do título jurídico de propriedade sobre as \$100 anuais. Para a pessoa que compra esse título de propriedade, as \$100 de receita anual representam, de fato, os juros de seu capital investido a 5%. Desse modo, apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo (MARX, p. 524, 2017)

Em outras palavras, funciona assim: um título promete a apropriação de valor que irá se valorizar no futuro, dessa maneira o detentor do título recebe uma taxa de juros como se este indivíduo se apropriasse de lucro em forma de juros que ainda nem foram produzidos. Os vários

detentores de títulos são chamados de acionistas e seus ganhos são oriundos da capitalização. Antes, no capital portador de juros, o lucro era apropriado depois de decorrida toda a produção, mas com o desdobramento dialético do capital fictício a remuneração futura é trazida ao presente. Na aparência, o D' se valoriza por si só. Se no jargão popular “tempo é dinheiro”, não existe nada melhor do que trazer o futuro ao presente.

Marx cita dois espaços de reprodução do capital fictício: a sociedade de ações (ainda embrionário em sua época) e o mercado de títulos da dívida. Nesses exemplos, Marx nota que no ato do capital portador de juros de se multiplicar, a parte correspondente ao processo produtivo é o capital portador de juros e a parte especulada é o capital fictício. Assim, para uma empresa que lança no mercado acionário suas ações, uma parte do dinheiro é destinada à produção e outra parte é meramente especulativa. O mesmo vale para o mercado de títulos da dívida pública em que o Estado vende títulos para financiar seus gastos, a parte sobressalente é especulação.

Por mais deslocado que a forma possa parecer do conteúdo, são nas crises que a mistificação se desvenda e a forma volta ao conteúdo. O capital fictício, como nenhum outro, intensificou a contradição entre produção e apropriação<sup>49</sup>, permitindo a valorização em escalas inimagináveis, como se ilusoriamente se autovalorizasse. Enquanto isso, a produção, movida pela atividade especulativa, precisa gerar uma massa de mais-valor correspondente. Por fim, as crises do capitalismo desvendam a ilusória aparência do capital fictício e confirmam que, por mais que na aparência dos fenômenos apareça como desprendida da totalidade, o conteúdo e a forma continuam interligados.

### *3.2.2 Interpretações sobre o padrão de acumulação sob domínio do capital fictício*

A exposição feita por Marx em O 'Capital permite descobrir as legalidades que regem o capitalismo contemporâneo, entretanto não é suficiente para uma compreensão da realidade atual. Nesse sentido, alguns autores marxistas vão se debruçar sobre as mediações necessárias em um menor nível de abstração entre as categorias desenvolvidas em O' Capital e o perfil do novo padrão de acumulação inaugurado pós-1970. Apesar das distintas terminologias e modos de interpretação entre os marxistas sobre o atual padrão de acumulação, é notável o protagonismo do capital fictício sobre a acumulação capitalista.

---

<sup>49</sup> Cabe destacar a intensa concorrência entre as frações burguesas na apropriação do mais-valor em forma de lucro. Todavia, desconsidera-se este fato no nível de abstração tratado pelo autor nesta parte da obra.

Começemos por Lapavitsas (2009), que sintetiza as causas que provocaram o surgimento do novo padrão sob domínio do capital fictício: (i) a presença persistente da tendência da queda da taxa de lucro na década de 1970, somada a baixa produtividade; (ii) a revolução tecnológica ocorrida no período que pressionou por mudanças no mundo do trabalho e na legislação que o regulava; o (i) e (ii) foram fatores contribuintes ao aumento da taxa de desemprego; (iii) as empresas transnacionais oriundas da integração monopólica dominaram a produção e o comércio mundial. Basicamente, o que são: desregulamentação financeira e trabalhista, enfraquecimento do poder sindical; reestruturação produtiva e aumento do fluxo e das atividades financeiras oriundos da revolução dos meios de comunicações, como já foi mencionado no início deste capítulo. O esforço a seguir vai ser de interligar essas mudanças dentro de uma totalidade integrada.

Antes de começar a discussão, algumas imprecisões teóricas<sup>50</sup> precisam ser afastadas. A principal refere-se à concepção de capital financeiro tratada por Hilferding (1985). Hilferding cunhou o termo capital financeiro para descrever a fusão de capital bancário e capital industrial na Alemanha, no início do século XX. Segundo Lênin (2009), levou a um processo de centralização e concentração de capitais, configurando a fase superior do capitalismo na época. O termo tal qual defendido pelos grandes autores marxistas é de suma importância para se entender o capitalismo de uma determinada época histórica, não obstante, considera-se que a categoria de capital bancário, tal qual é exposta em O ‘Capital Livro III seção V, já abarcava esses elementos. Assim, para entender o capitalismo contemporâneo segue-se os desdobramentos das categorias de O ‘Capital, somados às novas determinações do capitalismo contemporâneos, com as devidas mediações.

Dito isso, o termo capital financeiro é pouco preciso e pode levar a equívocos, por isso utilizamos o termo capital fictício para designar o desdobramento dialético da forma autonomizada do capital portador de juros, intermediada pelo capital bancário, e cujo propósito é a especulação desvinculada diretamente das atividades produtivas (no campo das aparências). Antes, na época em que Marx escrevia O ‘Capital, a especulação gravitava em torno do capital industrial e era vista como um desdobramento da expansão do crédito, propiciada pelo capital bancário (MARX, Livro III, 2017). O capital bancário forneceria o crédito ao capitalista e este produziria em menos tempo, diminuindo o tempo de rotação e auferindo maior taxa de mais-

---

<sup>50</sup> Sem aprofundar muito em todas as imprecisões acerca do entendimento de capital financeiro, porém não se pode deixar de citar a interpretação maniqueísta keynesiana sobre uma possível dicotomia entre capital financeiro e capital produtivo. Tal interpretação não confere com uma análise marxiana sobre o capital. Para mais informações sobre: Carcanholo e Nakatani (2015) e Lapavitsas (2011).

valor periodicamente. Até aqui o capital assume a posição de capital portador de juros, o capital fictício nasce dessa atividade sem nenhum compromisso com a produção, apenas com a especulação.

Essa passagem é essencial para entender a configuração do capitalismo contemporâneo. Assim, a lógica é invertida, decorrente das transformações engendradas no pós-1970 que subverteram a relação capital industrial e capital fictício. Nesse sentido, Carcanholo e Nakatani (2015) e Carcanholo e Sabadini (2015) trazem uma leitura de que a sobreposição do capital fictício ao capital industrial é um sintoma de uma exacerbação do capital fictício. O desdobramento dialético dessa nova forma de capital fictício exagerado motivou os autores a cunharem a categoria de capital especulativo parasitário. O capital especulativo é o capital fictício levado ao extremo, de maneira que a produção de mais-valor do capital industrial fique aquém de acompanhar a velocidade da especulação (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015). O capital especulativo só pode ser entendido no contexto histórico em que as revoluções nos meios de comunicação expandiram as possibilidades de especulação impensáveis no tempo de Marx. Portanto, este advento elevou a contradição entre produção e apropriação. A especulação contamina todos os demais capitais e faz com que todos girem no entorno dela. Quando a totalidade, que é o capital industrial, se subordina a lógica especulativa, vira-se capital especulativo, não é parasitário, pois ele é o único que pode gerar mais-valor, mas especulativo, por estar subordinado à lógica especulativa.

A forma de remuneração do capital fictício são os lucros fictícios. Lucros fictícios são obtidos das atividades especulativas do capital especulativo parasitário. Por constituírem o patrimônio dos indivíduos detentores dos ativos financeiros, são reais, porém do ponto de vista da totalidade são fictícios. Então, o lucro fictício carrega as mesmas contradições do capital fictício. Os autores usam o exemplo de um imóvel que comprado por um valor X ao se valorizar para 2X por pura especulação, o acréscimo desse valor significaria a obtenção de lucros fictícios de quem comprou a casa pelo valor inicial menor. O patrimônio do possuidor da casa aumenta, por isso é concreto. Entretanto, isto não pode levar para uma conclusão de que os lucros fictícios são provenientes da compra mais barata e venda mais cara, porque as mercadorias transacionadas não são destinadas à satisfação de valores de uso, seja para produção, seja para uso individual, mas sim para pura especulação. Apesar de aumentarem o patrimônio do detentor da mercadoria especulada, tão logo houve uma valorização, a depender das oscilações do mercado especulativo, ela pode diminuir ou sumir (CARCANHOLO; SABADINI, 2015).

Por fim, a magnitude do lucro fictício será correspondente à magnitude do capital fictício, pois o lucro fictício se sustenta enquanto há valorização do capital fictício. O lucro

fictício é a remuneração do capital fictício, que dessa forma também carrega a contradição real e fictícia em si. Há consequências, o movimento nos mercados em que grandes rentistas possuem maior controle sobre o movimento de valorização e desvalorização dos títulos, faz com que haja uma transferência de dinheiro de pequenos e médios rentistas para os grandes rentistas. Os autores dizem que isso se configura como um fator contra a tendência da queda da taxa de lucro.

Ainda de acordo com Carcanholo e Nakatani (2015), as crises têm como consequência a redução do lucro fictício, diminuição do volume de capital especulativo parasitário e uma maior intensidade de contradição, apropriação e produção. A magnitude da retração do capital industrial é proporcional a intensidade e extensão da crise. Isso decorre da própria dinâmica da crise já exposta anteriormente, o capital produtivo ao sofrer uma retração diminui a apropriação de lucros do que foi especulado, dessa forma o capital fictício se desvaloriza e se mostra como realmente é, ilusório.

Numa outra chave de leitura, Chesnais (2003) procurou identificar os elementos do capitalismo contemporâneo a partir de um estudo sobre a economia estadunidense, no qual o autor recorreu ao conceito derivado da escola regulacionista para qualificar o novo padrão de acumulação como regime de acumulação com predominância financeira<sup>51</sup>. O regime consiste numa nova etapa do capitalismo sob domínio do setor financeiro sobre os demais setores da economia. No setor financeiro representaria a figura do capital bancário, ditando os rumos do desenvolvimento capitalista. O autor francês também argumenta que a consequência da autonomização do setor financeiro gera periodicamente bolhas especulativas e que nos períodos de crise tendem a estourar e afetar toda a economia. Logo, o setor financeiro passa a dominar o dinamismo econômico, como veremos a frente, nas economias fica nítido ao analisarmos a conta financeira na balança de pagamentos.

Conforme Chesnais (2003), a complexificação do capital bancário está ligada às inovações nos meios de comunicação e informática da terceira revolução industrial (III RI), o que encurtou o tempo das operações financeiras. O mercado de títulos e derivativos, por exemplo, tiveram uma explosão exponencial com o avanço das tecnologias de informação. Os avanços da III RI, além de encurtarem o tempo de rotação do capital e, portanto, permitirem auferir maior taxa de mais-valor periodicamente, também acentuaram os mecanismos de

---

<sup>51</sup> Este conceito tem inspiração na escola regulacionista acerca de regimes de acumulação. O termo “regime de acumulação” significa identificar em determinado período histórico como se dá a relação política entre capital e trabalho. Como que as frações burguesas se organizam entre si para exercer sua dominância e continuar acumulando.



exploração da força de trabalho típicos da configuração da nova divisão internacional do trabalho (CHESNAIS, 2003 apud LORDON, 2000).

Nesse sentido, Harvey (2008), ao cunhar seu conceito de acumulação flexível<sup>52</sup> traz elementos importantes ocorridos tanto na esfera financeira quanto na esfera produtiva, que dialogam com as conclusões de Chesnais (2003). A resposta à crise de 1970 foi um intenso movimento de flexibilização da esfera financeira e produtiva, ou seja, o fim da rigidez típica do fordismo para um regime flexível. Isto significou uma série de reformas empreendidas com vistas a garantir a expansão de capitais e para tanto precisaram contar principalmente com a desregulamentação financeira e de leis trabalhistas. No que tange a reestruturação produtiva e ao mundo do trabalho, o regime flexível implicou num desmonte de direitos trabalhistas, enfraquecimento do poder sindical e diminuição do salário real para fazer frente à queda da taxa de lucro. E também o investimento passa a deslocar para os setores de ponta, os setores típicos de microeletrônica poupadores de mão de obra em detrimento dos setores intensivos em trabalho. É importante destacar que as inovações tecnológicas agiram no sentido de diminuir o tempo de rotação do capital e o capital, ao fazer o que ele já faz (gerar mais-valor) em menos tempo, aumenta sua taxa de mais-valor periódica.

A fragmentação produtiva fez parte da reestruturação produtiva, isto se reverberou no deslocamento geográfico de parte da produção para países periféricos, cujo a mão-de-obra farta e a debilidade do poder sindical forneceram maiores custos de oportunidades para as empresas transnacionais. Ao passo que ao deslocar parte da cadeia produtiva para fora do país sede<sup>53</sup>, um grande número de trabalhadores fabris perdera seus empregos, o que gerou uma crescente pressão sobre a taxa de desemprego nos países centrais. O resultado foi uma diminuição dos salários reais e, conseqüentemente, no padrão de vida dos trabalhadores (HARVEY, 2008).

As inovações proporcionaram um ambiente econômico mais saudável e menos instável ao facilitar a tomada de decisões dos agentes e conseqüentemente houve um impacto positivo sobre a produtividade. As transformações na esfera produtiva trazidas por Harvey (2008) permitem corroborar para o que Chesnais (2003) afirma de que o capital produtivo, para acompanhar a expectativa de apropriação de mais-valor prometida pela especulação, precisa aprofundar o grau de exploração da força de trabalho. Os diversos avanços tecnológicos

---

<sup>52</sup> Tal como Chesnais (2003), Harvey (2008) se inspira no conceito de regime de acumulação da escola regulacionista para cunhar seu conceito de acumulação flexível. Acumulação aqui é entendida como a estabilização da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação por longo prazo; implica na correspondência das mudanças tanto nas condições da produção quanto da reprodução dos assalariados (HARVEY, 2008).

<sup>53</sup> Um bom exemplo disso é a presença de atividades maquiladoras estadunidenses e canadenses no México (HARVEY, 2008).

caminham no sentido de intensificar o grau de exploração e acompanhar o ritmo da especulação. O que também podemos ligar com a afirmação feita por Carcanholo e Nakatani (2013) é que na periferia houve uma elevação dos mecanismos de superexploração em decorrência da intensificação das transferências de valor da periferia para o centro.

De volta a Chesnais (2003), o regime de acumulação com dominância financeira não faria sentido se consolidado em um único país ou em um grupo seletivo de países, o regime precisa ser mundializado, mas não de forma padrão, precisa ser desigual e combinado. EUA e Reino Unido, através de suas influências sobre os organismos multilaterais, se responsabilizaram de impor a dominância das finanças sobre as demais economias em 1970. A mundialização é necessária para garantir a apropriação segura de lucros – juros e dividendos – em escala mundial. Mundializado inclui a imposição da lógica fictícia sobre todas as demais áreas da economia, obrigando os Estados-nação a desregulamentarem mercados, flexibilizarem entrada e saída de capitais, flexibilizarem leis trabalhistas, tudo o que prega a ideologia neoliberal. É importante destacar que o desenvolvimento do regime não se dá de maneira padrão, pois aos países periféricos não restam saídas a não ser aceitar as condições impostas pelos organismos multilaterais ou do contrário estas economias terão dificuldade em ter dinamismo.

Em leitura complementar, Lapavitsas (2011) argumenta que o setor financeiro passa a comandar as regras de funcionamento para os diferentes Estados-nacionais, incorporando a lógica fictícia na adoção de política pública. Na esteira das mudanças, destaca-se a desregulamentação financeira com a finalidade de desobstruir os obstáculos nos espaços de especulação. As frações da burguesia financeira elaboram com os governos uma série de reformas no sentido de remover os instrumentos de controle de preços e barreiras de acesso ao crédito. Assim como o aparecimento de todo tipo de aplicação financeira com mínimo de restrições, livre fluxo de capitais, canalização de poupança para mercado de capitais. A desregulamentação financeira deve ser vista como indissociável da reestruturação produtiva e da desregulamentação trabalhista, reformas basilares do novo regime com predominância financeira.

Para terminar, Lapavitsas (2011) especifica mais três aspectos consolidados no novo padrão de acumulação que dialogam com Harvey (2008) e Chesnais (2003). O primeiro deles é o autofinanciamento dos investimentos a partir da venda e compra de ações entre as empresas sem intermediação bancária. O surgimento desse tipo de operação diminuiu os custos de circulação e aumentou a margem de lucro. O central do aspecto ressaltado pelo autor é a lógica financeira no comando das atividades produtivas, isto é, o capital industrial subordinado à

lógica fictícia. O segundo aspecto, as instituições financeiras privadas direcionaram-se para os indivíduos e famílias através da oferta de crédito e do gradativo vínculo com os bancos. O que leva ao terceiro aspecto, a contínua oferta de serviços financeiros (seguros, aplicações financeiras, planos de saúde e etc.), que envolve as pessoas numa espiral de dívidas em que seus rendimentos são fatiados pelos bancos, o qual o autor denominou de expropriação dos rendimentos do trabalho. É dessa forma que eles compensam as perdas que tiveram no passado com o fim dos empréstimos concedidos às empresas, mas que neste momento concentram-se nos indivíduos e famílias. Esta forma de expropriação é chamada por Lapavitsas (2011) de expropriação financeira dos rendimentos do trabalho e possibilita a lucratividade sem que se tenha que adentrar no processo produtivo.

Finalmente, por financeirização podemos concluir o conjunto de transformações circunscritas no período histórico pós crise estrutural do capitalismo da década de 1960-1970. São mudanças que afetaram, além da economia, todas as esferas da vida humana. O que foi listado nesse trabalho é apenas uma dimensão, a ideologia neoliberal penetrou e penetra cada vez mais nas relações humanas. Vamos partir nas próximas seções para os impactos da financeirização na dinâmica econômica dos países periféricos.

### 3.2.3 *A inserção subordinada da periferia no circuito financeiro internacional*

A década de 1980 e 1990 configuraram a inserção da América Latina no circuito financeiro mundial. Primeiramente, segundo Amaral (2012), de acordo com Paulani (2012), ocorreu uma inserção passiva em 1980 e ativa em 1990 da região no circuito financeiro em decorrência dos acontecimentos de 1970. O primeiro, referente ao primeiro choque do petróleo em 1973, que levou a recorrentes déficits em transações correntes e um surto inflacionário, o que, por sua vez, obstruiu os projetos industrializantes. Um breve momento de alta de liquidez internacional aumentou o fluxo de capitais sob a forma de investimento direto e financiamento em vista a dar continuidade às últimas etapas da industrialização<sup>54</sup>. O cenário viria a mudar após a retomada da hegemonia estadunidense com os choques na taxa de juros internacional entre 1978 e 1979.

Começa, então, a saga da crise da dívida pública, e a crise econômica a partir dela perdurou por quinze anos. Nos três países aqui focados, a dívida foi incrementada seja pela

---

<sup>54</sup> O Brasil, por exemplo, em sua marcha forçada, contraiu empréstimos para execução do II PND. Não é nosso objetivo uma discussão aprofundada acerca da opção dos governos militares em prosseguir nas etapas finais do PSI. A literatura, a nosso ver, faz esse trabalho em *A economia brasileira em marcha forçada*, de Antônio Barros Castro (1985). O fato é que o país, apesar de endividado, ingressa na década 1980 com o maior parque industrial da América Latina.

estatização da dívida privada, quando empresas e bancos nacionais fizeram a dívida externa em moeda estrangeira e pagaram ao governo em moeda nacional, repassando ao Estado o risco cambial, seja pelo próprio setor privado contraindo a dívida. O fato é que a escalada da taxa de juros internacional levou a crise da dívida externa e a uma sucessão de planos de estabilização econômica. O caráter passivo atribuído por Amaral (2012) diz respeito ao círculo vicioso no qual se contraía uma nova dívida para pagar a antiga, passivo, pois a conjuntura externa de 1980 impôs esse tipo de inserção.

A “solução”<sup>55</sup> viria em meados da década de 1990 com o consenso de Washington<sup>56</sup>. Diante da estagnação econômica e desestabilidade nos preços marcantes da década de 1980, em 1989 membros de organismos internacionais financeiros, funcionários do governo estadunidense e economistas ortodoxos estabeleceram o consenso de Washington. O documento visava a adoção de um receituário de políticas econômicas em conjunto com reformas estruturais com vista a retomada do crescimento econômico em países em desenvolvimento. As propostas do Consenso se basearam em três eixos estratégicos. O primeiro foi a estabilização da economia, sendo o pressuposto fundamental para o pleno funcionamento dos mercados, a estabilização dos preços, num contexto das altas inflacionárias das décadas anteriores, foi um objetivo prioritário na pauta econômica local. A estabilidade econômica cria um ambiente macroeconômico “saudável”, assim, possibilita as reformas institucionais. É importante destacar que não importa se a política econômica estabilizadora será heterodoxa ou ortodoxa. Isso porque, a depender da conjuntura, o economista neoliberal utilizará qualquer uma das duas, o importante é o objetivo final<sup>57</sup>. O segundo eixo, interligado com o sucesso do primeiro, diz respeito às reformas institucionais necessárias para o livre comércio, razão pela qual deve haver um esforço na abertura econômica; privatizações de estatais e serviços públicos; fim da maior parte dos subsídios; garantia de liberalização de preços e abertura financeira; desregulamentação do mercado de trabalho, etc. A primeira e a segunda são metas de médio e longo prazo, que se concluídas levam ao terceiro eixo da estratégia neoliberal: a retomada do crescimento/desenvolvimento e da distribuição equitativa de renda (BARUCO, 2005).

---

<sup>55</sup> Raposo (2018) em cima do relatório da CEPAL (1990) explica as sucessivas tentativas de estabilização em conjunto com os organismos multilaterais. Todas evitavam a moratória da dívida externa e um possível colapso do sistema financeiro, sempre em favor dos credores externos. A falsa solução viria em meados da década de 1990, na estabilidade e volta da liquidez internacional. Curiosamente, os planos de estabilização passaram a controlar as altas inflacionárias.

<sup>56</sup> As propostas do consenso podem ser vistas em: Williamson (1990).

<sup>57</sup> À exemplo temos a âncora cambial utilizada nos planos de estabilização da década de 1990.

A adesão ao consenso de Washington caracterizou a quinta fase da inserção ao circuito financeiro, dessa vez ativa. Osorio (2012b) sinalizou que as privatizações e a abertura comercial fizeram da América Latina um dos maiores destinos ao capital estrangeiro, competindo apenas com o Leste Asiático. No caso brasileiro tratado por Paulani (2012, p. 93), o problema da dívida externa foi resolvido depois da adesão às propostas do consenso, pois foram atendidas as exigências dos credores e agências multilaterais, por exemplo a autorização para securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradual do controle que dificultava a livre mobilidade de capitais.

No caso do Brasil, essas mudanças foram efetuadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato, a partir de 1995, no conhecido Plano Real<sup>58</sup>. O plano logrou em seu objetivo principal de conter a inflação a níveis aceitáveis pelo capital estrangeiro, porém um dos efeitos colaterais do plano foi a adoção de uma política monetária refém dos capitais estrangeiros, ou seja, altas taxas de juros internas e a meta de se obter um superavit primário exigiu um rígido controle dos gastos públicos e as famosas privatizações da década de 1990, não só no Brasil, mas na região como um todo. Dessa maneira, caracterizamos como inserção ativa a opção dos governos latino-americanos de se tornarem uma plataforma de valorização do capital estrangeiro. Assim podemos qualificar e resumir a década de 1980 e 1990 em acordo com a afirmação de Amaral (2013, p. 90):

[...] a necessidade de rolagem da dívida e, portanto, a contínua necessidade de atração de capital externo, colocou as economias periféricas inicialmente numa posição passiva diante do movimento financeiro internacional, dado que sua inserção nesta lógica se deveu fundamentalmente a movimentos externos alheios à sua esfera de decisão, e, posteriormente, numa posição ativa, considerando que um profundo processo de desregulamentação e abertura financeira é introduzido nessas economias, demonstrando sua ampla adesão ao ideário neoliberal.

É na inserção ativa que os governos deliberadamente passam por uma política de atração de capitais estrangeiros e aumento das reservas. Após a crise de fuga de capitais da periferia iniciada no Leste Asiático, em 1997, ficou nítido que a opção pela liberalização indiscriminada do fluxo de capitais somado a âncora cambial levou a fragilidade financeira e a vulnerabilidade

---

<sup>58</sup> Sucintamente, o Plano Real consistiu num plano de estabilização econômica de um misto de concepções ortodoxas e heterodoxas. O plano possuía três fases: a primeira de ajuste fiscal com reformas e contenção de gastos; a segunda com a criação de uma moeda “virtual” para frear a indexação crescente que influía nas altas inflacionárias e a terceira consistia numa âncora cambial. O plano veio no bojo das exigências das instituições multilaterais que visavam a primazia da estabilização econômica. Propostas parecidas foram reproduzidas em outros países latino-americanos.

externa. Ambos os fenômenos sempre existiram em economias dependentes, entretanto, na nova fase da dependência, são acentuados. E, para fazer frente a esse tipo de problema, as economias precisam cada vez mais acumular reservas internacionais, em resposta às variações nos fluxos de capitais estrangeiros.

De novo, isso foi uma opção política, as reformas institucionais e abertura comercial inauguraram uma inserção subordinada no circuito financeiro. Da discussão que fizemos na seção anterior, na qual autores como Chesnais (2003) defenderam a tese da autonomização das finanças frente ao setor produtivo em decorrência da revolução dos meios de comunicação, acontece que na periferia a autonomização das finanças e da lógica produtiva não se deu de forma orgânica. A valorização fictícia na periferia tem base real de existência, passam pelo processo produtivo do capital industrial e, portanto, necessitam da exploração da força de trabalho para se reproduzir (AMARAL, 2012, p. 121). Quanto a inserção a partir de 1990 foi tão nociva quanto a passiva e se deu pelas necessidades dessas economias acumularem constantemente estoques em reservas para fazer frente aos problemas de fragilidade financeira e vulnerabilidade externa.

Se antes as economias dependentes deveriam contrair dívidas para pagar juros da dívida, numa viciosa espiral, dessa vez elas precisam acumular reservas na tentativa de resistirem aos possíveis ataques especulativos, o que significa dizer que a pauta da política econômica gira em torno de manter os estoques de dólar (moeda mais conversível do mundo), isso também acontece porque ao invés de superávits na balança comercial (típico da política de incentivo aos superávits nesta balança no PRC industrializante), registra-se constantes déficits e as contas financeiras ficam responsáveis pelo equilíbrio na balança de pagamentos. É nesse momento que a manutenção de uma taxa de juros elevada tem por objetivo compensar o risco cambial de se investir em países periféricos, cujo a moeda é não conversível (CARNEIRO, 1999). As políticas fiscal e monetária ficam restringidas, pois a acumulação de reservas requer, em igual montante, ativos financeiros em moeda doméstica, o que obriga o Banco Central a recorrer ao mercado de operações abertas, no objetivo de manter a taxa de juros atrativa e, pelo menos no discurso oficial, controlar a inflação. A manutenção da taxa de juro em alto patamar possui impacto sob a dívida pública, fazendo-a aumentar consideravelmente, em especial na década de 2010, quando a balança comercial passou a ser deficitária.

Numa última chave de leitura complementar para entendermos a década de 2010, em 1970, 1990 e pós-crise de 2008 os capitais internacionais se direcionaram às economias periféricas em um momento de elevação da liquidez internacional (MARQUES; NAKATANI, 2013). O último mais recente, anos seguintes a crise do *subprime*, corresponde ao período em

que as economias centrais mitigavam os efeitos da crise com políticas fiscais e monetárias, de corte keynesiano, com baixas taxas de juros praticadas pelo FED. Enquanto na periferia, principalmente naqueles países que adotaram o regime de metas de inflação, os governos praticavam uma austeridade fiscal cujo principal reflexo se deu nas altas taxas de juros internas. O diferencial de taxa de juros interna e externa proporcionou um poderoso atrativo aos capitais internacionais em busca de valorização, além da diminuição do risco relativo dos ativos emitidos por empresas ou bancos dos países periféricos e o surgimento de operações conhecidas como *carry trade*<sup>59</sup> (CINTRA; ACIOLY, 2012; MARQUES; NAKATANI, 2013; CORREA; XAVIER, 2013; SOUZA, 2017;).

O desempenho dos setores produtores de commodities na década de 2000 também foi um fator impactante para o ingresso de investimento estrangeiro direto nas economias periféricas (CINTRA; ACIOLY, 2012). O movimento do ingresso de capital estrangeiro faz parte da expansão do capital portador de juros, em destaque ao capital fictício, em busca de valorização. De maneira que na década de 2010 notamos um acentuado crescimento do ingresso de capital estrangeiro e uma paulatina redução do saldo das transações correntes. O motivo para a disparidade entre a conta financeira e as transações decorrem da mudança da conjuntura interacional. As exportações de commodities sofreram uma queda tanto no preço quanto na quantidade exportada, enquanto a balança de rendas demonstrava uma queda paulatina.

Finalmente expomos a inserção subordinada da América Latina no circuito financeiro e seus efeitos nocivos, destacando a pressão crescente sob o câmbio após a liberalização financeira e comercial que tiveram efeitos negativos sob a indústria manufatureira. Logo, no Brasil, caso do país mais industrializado da região, o fenômeno da desindustrialização ficou mais latente, em especial a partir da década de 2010. A discussão feita anteriormente, nesse momento pretendemos interligá-la aos processos de uma dimensão mais totalizadora, em outras palavras, as mudanças nos rumos da acumulação tiveram como consequência no capitalismo periférico, dentre tantas que poderiam ser listadas, a reprimarização e a desindustrialização.

### **3.3 A nova espiral da dependência no capitalismo financeirizado**

#### *3.3.1 Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado*

---

<sup>59</sup> Tipos de operações consistentes em tomar empréstimos em moedas que apresentam taxas de juros baixas e investir estes recursos em moedas com elevadas taxas de juros (CINTRA; ACIOLY, 2012).

Dos Santos (1970) nos alertava que dada uma mudança no movimento do desenvolvimento capitalista, como o que aconteceu em 1960-1970, é necessário realizar um esforço, para aqueles dentro de nossa perspectiva, de compreender como as transformações ocorridas nos centros são incorporadas na periferia. Nessa chave de leitura, os autores contemporâneos da TMD sugerem novas interpretações para analisar o capitalismo periférico. Salientamos até aqui os trabalhos<sup>60</sup> de Valencia (2004), Osorio (2012b), Amaral (2012), Almeida Filho e Araújo (2013) e, mais recentemente, Raposo (2018). Como já ficou evidente, nosso trabalho pretende fazer uma contribuição ao novo PRC de Jaime Osorio (2012b). Para tal tarefa nos baseamos nos avanços feitos pelas autoras: Amaral (2012) e Raposo (2018). A primeira autora propõe uma nova fase da dependência, dado que temos uma nova fase do capitalismo e do imperialismo. A segunda, respectivamente, propõe um aprofundamento a partir de elementos da dimensão financeira ao novo PRC. Nesse sentido, objetivamos dar mais um passo e ligação entre a dimensão produtiva e financeira no novo PRC e como isso impacta na estrutura produtiva.

Qualificamos a dependência atual de dependência neoliberal financeira-tecnológica (ALMEIDA FILHO; ARAÚJO, 2015) de acordo com as conclusões de Amaral (2012, p. 135),

[...] a natureza atual de nossa condição dependente: ela não passa mais pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que nunca presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas produzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez efêmeros de produção que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai ao resto do planeta.

Em síntese, a nova etapa da dependência não recai especialmente sobre a superexploração da força de trabalho, mesmo que esta ainda seja um traço importante, mas está mais relacionada a nossa inferioridade tecnológica. A autora segue e vincula essa dimensão mais produtiva da dependência a financeirização, já que é esse o aspecto marcante do capitalismo atual. Primeiro, sem ter que apelar a transgressão da lei do valor, as economias dependentes apenas desempenham o papel de reprodutoras das tecnologias que são monopolizadas pelos países imperialistas. Isso nos leva ao segundo elemento, a rentabilidade em cima de rendas de conhecimento, os preços dos bens estão cada vez mais intangíveis, nas palavras da autora, seus preços são definidos por direitos de propriedade daqueles que monopolizam o conhecimento.

---

<sup>60</sup>Além, é claro, do próprio Marini, em 1997, quando escreveu o *Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista*.



Para Raposo (2018), Osorio (2012b) focou mais na dimensão produtiva do novo PRC, o que o fez não desenvolver suficientemente sobre o papel do capital fictício no capitalismo financeirização. Por isso, para a autora, o capital fictício desempenha preponderante papel nas duas esferas de circulação do capital industrial, que subjagam a produção a sua lógica fictícia. Nesse sentido, seguindo a abordagem teórica do Marini (2005a) no novo anel da espiral, acrescentam um novo anel a espiral da dependência com as economias dependentes funcionando como plataforma de valorização fictícia.

Resumimos os aspectos da caracterização feita por Raposo (2018) em três: a origem da fonte do capital-dinheiro que aparece na primeira fase do ciclo do capital industrial; a ilusão dos lucros na esfera da circulação e o caráter financeiro das crises. Marini (2012) e Osorio (2012b), anteriormente, sinalizaram para o predomínio dos investimentos estrangeiros diretos e indiretos nas fontes do capital-dinheiro no primeiro estágio do ciclo do capital. Acontece que no capitalismo contemporâneo esses tipos de investimentos tendem a ser significativamente preponderantes em relação ao privado nacional e o estatal e, por conseguinte, impactam na elevação do endividamento externo. A autora faz uma ponte com a tese de Lapavitsas (2011) acerca da retenção dos lucros próprios por parte das grandes empresas para autofinanciamento, o que coloca novas questões sobre a origem do capital-dinheiro. Por fim, acrescenta também a tese de Duménil e Lévy (2010), surgindo no capitalismo financeirizado uma nova fração de classe burguesa, os acionistas, a qual viveriam da rentabilidade oriunda da especulação das empresas no mercado acionário<sup>61</sup>.

O segundo aspecto tem a ver com a visão ilusória de que o dinheiro se valoriza por si só, sem que se tenha de passar pela produção. No ciclo do capital o D' é obtido após a realização da mercadoria incrementada de mais-valor. Na ilusão aqui posta, o D' valorizado aparece por si só, como se tivesse valorizado sozinho. Porém, mais importante que descobrir a abstração por trás disso, vale investigarmos o caráter estrutural que assume na nova etapa de acumulação. Dessa forma, baseada em Paulani (2009), Raposo (2018, p. 83) elenca três elementos estruturais que agudizam a contradição entre produção e apropriação sob a lógica fictícia, são eles:

- (i) os ativos são negociados e comercializados em bolsas de valores e mercados secundários de títulos, ocasionando um movimento de valorização centrado na circulação, e muito distanciado da lógica produtiva; (ii) o pagamento de juros, além daquela fração do lucro que é destinada a pagar o adiantamento de capital, passa

---

<sup>61</sup> Ao nosso julgo, a contribuição de Duménil e Lévy (2010) não é novidade, uma vez que o próprio Marx (2017), no Livro III do Capital, já havia exposto que na aparência dos fenômenos o capitalista produtivo apareceria como mero funcionário dos capitalistas proprietários da mercadoria dinheiro.

também a ter origem nos salários e nos recursos do Estado; e (iii) o caráter prolífico do capital fictício na forma de ativos derivativos.

No referente ao mundo do trabalho, a autora faz uma ponte com a tese de Lapavitsas (2011) acerca da expropriação financeira dos rendimentos do trabalho. Cada vez mais os trabalhadores se veem envoltos em serviços financeiros e acabam por se endividar, o endividamento das famílias faz parte da nova configuração do capitalismo em que os bancos drenam seus rendimentos. Corroboramos com a ideia defendida tanto por Amaral (2012) quanto por Raposo (2018) de que a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho acentuaria a superexploração, porque, se segundo Marini (2005a), um dos mecanismos de superexploração é a expropriação de parte do valor produzido no trabalho necessário para repor sua força de trabalho, o endividamento das famílias é um tipo de expropriação do trabalho necessário. A autora não acrescentou, mas nos parece oportuno acrescentar a categoria de lucros fictícios como um elemento estrutural do capitalismo contemporâneo, até mesmo porque a categoria pode servir de um fator de contra-tendência da queda da taxa de lucro, quando nos momentos de crise pequenos e médios investidores são absorvidos pelos grandes (CARCANHOLO; SABADINI, 2013).

Também há de se ressaltar o papel do Estado na condução do padrão de reprodução do capital, em especial na execução de políticas econômicas. A política ativa de altos juros para atração de capitais estrangeiros tem consequências sobre o crescimento de dívida pública, levando a uma constância de políticas monetária e fiscal contracionistas na prerrogativa da responsabilidade fiscal. De modo que o Estado, na atual fase, difere do perfil de Estado desenvolvimentista do padrão anterior, as prioridades do Estado no momento são com a valorização fictícia. Além disso, o pagamento dos juros da dívida configuraria uma transferência de valor e, soma-se isso, o fato do mercado de dívidas fornecer a liquidez necessária para manutenção dos mercados financeiros com o mínimo de estabilidade, chamado por Carcanholo (2011) de monetização do capital fictício. Por último, tem-se a atuação do Estado no mercado de câmbio objetivando o aumento das reservas internacionais, mas isso vamos tratar detidamente na próxima subseção.

Em terceiro, e último aspecto, temos a acentuação das crises dos problemas dela derivados. Como mencionado, existe uma contradição imanente do capital entre apropriação e produção, no capitalismo financeirizado essa contradição é exacerbada ao extremo, de maneira que o perfil financeiro das crises assuma com mais frequência e sejam mais duradouros. Isso acontece porque a produção do capitalista ativo serve para atender a demanda por valores de

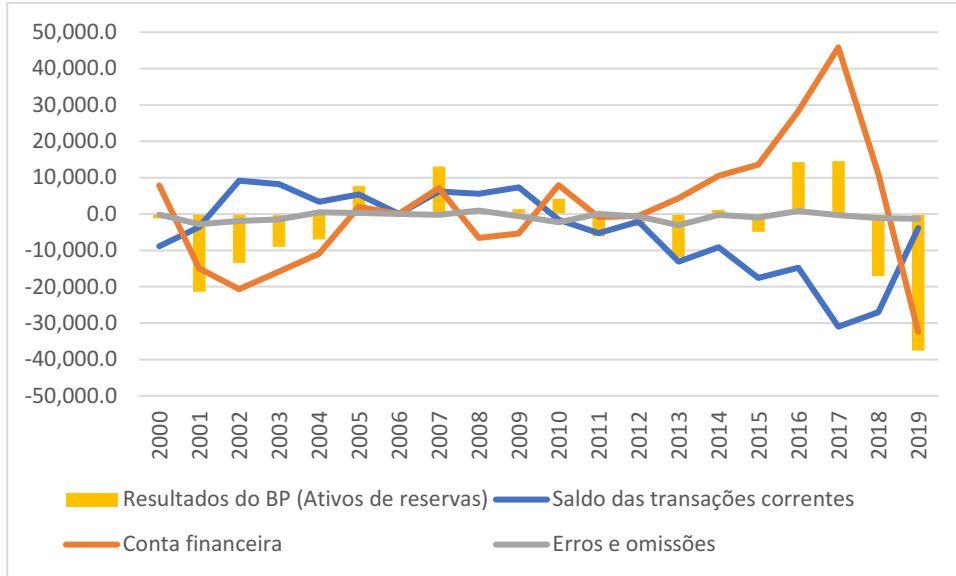
uso e não para especulação, o capital industrial não consegue acompanhar o ritmo de especulação do capital fictício (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999). Há, nesse sentido, uma assimetria entre a produção, para usar os termos do Lapavitsas (2011), que nas crises se torna latente. Por fim, por mais que na aparência o capital fictício se valorize por si só, são nas crises que, do ponto de vista da totalidade, ele retorna ao seu conteúdo (capital) e toda a valorização não se mostra mais do que uma ficção.

Quanto a periferia, as crises tendem a ser mais profundas se comparadas aos centros e acentuam ainda mais problemas como de fragilidade financeira e vulnerabilidade externa, por seu turno, inviabilizam o crescimento econômico sustentado de longo prazo. Mesmo assim, as crises são superadas e o capital encontra meios de retomar sua lucratividade, enquanto o novo PRC ainda se mantém. Ainda se mantém porque recai sobre o trabalhador a maior exploração da força de trabalho e, assim, dos mecanismos de superexploração orquestradas pelo Estado dependente.

### *3.3.2 A simbiose entre a financeirização e a desindustrialização*

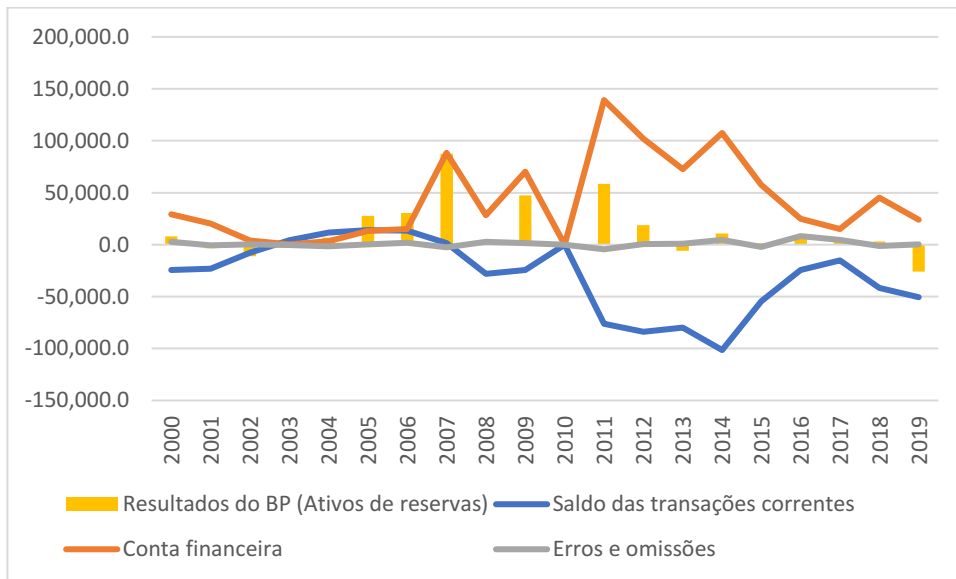
Toda a discussão elaborada até o momento foi na finalidade de nos dar base suficiente para sustentar a nossa tese de que há uma simbiose entre a desindustrialização vivida pelos países latino-americanos e a financeirização. Basicamente, como mencionado em discussões anteriores, a consolidação do novo PRC na década de 1990 com a inserção ativa da região no circuito financeiro modificou radicalmente as políticas, antes voltadas para a industrialização, a partir de então voltadas para a atração de capitais estrangeiros, numa política de manutenção de reservas internacionais. O primeiro impacto dessas políticas recai sobre o predomínio da conta financeira para o equilíbrio da balança de pagamentos, em contraposição com o período anterior, no qual a conta comercial exercia um papel fundamental para a continuação do desenvolvimento econômico. Por conseguinte, as economias periféricas, cujo risco de se investir é alto, precisam manter altas taxas de juros internas para atrair capitais, dessa forma as políticas fiscal e monetária vivem num constante estado de contenção de gastos, pois parte do que aqui é produzido é apropriado em forma de juros da dívida, segundo aspecto. Para a análise dos gráficos a seguir das balanças de pagamentos de Argentina, Brasil e México, seguimos a periodização feita por Souza (2017, p. 62).

**Gráfico 4. Evolução do saldo da balança de pagamentos argentina em milhões (\$).**



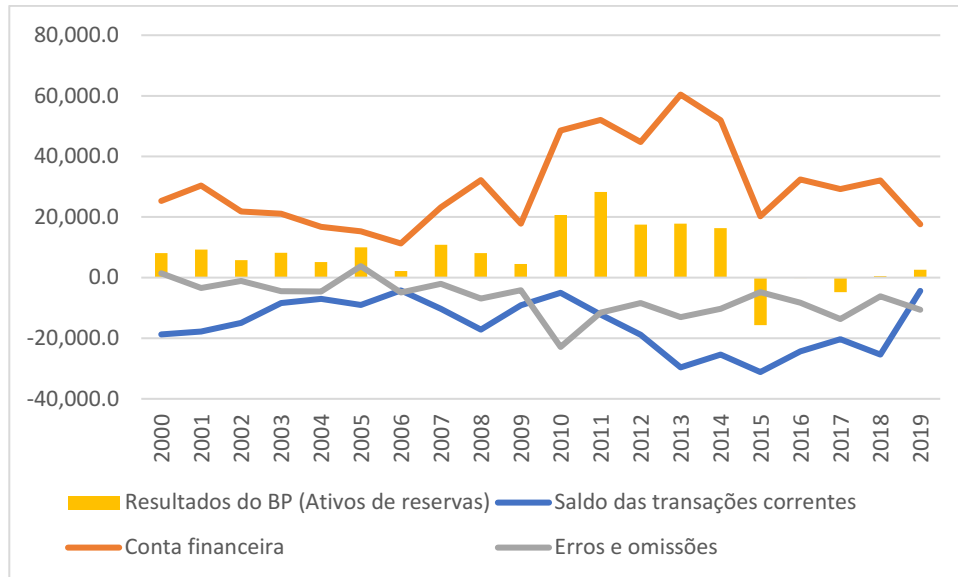
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

Gráfico 5. Evolução do saldo da balança de pagamentos brasileira em milhões (\$).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

Gráfico 6. Evolução do saldo da balança de pagamentos mexicana em milhões (\$).



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

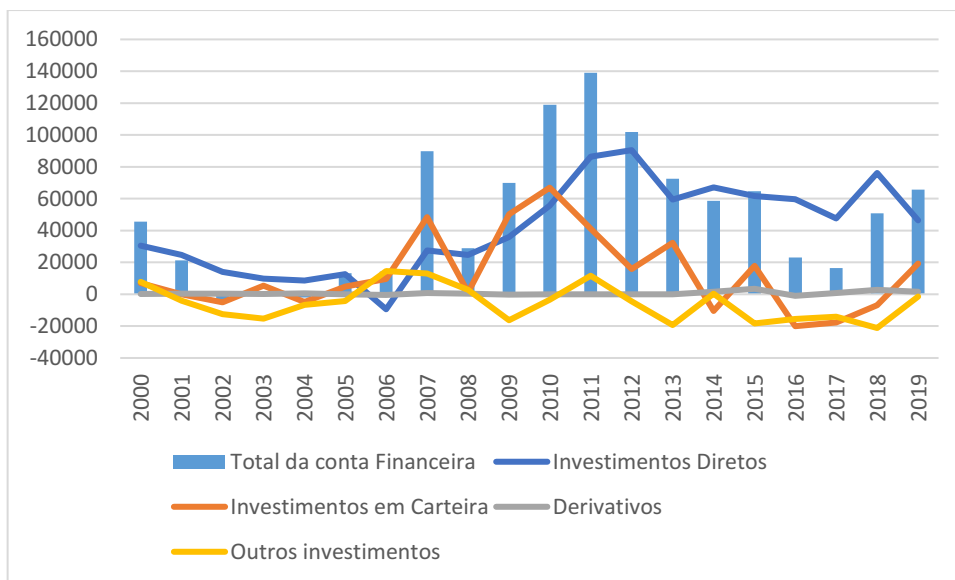
Primeiro, a tendência crescente do saldo de transações correntes no início dos anos 2000, apesar do México manter-se deficitário e o Brasil estar deficitário por um tempo para depois tornar-se superavitário, enquanto a Argentina começou deficitária e rapidamente obteve superávits nesta conta. Isso indica a melhora da inserção comercial no começo da década com o auge das exportações primárias. Ressaltamos que a particularidade da conta comercial do México vem das relações comerciais que o país mantém com os EUA, assim o país se mantém deficitário e quase que totalmente dependente dos investimentos estrangeiros dos EUA no equilíbrio de sua balança de pagamentos (MANSO, 2020). De modo geral, no referente a balança comercial, os momentos de crescimento foram em sua maioria por conta do aumento do preço e do *quantum* das exportações primárias ou bens intensivos em trabalho. E, quando houve uma diminuição da demanda internacional e uma queda dos principais produtos exportados, a conta entra em franco declínio, sendo 2010 o ano de déficit permanente.

No referente ao desempenho da conta financeira notamos os reflexos da crise iniciada no final da década de 1990 e sentida até o começo dos anos 2000, quando os capitais fazem um movimento de “fuga para qualidade” e os investidores procuram moedas mais seguras para não correrem riscos de perda. Assim, o desempenho da conta dos três países é de declínio, sendo o caso da Argentina o mais alarmante, pelas especificidades da conjuntura argentina<sup>62</sup>. A crise da dívida externa levou a uma completa instabilidade econômico-político-social, vista aos olhos dos investidores internacionais como um país de alto risco. De 2002 a 2008, em especial em

<sup>62</sup> Mais detalhes em Gambina (2020).

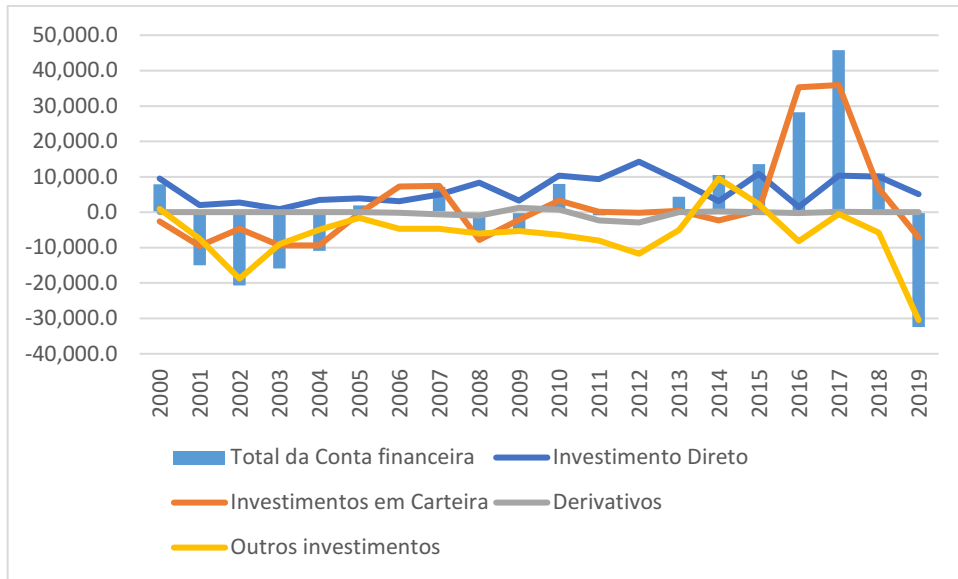
2006, temos uma ascensão da trajetória da curva em decorrência do aumento da liquidez internacional. A ascensão não durou muito, a retração da liquidez internacional causada pela crise de 2007-2008 provocou de novo uma fuga de capitais e retração da conta financeira. De modo geral, é partir e de 2010 que a conta financeira tem sua explosão causada pela política de atração e capitais com altos juros internos, enquanto os países de moeda mais conversível mantinham taxas de juros de suas moedas em baixa. Portanto, na década de 2010, tem-se um período de protagonismo quase absoluto da conta financeira no balanço de pagamentos. Próximo passo é abrirmos a conta financeira e descobrir os principais componentes por detrás do *boom* a partir de 2010.

**Gráfico 7. Evolução do saldo da conta financeira brasileira milhões (\$).**



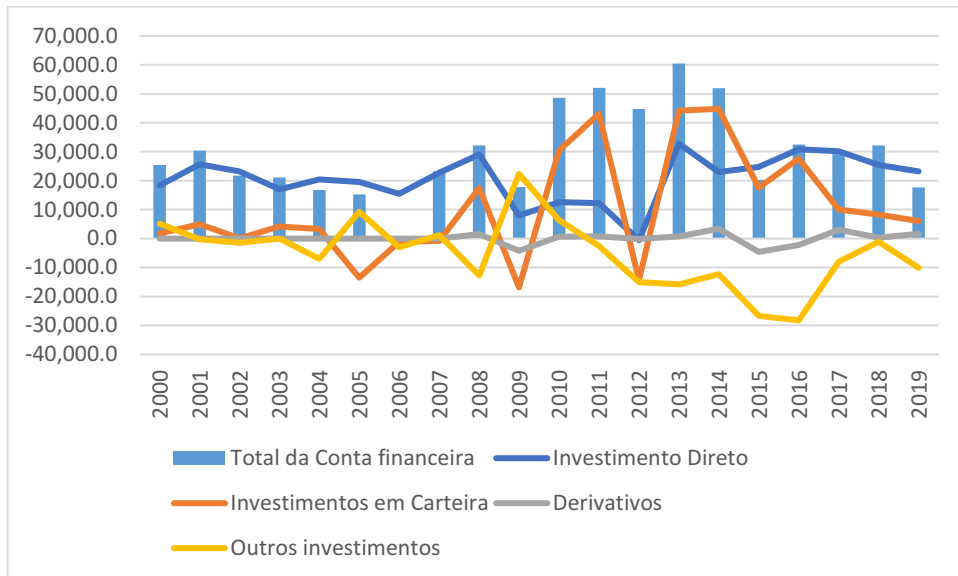
**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

**Gráfico 8. Evolução do saldo da conta financeira argentina milhões (\$).**



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

**Gráfico 9. Evolução do saldo da conta financeira mexicana milhões (\$).**



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

Temos a partir de 2008 um conjunto de políticas anticíclicas nos centros, com a finalidade de estimular o consumo e o investimento, logo a política monetária dos principais bancos centrais do mundo foi de reduzir a taxa básica de juros (MARQUES; NAKATANI, 2013). Antes, vale lembrar que as altas taxas de crescimento do PIB na América Latina motivadas pelas exportações de commodities aumentou o “apetite pelo risco” desses países, essas economias possuíam uma capacidade de solvência que asseguravam os investimentos estrangeiros. Na economia brasileira notamos maior ingresso do capital, tanto em investimento

em carteira, quanto em investimento direto, pois o país possui a maior estrutura financeira da região (SOUZA, 2017). Assim, para lidar com a crise, o Banco Central estadunidense operou uma política *quantitative easing*, medida prevista para o relaxamento de ativos monetários. Logo, mesmo com uma curta retração dos capitais nos anos auge da crise em direção a moedas mais seguras, rapidamente, devido ao excesso de capitais, eles se direcionam a periferia que, por sua vez, oferecia ganhos na especulação com altas taxas de juros.

Além disso, os investimentos diretos e os investimentos em carteira relacionados aos produtos primários aumentaram significativamente no decorrer da década de 2010 (CEPAL, 2014, p.143), o que explica o exponencial crescimento dos investimentos diretos e dos investimentos em carteira em setores produtores de commodities. Os produtores primários conseguiram garantir altos ganhos especulativos aos seus investidores a partir de uma política ativa de manutenção de preços graças a desvalorização do dólar efetuada pelo FED. A desvalorização levou a uma reavaliação dos ativos verificados em dólar e promoveu a recomposição da carteira de investimentos no setor, o que elevou os preços desse tipo de bem nos mercados financeiros. Além disso, os produtores que se basearam no dólar em suas operações contábeis tiveram perdas com a desvalorização. Para compensá-las, fizeram uma política de limitação da oferta dos seus bens (levando em consideração que muitos dos países latino-americanos, caso do Brasil com a soja, por exemplo, são um dos maiores ofertantes mundiais em um determinado bem primário). O último fator contribuinte para o aumento dos preços dos bens primários tem a ver com os ganhos de poder aquisitivo de economias demandantes desse tipo de bem com a desvalorização do dólar. Esse fator explica o direcionamento, apesar da demanda internacional ter declinado, dos investimentos estrangeiros no setor primário exportador.

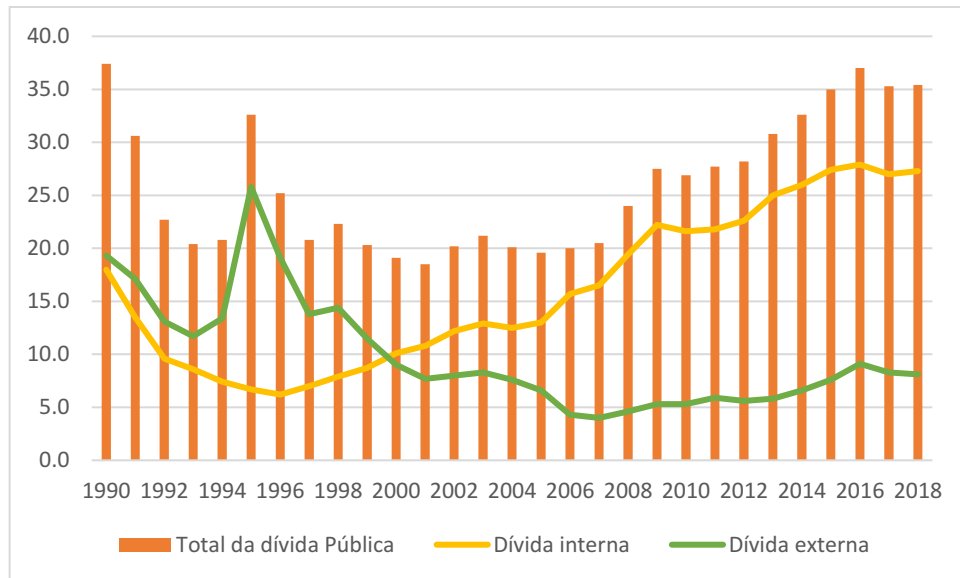
Nessa perspectiva, o que se vê no final de 2009 para início de 2010 é uma entrada massiva de dólar nessas economias. Paulani (2012), ao se referir à inserção brasileira no circuito financeiro mundial, mas que nesse momento cabe abranger aos demais países da região, pontua que a sobrevalorização cambial levou a uma acentuação de uma tendência que vinha se consolidando de desindustrialização. O que podemos somar com a perda da relevância dos investimentos estrangeiros no setor manufatureiro e, conseqüentemente, a diminuição da geração de empregos e agregação do produto manufatureiro no PIB, situação de desindustrialização.

Agora falta investigarmos o reflexo externo no cenário interno, na condução das políticas públicas. O período de crescimento econômico das maiores economias latino-americanas causou um impacto positivo sobre o total da dívida pública, ao passo que também



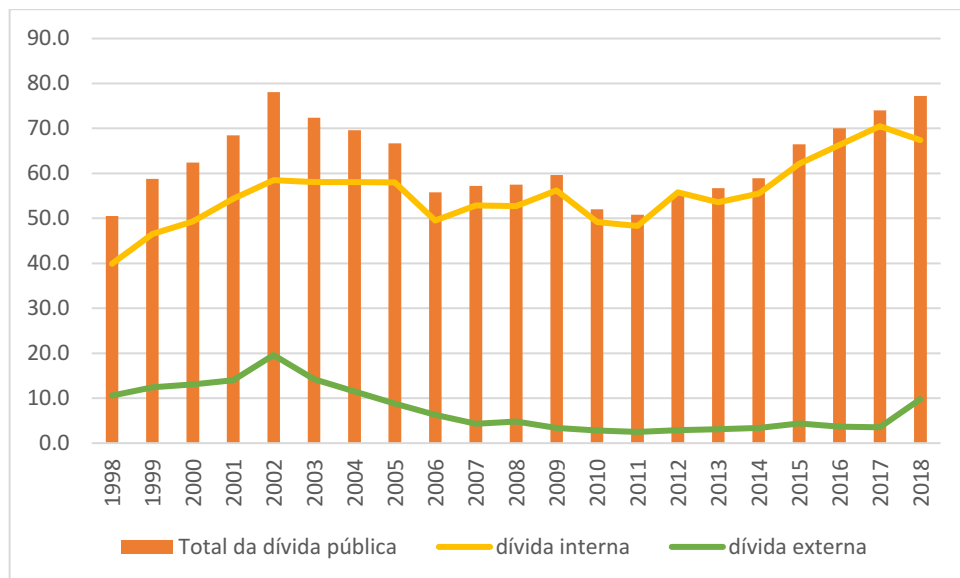
os países na década de 2000 acumularam grandes reservas internacionais, razão pela qual obtiveram um maior grau de solvência de suas dívidas externas. Foi sem dúvida um período de bonança proporcionado pelo bom desempenho da economia mundial, tendo reflexo sobre o orçamento público dos governos. Cabe lembrar que alguns deles aplicaram políticas de distribuição de renda.

**Gráfico 10. Evolução do Saldo da dívida pública mexicana por participação percentual no PIB.**



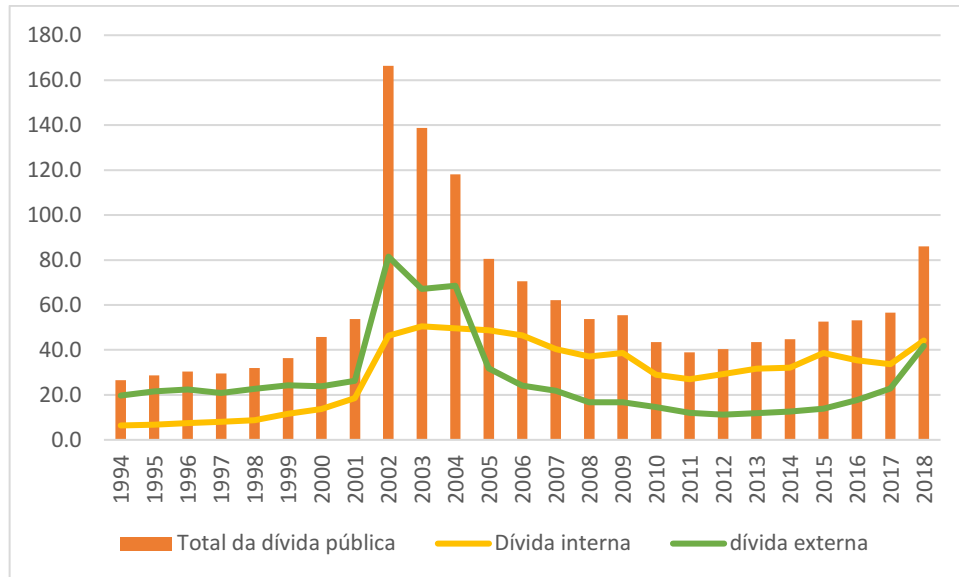
**Fonte:** Elaboração a partir do banco de dados da CEPAL (cepalstat).

**Gráfico 11. Evolução do Saldo da dívida pública brasileira por participação percentual no PIB.**



**Fonte:** Elaboração a partir do banco de dados da CEPAL (cepalstat).

**Gráfico 12. Evolução do Saldo da dívida pública argentina por participação percentual no PIB.**



**Fonte:** Elaboração a partir do banco de dados da CEPAL (cepalstat).

Antes de prosseguir precisamos ressaltar um fato: Fatorelli (2013) alerta uma incongruência de análise entre aquilo em que em teoria deveria acontecer e o que acontece na prática no mercado de títulos da dívida. Podemos notar a redução da dívida externa nos anos recentes, dívida esta que foi um problema durante a década de 1980. A partir dos anos 2000 a dívida interna passa a crescer mais do que a externa. Ocorre, pois, que os credores não são unicamente os residentes no país, bancos estrangeiros podem comprar títulos da dívida interna, conhecidos como os *dealers*<sup>63</sup>. Nesse sentido, retrai-se a dívida externa, enquanto incrementa-se a interna.

O melhoramento das contas do governo (diminuição da relação da dívida pública pelo PIB) proporcionou a execução de uma política fiscal expansionista com forte presença do investimento público em 2000. No relatório da CEPAL (2014) o órgão argumenta que os países periféricos possuem pouca margem de manobra para operar política monetária, por não terem o controle do dólar, o que os faz depender da entrada e saída dessa moeda seja pela conta de transações correntes, seja pela conta financeira, designando à política fiscal o instrumento para o crescimento econômico. A justificativa para a firmação baseia-se no fato de que para se manterem atrativos ao capital estrangeiro as economias latino-americanas apostam na minimização dos riscos aos investidores externos ao proporcionar ganhos com as altas das taxas de juros internas, conseqüentemente os rumos da política monetária giram em torno da rentabilidade dos capitais estrangeiros. Evidentemente que tal situação varia a depender da

<sup>63</sup> “*Dealers* são bancos que têm o privilégio de adquirir bônus de dívida “interna” em primeira instancia, assim que são emitidos pelo governo” (FATORELLI, 2013, p.45)

penetração do capital estrangeiro e do nível de autonomia de cada nação. De modo geral é uma tendência que se confirma, intensificada a partir da década de 2010, quando, justamente, se tem um déficit no saldo de transações correntes e sua compensação via conta financeira.

Assim, o efeito colateral do aumento da taxa de juros é o aumento da dívida interna. Governos, como o do Brasil, efetuaram políticas anticíclicas com forte presença do investimento público para sair da crise de 2008 (CORREA; XAVIER, 2013). Por um curto período os governos seguraram a recessão econômica pelos dois elementos da demanda agregada: gastos públicos e a alta dos preços das commodities. Posteriormente, as economias latino-americanas passaram a aproveitar-se do diferencial das taxas de juros interna, o que por sua vez teve impacto recessivo sobre a política monetária reverberando sobre a política fiscal. O quadro antes descrito se reverteu e essas economias entraram em franca recessão, havendo uma piora da relação dívida pública pelo PIB.

Envoltos numa espiral de endividamento, ao passo que os países dependentes precisam cada vez mais manterem-se como potenciais espaços de valorização ao capital internacional, simultaneamente sacrificam a população com demasiadas políticas recessivas. No Brasil em que dos 2,8 trilhões de reais estimados para orçamento público de 2020, 1.927 bilhões são despesas financeiras (ORÇAMENTO CIDADÃO, 2020). Dentre essas despesas majoritariamente temos: 1.004, 6 bilhões para refinanciamento da dívida; 649,8 bilhões para juros e amortizações da dívida e para demais despesas financeiras 273,3 bilhões. Ou seja, claramente a explosão da dívida pública em meados de 2010 possui forte indícios de estar correlacionada a lógica especulativa com que as economias dependentes se inseriram no circuito financeiro, razão pela qual os capitais estrangeiros adentraram massivamente nessas economias em busca de valorização.

Por fim, achamos válido lembrar uma citação de Karl Marx (2016) no capítulo XXIV do Capital ao tratar da acumulação primitiva, na qual defende, já no final do século XIX, que a dívida pública constitui um elemento essencial ao capitalismo ao proporcionar a maior fluidez do ciclo de reprodução do capital. Destacamos a passagem:

A dívida pública, isto é, a alienação do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano - imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra posse coletiva dos povos modernos é sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se converte no credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública.

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital sem que para isso, tenha necessidade de expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usuária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenharam o papel de intermediários entre governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papeis negociados de todo o tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da bolsa e a moderna bancocracia. (Marx, p.824-825, 2016)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, retomamos com um sistema mundial capitalista, hierarquicamente organizado, onde a acumulação dos países dependentes é sistematicamente subtraída para fazer parte da acumulação das economias imperialistas. A categoria de padrão de reprodução do capital cria o nexo entre o sistema mundial capitalista e as formações econômico sociais. Sendo assim, nos permitiu explicar que as transformações seguem para a perpetuação da condição dependente, ou seja, o conteúdo dessas transformações é conservador e mantém a dependência como base. Do PRC agromineiro exportador, passando por quase meio século do padrão industrializante até o atual padrão exportador de especialização primária, os países dependentes não lograram sua emancipação social. Captar a realidade em sua essência perpassa necessariamente em uma desmistificação da realidade dos fenômenos. É nessa perspectiva que consideramos a Teoria marxista da dependência a teoria com arsenal categorial capaz desvendar a realidade em sua essência, indo além das aparências das especificidades dos fenômenos.

Procuramos contextualizar e caracterizar o capitalismo contemporâneo tal qual ele se dá no centro pós-1970 e sua reverberação sobre a periferia dependente. Assim, é fato que nas economias imperialistas o setor de serviços ganha dinamismo perante o setor industrial manufatureiro, porém, o setor de serviços opera sob a lógica da valorização fictícia. Os mais variados serviços (saúde, educação, lazer, etc.) estão cada vez mais financeirizados, apenas possível pelas inovações tecnológicas nos meios de comunicação. O setor, assim, se autonomiza aparentemente diante os demais e passa a comandar o dinamismo econômico. Isso só foi possibilitado pela série de desregulamentações financeiras, trabalhistas, perda de poder sindical, rebaixamento dos salários nos centros e baixos salários na periferia, ou seja, todas as mudanças oriundas da nova etapa do capitalismo, que proporcionaram a retomada crescente da taxa de lucro.

Pelo lado da periferia dependente, a dependência atual se dá principalmente pela inferioridade tecnológica, pela qual as economias apenas importam e reproduzem a tecnologia vigente e a segunda pela transferência de valor pelos títulos de propriedade do conhecimento. De certo, o progresso técnico é basilar para o desenvolvimento, porém o progresso técnico é monopolizado por países imperialistas e, mais, fazem parte de uma modalidade de transferência de valor. Logo, não estamos diante de uma desindustrialização precoce enfrentada pela América Latina, mas sim de uma configuração do capitalismo contemporâneo, onde sob a lógica imperialista, países centrais determinam o tipo de desenvolvimento econômico da periferia na finalidade de atender a sua acumulação. Visto dessa forma, a desindustrialização precoce (como

denominado pela literatura heterodoxa) enfrentada pela América Latina, nada mais é do que reflexo das transformações do capitalismo contemporâneo na qual as economias dependentes têm seu desenvolvimento a reboque da acumulação dos capitais centrais, dentro da dialética do externo que se internaliza para externalizar novamente, sob a lógica imperialista, esses países se voltaram para uma especialização produtiva e exportação de bens com baixo teor tecnológico, justamente para atender a nova configuração do sistema mundial capitalista pós-1970.

Resgatamos o pensamento Valencia (2004) para uma última indicação, o autor acerta ao afirmar que a desindustrialização é marcante na nova cisão da fase do ciclo do capital na atual etapa da dependência sob hegemonia da ideologia neoliberal, também é fato que o Estado latino-americano operou durante os anos 1980 e 1990 políticas neoliberalizantes no sentido de abertura comercial e reformas institucionais para conformação do atual padrão de reprodução do capital. Porém, o que escapa ao autor mexicano e é percebido por Raposo (2018), refere-se ao entrelaçamento entre a desindustrialização e a financeirização. Então, o nosso objetivo foi trazer mais elementos para explicar tal relação simbiótica entre ambos fenômenos na tal nova cisão do ciclo. O que vimos ao investigar os balanços de pagamentos de Argentina, Brasil e México é a constante pressão pela valorização cambial causada pelas políticas de manutenção de reservas, assim a conta financeira passa a ter protagonismo central. Conseqüentemente, a política econômica interna fica comprometida numa espiral para se manter atrativa a esse capital internacional, reverberando em altas taxas de juros e uma explosão da dívida pública a partir de 2010. Dessa forma, a argumentação de que a desindustrialização é causada por uma entrada de moeda estrangeira oriunda de descoberta de recursos naturais, caso de doença holandesa, é frágil (ou pelo menos não ser a causa principal) e parece ser mais razoável pensar na desindustrialização tendo como causa preponderante a financeirização.

Para concluir, seria imprudente ser taxativo quanto a qualificação da desindustrialização oriunda da financeirização como traço distintivo do tal do novo anel da espiral no capitalismo financeirizado, pelo menos nesse trabalho dissertativo, pois faltaram as mediações necessárias feitas com devido rigor metodológico. Todavia, estão abertos os apontamentos para colocar a questão em voga na finalidade de prosseguir com pensamento crítico no campo marxista latino-americano. Sempre tendo em vista que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema mundial capitalista” (MARINI, 2017, p.47), toda e qualquer tentativa de análise da realidade latino-americana deve ser conjugada a totalidade na qual está inserida e subordinada e saber que as transformações ocorridas nos marcos do capitalismo seguem sempre no caminho de perpetuar a dependência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. The pattern of capital reproduction in Brazil. **World Review of Political Economy**, v. 6, p. 320-340, 2015.
- AMARAL, M. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. 2018. v. 1 n. 1 (2018): **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**.
- AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, P. **Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI**: desigual da de padrão de reprodução. 2013. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2013.
- AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. In: A. B. Calixtre; A. M. Biancarelli; M. A. M. Cintra. – Brasília: IPEA, 2014.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARUCO, G. **Do consenso Keynesiano ao pós-consenso de Washington**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2005.
- BBC. **Ford fecha no Brasil**: depois de um século de produção, montadora abandona o país. Londres, 11 de janeiro.
- BBC. **Vacinas brasileiras**: o que o Brasil ganha tendo imunizantes nacionais contra a covid-19?. Londres, 26 de março. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** Versão de 30 de março de 2008. São Paulo: FGV, 2008.
- BONELLI, R.; PESSÔA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CARCANHOLO, M. **A vulnerabilidade econômica do Brasil**: a abertura externa a partir dos anos 90. São Paulo: Ideias & Letras, 2005.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013a.
- CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. A estratégia neoliberal dedesenvolvimento capitalista: caráter e contradições. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.21, n. 1, jul-dez. 2011.
- CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. Capitalismo Especulativo e Alternativas para a América Latina. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios**: Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015.

- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário uma Precisão Teórica Sobre o Capital financeiro, Característico da Globalização. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed. P. 55, São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital Fictício e Lucro Fictícios. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 13, p. 57-92, dez. 1999.
- CASTRO, A. B; DE SOUZA; F. E.P. **A economia brasileira em marcha forçada**. - Rio de Janeiro: Paz e Terra,1985
- CEPAL. **Mudança estrutural para igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento**. CEPAL: Santiago, 2014.
- CHESNAIS, F. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. Al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- CINTRA, M; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003 2010. In: MONTEIRO, A. et al. **Brasil em desenvolvimento 2011**. Brasília: Ipea, v.2. 2012.
- CORREA, V. P.; XAVIER, C. L. (2014). Modelo de crescimento, dinâmica do Balanço de pagamentos e fragilidades. In: Vanessa Petrelli Corrêa. (Org.). **Padrão de Acumulação e desenvolvimento brasileiro**. 1ed. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo.
- DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, v. 13, p. 7-14, 2011.
- DOMINCZAK, P. **Intervenção pública e regime político no Brasil: entre 1995 e 2010**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2019.
- DOS SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da nova república**. – 1ed.- São Paulo: Expressão popular, 2021.
- DOS SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, n. 2, p. 231-236, may. 1970.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.
- FATORELLI, M. **Auditoria cidadão da dívida pública: experiencias e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.
- FERREIRA, C.; LUCE, M. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FRANK, A.G. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Caderno Metropolitano, maio, 2015.



HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, may 2009.

LAPAVITSAS, C. “Theorising Financialisation”. In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n.4, p. 618, dez, 2011.

LAZZARINI, S.; JANK, M. S.; INOUE, C. (2013). Commodities no Brasil: maldição ou bênção? In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (org.). **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOWY, M. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução: Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. – ed., ampl- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUCE, M. **Teoria Marxista da dependência**: problemas e categoria- uma visão histórica. – 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MANSO, A. México e “seu momento”: a história de um fracasso. In: SANTOS, R.; PITILLO, J.; VILLAMAR, M. (orgs) **América Latina na encruzilhada**: LAWFARE, GOLPES E LUTA DE CLASSES. São Paulo: Autonomia literária, 2020.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinária y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, p. 18-39, abr-jun, 1979.

MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. **Cuadernos de Cidamo**, Cidade do México, n. 7, 1982.

MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P.(org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a., p.134-135.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS C. E. (org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires e Bogotá: Clacso e Siglo del Hombre, 2008

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017, p.47.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2016, p.824-825.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno CRH**, 26(67), 2013.

MORCEIRO, P. C.; M. S. TESSARIN. **Desenvolvimento industrial em perspectiva internacional comparada.** IEDI, SP. 2019.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. de Economia Política**, São Paulo, Vol.30, n.2. 2010.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista Dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”.** Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. São Paulo: FIESP e IEDI, ago 2005.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, jun. 2012.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P. SCHONERWALD.; BARUCO, G. **A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: A CRISE BRASILEIRA E A VITÓRIA DO CAPITÃO BOLSONARO.** Revista da sociedade brasileira de economia política, Rio de Janeiro, v.54, setembro de 2019.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, vol.33 (3), 2009.

RAPOSO, B. F. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado. 2018.** 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, vol. 46, n.1, 1999.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. (2011). **Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros.** Textos para discussão IE/Uni Unicamp n°187, jan. 2011.

Secretaria de Orçamento Federal. Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2020. Brasília, 2019. 54 p.

SOUZA, H. **Análise dos fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e a dinâmica especulativa dos investimentos diretos (período 2000-2016)**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2017.

SOUZA, N. A. D. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo". In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 189-230.

VALENCIA, A. S. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2004.

VERISSÍMO, M.; XAVIER, C. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 33, n. 1 (130), pp. 82-101, janeiro-março/2013.